



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS V  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL

CARLOS NÁSSARO ARAÚJO DA PAIXÃO

TRAÇOS DA CIDADE DE ALAGOINHAS: MEMÓRIA, POLÍTICA E  
IMPASSES DA MODERNIZAÇÃO (1930-1949)

Santo Antonio de Jesus - Bahia

Janeiro / 2009

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

CARLOS NÁSSARO ARAÚJO DA PAIXÃO

TRAÇOS DA CIDADE DE ALAGOINHAS: MEMÓRIA, POLÍTICA E  
IMPASSES DA MODERNIZAÇÃO (1930-1949)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus V, Santo Antonio de Jesus – BA, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em História, sob a orientação do Professor Dr. Paulo Santos Silva.

Santo Antonio de Jesus

JANEIRO / 2009

CARLOS NÁSSARO ARAÚJO DA PAIXÃO

TRAÇOS DA CIDADE DE ALAGOINHAS: MEMÓRIA, POLÍTICA E  
IMPASSES DA MODERNIZAÇÃO (1930-1949)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus V, Santo Antonio de Jesus – BA, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em História, sob a orientação do Professor Dr. Paulo Santos Silva.

BANCA

Prof. Dr. Paulo Santos Silva (Orientador)

Prof<sup>a</sup> Dra. Lina Maria Brandão de Aras

Prof. Dr. Raimundo Nonato Pereira Moreira

Santo Antonio de Jesus

JANEIRO / 2009

Aos meus avós:

Dinorah de Souza Araújo (*em memória*)

Laudelino Renovato da Paixão (*em memória*)

Maria Jesus da Paixão

Aos meus pais:

Carlos Luiz da Paixão

Miriam Araújo da Paixão

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Miriam Araújo da Paixão e Carlos Luiz da Paixão por todo o apoio dado e por acreditarem no sonho do seu filho, ao qual sustentaram financeira, moral e emocionalmente durante os dois anos de duração do curso. Diante das dificuldades e da ameaça da desistência estavam lá, firmes para garantir, de todas as maneiras, a continuidade do trabalho, principalmente no primeiro ano da pesquisa que foi enfrentado sem o apoio de bolsa de estudos.

A Letícia, que também acreditou e apostou no meu projeto de vida e teve que suportar os períodos de ausência, mesmo em sua companhia, quando em momentos de “inspiração” realizava verdadeiras “viagens”, tendo *insights* nos momentos de nossas conversas, para o seu desespero.

Algumas pessoas foram fundamentais para o desenvolvimento do projeto que gerou esta dissertação. Clóvis Frederico Ramaiana Oliveira, professor da UNEB, Campus de Alagoinhas, foi um dos primeiros a acreditar no potencial do material que tinha inicialmente em mão e me incentivou à criação do projeto. A Marcelo que se mostrou um amigo confiável e sempre presente, com dicas valiosas desde a confecção do projeto e durante todo o processo ao longo do curso.

Ao professor Felipe Magalhães, que orientou este trabalho até o exame de qualificação e que desde o início, quando a idéia desse trabalho não passava de um pequeno artigo, demonstrou confiança e interesse no desenvolvimento do tema. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, Charles D’Almeida Santana e Ely Estrelas pelas dicas valiosas e ricas discussões desenvolvidas em suas disciplinas.

Ao professor Paulo Santos Silva pela disponibilidade e interesse que demonstrou em aceitar a orientação, mesmo com a pesquisa e grande parte do trabalho em andamento, mas que deu um grande auxílio com indicações de bibliografia e estilo de escrita. Sou grato pela confiança depositada, pelas cobranças e pelas dicas valiosas que foram fundamentais para enriquecer e dar maior profundidade ao trabalho.

Às funcionárias do Arquivo Público Municipal de Alagoinhas, em especial Ângela que sempre se mostrou disponível e atenta em ajudar, organizando por conta própria uma série de documentos importantes para a pesquisa da história da cidade, mesmo o arquivo não apresentando as condições propícias à pesquisa. À Câmara

Municipal de Alagoinhas, nas pessoas de Epaminondas e Helenice que foram sempre solícitos e em momento algum colocaram obstáculos ao acesso aos documentos, tornando dessa maneira mais ameno o trabalho do pesquisador. Estendo o agradecimento aos funcionários da Biblioteca Pública Maria Feijó, em Alagoinhas. Aos funcionários da Biblioteca Pública do Estado da Bahia e do Arquivo Público do Estado da Bahia. Sem o apoio e a disponibilidades dessas pessoas o trabalho de pesquisa seria ainda mais difícil.

Ao Programa de Pós-Graduação em História Local e Regional da Universidade do Estado da Bahia, Campus de Santo Antonio de Jesus, sua coordenação, secretaria professores e estudantes.

Ao apoio financeiro concedido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, na modalidade de bolsa de Demanda Social, sem a qual o andamento da pesquisa e a confecção desta dissertação estariam ameaçadas.

Muitas outras pessoas tiveram algum tipo de participação na realização deste trabalho, direta ou indiretamente, através de um apoio, da indicação de um livro ou artigo, de uma fonte, enfim agradeço a todos.

A Deus e ao Senhor Jesus Cristo, autor e consumidor da minha fé que de alguma maneira foi responsável por tudo que ocorreu.

## RESUMO

A cidade de Alagoinhas é abordada a partir de três eixos temáticos que se relacionam ao longo do texto. Memória, política e impasses da modernização são os temas pelos quais giram os argumentos. O ponto de partida se deu com a análise da memória que Joanita da Cunha construiu para a cidade nas décadas de 1930 e 1940, através do livro *Traços de Ontem*. A partir da articulação do texto memorialístico com outras fontes, diferentes aspectos da cidade foram se delineando, como a sua dinâmica política e econômica, as transformações, com destaque para o aspecto estético-urbano e na intensificação da intervenção e regulação na vida dos alagoinhenses por parte do poder público local. A vontade de modernização e os seus impasses também estiveram presentes no processo de transformação da cidade, o que gerou debate entre imprensa, sociedade e políticos.

**PALAVRAS – CHAVE:** Cidade de Alagoinhas, Memória, Política, Modernidade

## ABSTRACT

The city of Alagoinhas was mentioned following three topics related on the text. Memory, Politics and problems of modernization are topics of which they talk about. The starting point begins by memory analyses from Joanita de Cunha formed about the city in 1930 and 1940, according to the book *Traços de Ontem*. Following the text of memories and others sources, different aspects of the city has been confirmed, as the politics interests, dynamic of economy, changes, focusing the urban aesthetic aspect and the intensification for intervention and regularization in the style of alagoinhense's life by the local government. The intention for modernization and their problems have also been present in the city's changing process, it became a condition for debate among press, society and politics.

**KEY - WORDS:** City of Alagoinhas, Memory, Politics, Modernization.

## LISTA DE TABELAS

- I. Principais Culturas Agrícolas de Alagoinhas (1950), 52
- II. Comerciantes da Praça J. J. Seabra, 52
- III. Desenvolvimento da produção da laranja e do fumo (1948-1949), 62
- IV. Indústrias de Transformação em Alagoinhas (1949), 64
- V. Conteúdo dos Livros de Requerimento da Secretaria da Prefeitura, 84
- VI. Horários de funcionamento do comércio em dias úteis, 94

## SUMÁRIO

Agradecimentos, 05

Resumo, 07

Lista de Tabelas, 08

Introdução, 10

### Capítulo I – Nas linhas da Memória: a cidade lembrada

*1. Entre lembranças e esquecimentos: as operações da memória, 19*

*2. Os lugares da cidade, 29*

*3. Inventando a cidade da tradição, 38*

### Capítulo II – Os traços da cidade

*1. Crise econômica e intervenção governamental, 50*

*2. A Cidade e a Política: composição e ações do Legislativo local, 65*

*3. Regulamentações, controle e intervenção do Poder Público Municipal, 81*

### Capítulo III – Em busca da modernização

*1. A cidade se quer moderna, 96*

*2. A cidade quer luz, 110*

*3. Fechem a porta que lá vem o boi: Alagoinhas e os impasses da modernização  
124*

Considerações Finais, 137

Fontes, 141

Referências Bibliográficas, 142

## INTRODUÇÃO

Pensar a cidade em sua complexidade tem sido o trabalho de uma gama variada de estudiosos. Os temas e os enfoques abordados são os mais diversos e plurais. Literatos, sociólogos, historiadores, geógrafos, urbanistas, enfim, intelectuais das mais diversas áreas do conhecimento elegeram a cidade como seu objeto para reflexão. Isto tem gerado a produção de diferentes imagens e leituras do urbano, que vai da produção de estatísticas sobre o seu crescimento populacional e da produção de riquezas, passando pela sua relação com a arte e com a literatura e pela abordagem através das suas variadas representações.

Diversos historiadores se debruçaram sobre o estudo da cidade após o advento da Revolução Industrial e analisaram a maneira pela qual este espaço criou uma identidade de vida dinâmica e de rápida transformação, conforme as características da modernidade e contrário à vida de mudanças lentas e à conservação das tradições encontradas no campo.

Raymond Williams, em *O Campo e a Cidade: na história e na literatura*, apresentou as diversas imagens produzidas por estes dois campos do conhecimento para representar as diferenças entre esses locais. Williams destacou que a presença da cidade produziu uma imagem contrastante com o seu contraponto; o campo. Literatos captaram o viver na cidade e indicaram a aventura e o arrebatamento que este espaço, humano por excelência, produzia naqueles que a ele achegavam.<sup>1</sup>

A cidade moderna foi associada com a imagem do homem dominando sua paisagem através do caminhar. Cada vez mais, na literatura, a cidade foi ganhando status e sua imagem passou a dominar a narrativa de diversos escritores, como Balzac, destacando a complexidade social e a mobilidade produzida pelo viver o urbano; Dostoievski destacou a cidade como o vetor da perda de conexão, do deslocamento e do estranhamento frente ao novo e ao desconhecido; Baudelaire indicou que a cidade provocava o aparecimento de novas percepções de vida e novas maneiras de viver, geradas pelo isolamento e pelo deslocamento constante das identidades.<sup>2</sup>

Marshall Berman articulou, em *Tudo que é sólido desmancha no ar*, o estudo da modernização de cidades como Paris, São Petersburgo e Nova York com suas

---

<sup>1</sup> WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade na história e na literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

<sup>2</sup> Ibidem. p. 315-316.

representações propostas pela literatura. Ele mostrou de que maneira as cidades foram ao mesmo tempo ponto de partida e alvo da construção de imagens urbanas pelos literatos.<sup>3</sup>

Foi significativa a quantidade de textos literários analisados por Berman que encontraram na cidade sua fonte de inspiração e que complementarmente tornaram a literatura um modo privilegiado de se representar a cidade. Autores como Baudelaire, Dostoievski, Gogol, entre outros, foram argutos analistas e leitores da cidade, de seu significado, do sentido de seus personagens, dos seus símbolos, dos diferentes ambientes que uma cidade propicia a quem a observa e a vive intensamente, foram também precisos narradores que se valeram de uma fina descrição das cenas e quotidianos urbanos, construindo imagens duradouras de suas cidades-objeto/sujeito.<sup>4</sup>

No Brasil, Sandra Jatahy Pesavento também destacou a construção de representações de três cidades, a saber, Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre, a partir do olhar da literatura. Ela se valeu da obra de escritores e cronistas que tiveram a cidade como sua principal temática e operando os conceitos de representação e imaginário, empreendeu as análises das imagens construídas e difundidas por estes espaços urbanos, para além de sua materialidade.<sup>5</sup>

Pesavento analisando as construções das imagens urbanas percebeu também o processo de difusão destas formas criadas para se representar a cidade. Começando por Paris, detectou os mecanismos de produção de imagens que tornaram este local o símbolo e o modelo de cidade moderna a ser difundido e copiado por cidades de todo o mundo. Depois analisou de que maneira as visões de cidade moderna chegaram ao Brasil e foram transplantadas para o Rio de Janeiro durante a reforma de Pereira Passos e como estas transformações foram sentidas e expressas por escritores como Lima Barreto e João do Rio. Desse modo, Porto Alegre, comprando a imagem de modernidade vendida pelo Rio de Janeiro, também empreendeu suas reformas modernizadoras gerando a produção de representações através da escrita de Augusto Porto Alegre e outros autores.<sup>6</sup>

Pensando nessas questões, esta dissertação se propõe a estudar Alagoinhas sob múltiplos olhares, que ao contrário de se excluírem mutuamente, se completam, na

---

<sup>3</sup> BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras.

<sup>4</sup> Ibidem.

<sup>5</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

<sup>6</sup> Ibidem.

tentativa de trazer uma imagem mais plural e por isso mesmo, mais completa (nunca definitiva) em sua análise. Logo, o meu tema é a cidade em sua realidade plural e multifacetada. Por se prestar às variadas formas de abordagens, busca-se analisar, em suas especificidades, a cidade de Alagoinhas no período que vai de 1930 a 1949.

Foram eleitos alguns eixos temáticos, em torno dos quais giraram as análises que foram empreendidas na dissertação. A partir de um discurso memorialístico foi possível articular as questões ligadas à política local e os problemas referentes às tentativas de modernização da cidade, passando novamente pelo fio condutor das lembranças. Os capítulos foram divididos segundo a escolha destes temas. Nos argumentos, houve um entrecruzamento entre as temáticas propostas no conjunto da abordagem.<sup>7</sup>

No momento em que foram abordadas as memórias, surgiram alusões à situação política da cidade e aos seus símbolos de modernidade, como o trem e a energia elétrica, ou ainda os seus problemas infra-estruturais. Na política, foram estudados alguns processos de intervenção governamental em diversos setores da vida da cidade, a saber, na economia, no funcionamento do comércio, na regulamentação de pesos e medidas e na aparência e estética dos prédios residenciais e comerciais.

No capítulo reservado ao processo de modernização propriamente dito, pode-se perceber o papel da política em todas as ações que visavam dotar a cidade de um caráter mais moderno, principalmente no tópico reservado ao estudo da implantação da usina elétrica municipal, onde, somente a partir das articulações políticas e dos contatos e influências exercidos por Saturnino Ribeiro e, principalmente, por Dantas Bião, conseguiram dotar a cidade de uma iluminação mais eficiente. E todas as discussões referentes aos problemas enfrentados pela cidade passaram pelas instâncias de poder, a saber, a Câmara Municipal e a Prefeitura.

*Traços de ontem*, de Joanita da Cunha, foi o livro de memórias utilizado como um dos indícios e pistas pelas quais analiso uma, entre as muitas visões e construções do contexto vivido pela cidade de Alagoinhas no período de 1930 a 1940. Ele se apresenta enquanto cenas de situações vividas na cidade neste período, ou seja, através dele analisei de que maneira Joanita da Cunha enxergou seu passado e da sua cidade, a forma pela qual ela montou e juntou pedaços de sua vida dando-lhe um sentido. De que maneira suas memórias surgem como uma fonte diferenciada e privilegiada para se ter outra imagem produzida para a cidade, de alguém que conviveu de perto com os fatos

---

<sup>7</sup> SANTOS, Joanita da Cunha. *Traços de Ontem*. Belo Horizonte: Graphilivros Editores, 1987.

ocorridos na época e como o tempo e a distância decorrentes da escrita interferiram nesta produção.<sup>8</sup>

Ela escreveu o livro na década de 1980, na cidade de Belo Horizonte em um momento em que nem ela nem a cidade eram mais as mesmas, conforme os fatos relatados no seu livro. Utilizo o seu texto, pois apresenta a visão retroativa de alguém que viveu intensamente os momentos e os fatos que ocorreram no período tratado pela pesquisa e apresenta uma visão diferente que enriquece a análise das transformações da cidade. Em conjunto com a documentação do poder público e dos jornais, *Traços de Ontem* leva a entender como um membro da elite viveu as décadas de 1930 e 1940 e de que maneira ela enfrentou e como reagiu ao processo de transformação enfrentado pela cidade e que levou parte desse grupo à desagregação e ao afastamento sensível do poder.

O recorte temporal foi escolhido tomando como ponto de partida a própria temporalidade presente no livro. Ela inicia sua narrativa em 1931 e a encerra no ano de 1948. Ela traz algumas indicações sobre a vida da cidade no período, e como a pretensão inicial do trabalho era dar uma visibilidade maior ao texto de Joanita, a pesquisa nos arquivos foi realizada com o intuito de construir o contexto histórico da cidade, na época narrada no texto. Com o desenrolar da pesquisa, o trabalho cresceu e a cidade ganhou destaque no projeto. E as pesquisas confirmaram que a construção do recorte temporal fazia sentido, demonstrando que aquele foi um momento crucial na história do Brasil. A cidade de Alagoinhas vivenciou fatos que também motivaram transformações em sua história.

A abordagem da cidade presente na dissertação suscita questões referentes à relação entre a história e a memória. Um livro de memórias despertou o interesse para o estudo mais aprofundado da história da cidade. A memória é um objeto complexo que necessita de uma análise mais apurada de suas operações e de suas interações entre o nível individual e o coletivo.

Este é um debate que remonta ao século XIX e que atravessou todo o século XX. Nele encastelaram-se intelectuais das diversas ciências sociais, como filósofos, sociólogos e psicanalistas. As principais questões em disputa giravam em torno do caráter, da natureza e da primazia do individual, das operações mentais e fisiológicas da

---

<sup>8</sup> SANTOS, Joanita da Cunha. Op. cit.

memória, ou da importância do meio, do grupo social para definir o que deve ser lembrado e como deve surgir a lembrança.

O filósofo francês Henri Bergson tratou a memória como um fenômeno puramente individual. Destacou os mecanismos corporais e psíquicos que interferem diretamente nos processos de construção das lembranças. Ele dividiu a memória em duas formas específicas; a memória-hábito e a memória-lembrança. A primeira se constrói através da repetição e do exercício constante e é responsável pelas ações e práticas dos indivíduos. A segunda se reporta à capacidade de representação da memória, ou seja, a propriedade psíquica que o corpo humano tem de criar imagens de objetos, pessoas e fatos ausentes.<sup>9</sup>

Neste caso, seriam as funções corporais e psíquicas que entrariam em ação para captar as informações do meio e processá-las, gerando assim a capacidade de aprendizagem e de se reportar a eventos do passado. Cada memória seria algo intrinsecamente individual, onde as sugestões e as motivações, o meio cultural, social e coletivo não teriam força para interferir nas lembranças das pessoas.

Esta proposta de análise dos processos da memória foi discutida e negada por Maurice Halbwachs. O sociólogo durkheimiano analisou a memória e a considerou um fenômeno essencialmente coletivo. Ele destacou a força do grupo nas lembranças dos indivíduos, afirmando que é o grupo que dá suporte para as memórias e que ninguém tem a capacidade de ter lembranças individualmente. A mudança de grupo também gera mudança na produção da memória e o distanciamento do meio de convivência pode provocar o apagamento ou enfraquecimento da memória produzida conjuntamente com este.<sup>10</sup>

Ele não negligenciou a importância da individualidade neste processo e articulou uma maneira de entender como encaixar a memória individual em um ambiente onde o grupo tem força para definir o que, como e por que lembrar. Para Halbwachs a memória individual seria um ponto de vista, um olhar da pessoa sobre a memória coletiva. O indivíduo seleciona fatos e imagens da memória coletiva e cria o seu cabedal de lembranças, ou seja, neste ponto ele articulou a força do grupo com a

---

<sup>9</sup> BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

<sup>10</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

capacidade dos indivíduos utilizarem o arcabouço produzido pelo meio social para produzirem suas próprias lembranças.

Alguns aspectos da memória de Joanita da Cunha sinalizavam para este fato, apesar da força do grupo no processo de rememoração. Ela apresenta lembranças sobre a política e a economia da cidade a partir de aspectos diferenciados e mediados pela presença e pelas atividades desenvolvidas por seu pai, Carlos Cunha. A economia girou em torno das fábricas de fogos e do sítio de laranjas dos seus parentes, e por isso apresentavam características peculiares. Assim como as relações trabalhistas e políticas que se mostravam sempre através da afetividade e da amizade.

Outra questão que suscita discussão é a apropriação da memória pela história e como se dá esta relação na produção de conhecimento histórico e as implicações nas pesquisas que se utilizam do substrato da memória como fonte. Nesta relação é necessário entender os seus limites, suas aproximações e distanciamentos, além de suas semelhanças e diferenças.

Discutindo a questão referente aos lugares da memória e suas implicações no processo de desagregação de determinado tipo de manifestação deste fenômeno, Pierre Nora estabelece algumas diferenças na relação de tensão entre o olhar historiográfico e os processos de rememoração<sup>11</sup>.

Para ele, história e memória estão em lugares opostos e destaca aquilo que diferencia uma da outra. Pierre Nora diz que a memória está vinculada à vida e por isso está sempre em evolução, suscetível à mudança e à transformação, onde a lembrança e o esquecimento a tornam sempre aberta às reviravoltas e surpresas. É “vulnerável a todos os usos e manipulações”<sup>12</sup>, sofre com as latências e se vale de revitalizações. Está ligada à afetividade e suas lembranças são “vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas censuras ou projeções”<sup>13</sup>. A memória sacraliza a lembrança e é múltipla, pois múltiplos são os grupos que dão suporte a ela. Para finalizar, Nora concebe a memória como algo absoluto.

De maneira simultânea, ao caracterizar a memória, Pierre Nora fez o contraponto imediato com a história. Em sua análise, esta é uma reconstrução artificial,

---

<sup>11</sup> NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo, Dez. 1993.

<sup>12</sup> Ibidem. p. 9.

<sup>13</sup> Ibidem.

“problemática e incompleta” do passado. É uma operação intelectual que dessacraliza e necessita de análise crítica. Tem uma tendência ao universal e sua operação consiste em criar continuidades temporais, evoluções e as relações entre coisas diferenciadas entre si.

Nesta relação conflituosa, a história seria a responsável pela destruição da “memória espontânea”. O discurso crítico da história está sempre a desconfiar e a suspeitar das operações da memória, pois sua missão é destruir e repelir a memória, através da deslegitimação do passado vivido.

Esta dissertação seguiu as indicações de Pierre Nora e questionou o texto memorialístico carregado de desconfiança e olhar crítico. O que significa dizer que a narrativa memorialista passou pelo filtro e pelo escrutínio do método historiográfico. Foi interrogada e posta em contato com outros olhares sobre a cidade, para que a partir daí, esta fosse concebida como uma leitura diferenciada.

No trabalho com a memória, o historiador não pode abrir mão da desconfiança e do olhar crítico, comportamento recorrente com a utilização de variadas fontes. Mas este procedimento, em relação a este substrato específico, deve se complementar com “aquele de uma coleta do sentido, que visa à apropriação das diversas sedimentações do sentido, legadas pelas gerações precedentes, dos possíveis não confessados que unem o passado dos vencidos e dos mudos da história.”<sup>14</sup>

Vale dizer que não há uma cidade do passado real, existem apenas maneiras díspares de representá-la. A memória foi o ponto de partida que despertou o interesse pela pesquisa da história da cidade. Se, suas visões não são correspondentes ao crivo da história, não significa que estejam mentindo. Inventando talvez, mas, a invenção é também um problema para o historiador enfrentar e, na medida do possível, resolver. Assim, não interessa buscar as mentiras e falsidades produzidas pela memória e sim tentar desvendar os sentidos produzidos pelas suas lembranças, as possíveis motivações que despertaram o fenômeno da rememoração.

Propõe-se trazer à tona visões e leituras diferentes e conflitantes da cidade. Analisar versões díspares do passado de Alagoinhas pressupõe desvendar as diferentes vozes que se levantaram, e suas estratégias para se legitimar no imaginário de sua população. Em linhas gerais, a cidade é tratada sob crivos diferenciados, que, no entanto, se completam, pois trazem a operação crítica da história na construção da

---

<sup>14</sup> NORA, Pierre. Op. cit. p. 9.

narrativa. A cidade é vista sob o olhar da memorialista, que construiu uma leitura da cidade, distante do local e da época do narrado, vivendo em um lapso espaço-temporal, e, portanto, apresentou peculiaridades que foram submetidas ao olhar do historiador que despojou o texto de todo essencialismo, e dessacralizando sua leitura da cidade, o confrontou com outras imagens: conflitantes e complementares.

Essa característica influenciou a estrutura do trabalho. Ele se compõe de três capítulos, sendo que no primeiro há uma análise dos textos memorialísticos, no qual, se processa uma apresentação do conteúdo de texto e da inserção social da autora, articulado com uma discussão teórico-metodológica acerca da utilização da memória como uma fonte para a pesquisa histórica. Nos outros dois, a análise se concentra na cidade e suas transformações, sem abrir mão do olhar da memória sobre os fatos. Dessa maneira articulou-se o texto memorialístico com outras fontes, como por exemplo, jornais, revistas, Livros de Atas da Câmara Municipal, Livros de Requerimento da Câmara e da Prefeitura, Livros de Ofício e de Lei.

O primeiro capítulo, *Nas linhas da memória: a cidade lembrada analisa* a visão que Joanita da Cunha construiu para a cidade de Alagoinhas no período estudado, ou seja, as décadas de 1930 e 1940. A partir das imagens criadas pela autora em suas memórias procuro identificar que leituras e representações ela criou para a cidade e procuro interrogar que cidade Joanita construiu para si e por quê? Que fatores a levaram a produzir esta e não outra imagem de cidade?

Para isso é realizado um estudo das descrições dos lugares lembrados pela autora e de que maneira estes foram transformados em lugares de memória e receberam significados e utilizações peculiares pela memorialista. Além disso, Joanita da Cunha descreveu em seu livro fatos da história da cidade que eram intensamente repetidos com a intenção de se criar uma esquematização da história / memória de Alagoinhas. E sua cidade lembrada reforçava o caráter de cidade tradicional, mítica e ingenuamente feliz. Por fim, o capítulo traz uma discussão teórica acerca das particularidades da memória e suas possibilidades de exploração como fonte para a história.

No segundo capítulo, *Os traços da cidade*, questões como a economia, a política e a intervenção do poder público foram analisadas com o intuito de entender como a cidade enfrentou as mudanças sofridas pelo estado e pelo país nessas décadas (1930-1940) fundamentais para o entendimento da história do Brasil.

A política é o seu eixo analítico. Há uma análise sobre o jogo de poder na cidade após 1930, como se comportaram aqueles que estavam envolvidos com as instâncias de

poder, as transformações na forma de acesso a este e como as mudanças que ocorreram no Estado brasileiro e suas alterações institucionais e constitucionais provocaram alterações no funcionamento e no caráter do legislativo local.

O aumento gradativo do poder de intervenção e controle do poder público, independente da esfera, seja ela, municipal, estadual ou federal, são analisados através do estudo de projetos de lei discutidos na câmara municipal, que visavam resolver uma crise econômica que se abateu sobre a cidade e, concomitantemente, assumir as rédeas de sua vida econômica. Projetos de normatização das construções de prédios comerciais e residenciais, e de controle do abate e comércio da carne, e dos pesos e medidas dos comerciantes, contribuíram para fortalecer a política de intervenção do Estado na vida dos cidadãos. Trabalhando com a idéia da intervenção e do controle, pode-se perceber uma mudança sensível na forma de ação e da relação do poder público para com o conjunto da população.

O terceiro e último capítulo, *Em busca da modernização*, discute as vontades e os impasses da modernização. Analisa os discursos e as práticas que indicavam uma vontade de tornar Alagoinhas uma cidade moderna. Para isso foram escolhidos alguns elementos como ruas calçadas, largas e planas e a energia elétrica. Esta última foi considerada o símbolo máximo do progresso na cidade. A princípio, a luz foi saudada como a chegada definitiva da modernidade, mas rapidamente transformou-se em decepção e em um grande problema para a administração pública. Por fim o capítulo apresenta diversos problemas que caracterizam os impasses e os limites, para a concepção de cidade moderna.

## CAPÍTULO I

### NAS LINHAS DA MEMÓRIA

#### 1. Entre lembranças e esquecimentos: as operações da memória

A utilização da memória enquanto fonte para o trabalho do historiador não pode ocorrer se esta não for submetida a uma minuciosa análise. O caráter e as formas da memória devem ser explicitados assim como a utilização de noções desenvolvidas por outras áreas do conhecimento que, por vezes, auxiliam o nosso trabalho de compreensão desse objeto tão complexo e ambíguo que é a memória e mais especificamente o seu trabalho de lembrança e rememoração.

O ofício do historiador referente à memória surge quando se utiliza de depoimentos orais para o trabalho e a metodologia de pesquisa e também quando as fontes são livros de memorialistas, ou seja, livros de pessoas que se dispuseram a colocar no papel suas memórias e imortalizá-las através das páginas impressas.

O trabalho em questão utiliza-se do livro de memórias, *Traços de Ontem*, de Joanita da Cunha como um pretexto para analisar a cidade de Alagoinhas nas décadas de 1930 e 1940. Além dos temas abordados para entender sua relação com a cidade e com o passado construído para essa é preciso entender algumas questões referentes à maneira como a autora concebe seu trabalho de memorialista, de que maneira ela entende os processos que entram em ação no momento da lembrança e como e com que intenções ela se deu ao trabalho de publicar o seu livro de memórias, que sentidos podem ser lidos a partir do momento em que ela registrou nas páginas em branco um pedaço – minuciosamente escolhido – de sua vida.

Para o prefaciador do livro de Joanita da Cunha, seu amigo de infância, de juventude e de escola, as principais características e o maior mérito de sua escrita estavam no fato de que o texto é, “um livro honesto, que relata como aconteceu, com singeleza e espontaneidade, a história de sua vida, toda ela vivida numa pacata cidade do interior”, e valoriza a época vivida por ambos, “quando a família era aquela comunidade particular de amor e respeito e os amigos existiam realmente”<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> O prefaciador do livro foi Flavio Jarbas. Amigo de infância e colega de escola de Joanita, ele era o filho mais novo de João Vasconcelos, proprietário do Salão Moderno. pp. 10-11.

Outras qualidades foram ainda apreciadas no livro: “tudo nele é narrado com simplicidade e exatidão, como se fora um vídeo - tape, sem arroubos ou enxertos, sem a gabolice conivente do cabotinismo ou o comedimento exagerado de falsa modéstia”<sup>16</sup>. Neste caso a honestidade, a naturalidade e a espontaneidade foram a todo o momento exaltadas para tratar do livro. É como se aquilo que Joanita lembrou e escreveu realmente aconteceu daquela maneira, em *flashes* o seu passado teria vindo à tona e foi fielmente transformado em livro, sem floreios, sem pretensões. São episódios que surgiram pouco a pouco do passado e se nos apresentou, saindo das sombras da memória, em forma de lembranças transformadas em texto.

O lembrar como assistir a um vídeo - tape, a memória como um receptáculo, da qual se pôde retirar cenas gravadas no passado e a rememoração como um reviver de uma história que se passou. Foi deste modo que o trabalho de memorialista de Joanita da Cunha foi visto. As outras características detectadas foram a “linguagem limpa e transparente, acessível a qualquer leitor”<sup>17</sup>, onde a autora, “conta a sua história evolutiva de menina, de moça, de solteira, de casada”<sup>18</sup>.

A pretensão de demonstrar a clareza na comunicação, a facilidade em transmitir aquilo que se quer expor, uma “limpeza na linguagem e pureza de seu contexto”<sup>19</sup>, pode situar Joanita entre aquelas que se colocaram diante de seu ofício como escreventes e não como escritoras<sup>20</sup>. Isto porque se utilizou da palavra como um instrumento para uma comunicação direta, sem preocupações de se enquadrar em estilos literários, onde a linguagem possuía como finalidade gerar testemunho, explicação de um mundo, uma época e uma cidade e ensinar uma maneira de enxergar e representar a sua realidade<sup>21</sup>. A idéia de limpeza e transparência na linguagem sugere e reforça a intenção da autora de convencer os leitores de sua sinceridade e de que escreve aquilo que foi verdade, que realmente aconteceu e que tudo não passou do fruto simples e espontâneo das suas lembranças que fluíam de forma natural, sem esforço, sem pressão e sem nenhuma alteração.

Além disso, ao que parece, a forma assumida pelo texto apresentava uma relação direta com as temporalidades em questão, a saber: o tempo do momento da escrita e a época de que se fala e entre eles um lapso de tempo por volta de quarenta

---

<sup>16</sup> SANTOS, Joanita da Cunha. *Traços de Ontem*. Belo Horizonte: Graphilivros Editores, 1987. p. 11.

<sup>17</sup> *Ibidem*. p. 12.

<sup>18</sup> *Ibidem*.

<sup>19</sup> *Ibidem*. p. 13.

<sup>20</sup> MALUF, Maluf. *Ruídos da Memória*. São Paulo: Siciliano, 1995. p. 27.

<sup>21</sup> *Ibidem*. pp. 27-28.

anos. A sua forma de lembrar e de falar das lembranças se justificava pela época em que havia vivido e se formado em sua consciência e personalidade, uma época que valorizava amigos e familiares, e que era “menos convulsionada”. Apenas quem viveu nesta época, a sua época, poderia desenvolver este tipo de escrita, “espontânea e amena”, nas palavras do prefaciador.

Esta concepção indica que o ato de escrever memórias se configura como um uma tentativa do autor de ajustar contas com o seu eu e, neste sentido, não seria correto mentir a si mesmo, pois “a produção de textos de cunho inerentemente pessoal desdobra-se, também, na possibilidade de empreender uma auto-análise, definida na procura incessante da própria verdade”<sup>22</sup>.

Apesar de considerar sua narrativa espontânea, natural, ingênua e de acreditar que era portadora de um discurso verdadeiro, o texto de Joanita, como qualquer outro, não é inocente, ele é carregado de “um sem número de significados”<sup>23</sup>, ou seja, é polifônico, pois acaba extrapolando os sentidos para além da idéia inicial de comunicação. Muitas vezes diz aquilo que não quer dizer de forma indireta e apresenta brechas para outras possíveis leituras. É sempre ambíguo, de caráter potencialmente reversível e flagrado em contradições, suas análises e descrições que se querem totais e universais, não passam de fragmentos que junto a outros textos não conseguem apreender uma realidade e torna-se difícil esgotar definitivamente as inúmeras possibilidades de análise e descrição<sup>24</sup>.

É preciso constatar que o tempo do narrado e o tempo em que se narra, são diferenciados. Quando da lembrança, da narração, da escrita, o indivíduo passou por um processo de amadurecimento, de transformação pessoal do indivíduo, ele não é mais aquele do fato recordado, há uma re-elaboração, uma reinvenção do passado. *Traços de Ontem* é fruto de uma reflexão, de uma análise, de um julgamento e de uma interpretação de si, carregada de artifícios para corrigir os lapsos, as imperfeições e as descontinuidades que marcam uma vida e dotar de ordem e coerências os fatos relatados.

O que é abordado no livro passou por um processo de maturação, de recriação, pois não se chega ao passado puro e simples - muito embora sua autora assim acredite –

---

<sup>22</sup> ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Minas: Tempo e Memória*. In. *O Eixo e a Roda. Dossiê Memorialismo e Autobiografia*. Volume 6. Julho de 1988. Belo Horizonte. pp. 26-27.

<sup>23</sup> MALUF, Marina. Op. cit. p. 28.

<sup>24</sup> *Ibidem*. pp. 28-29.

ele é uma lembrança dele, crivada de seleção, silenciamentos, apagamentos, reescritas e revisitações deste; lembrar é intervir, é organizar<sup>25</sup> “o caos das imagens guardadas”<sup>26</sup>.

A forte presença da cidade e de certo grupo da sociedade alagoanhense nas memórias de Joanita da Cunha faz despertar para uma questão crucial no que diz respeito ao trabalho com a memória, se ela é individual, social e coletiva<sup>27</sup>. É inegável que a memória sofre a ação de uma memória social, que é partilhada por membros da sociedade, ou de grupos desta.<sup>28</sup> Daí que é importante notar o quanto o processo de rememoração necessita de pontos de referência, e de significados, sem os quais a memória não teria a eficácia desejada. E este é o chamado “sentimento de realidade”<sup>29</sup>, que torna a lembrança algo subordinado “ao tempo, ao espaço, à ordem dos acontecimentos físicos e sociais, tais como são reconhecidos e fixados pelos homens em sociedade”<sup>30</sup>.

Alguns eventos lembrados por Joanita da Cunha podem ser lidos como espécies de âncoras da memória. Quando ela se recorda das histórias referentes à cidade no século XIX credita uma importância fundamental ao fato de que estes acontecimentos “são geralmente narrados de pai para filho, numa seqüência histórica de tradição oral”<sup>31</sup>. Um fato que era reproduzido constantemente na cidade e que demonstrava a força do discurso de determinado grupo para a legitimação de uma versão específica para a história da cidade<sup>32</sup>. Ela estava sempre se valendo da presença e da força seu do grupo como uma maneira de legitimar e dotar suas lembranças de um peso maior de veracidade dos relatos.

Joanita da Cunha pertencia a determinado grupo social da cidade. E em suas lembranças aparecem fatos que são representativos deste grupo, e o sentimento de

<sup>25</sup> Pollak também nos fala do trabalho de recorte e organização da memória individual.

<sup>26</sup> MALUF, Marina. Op. cit. p.29.

<sup>27</sup> Sobre o caráter coletivo da memória, HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Esta pode ser considerada uma obra referência para as discussões acerca da importância da coletividade na formação da memória individual.

<sup>28</sup> Ibidem. E, além disso, autoras como Bosi e Maluf em suas obras citadas reforçam a força do grupo atuante no fenômeno da memória.

<sup>29</sup> A noção de sentimento de realidade pode ser encontrada em Myriam Moraes Lins de Barros, “Memória e família”, *Estudos Históricos*, Vol. II, nº 3, 1989.

<sup>30</sup> BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e família. *Estudos Históricos*, Vol. II, nº 3, 1989. p. 2.

<sup>31</sup> SANTOS, Joanita da Cunha. Op. cit. p. 29.

<sup>32</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, nº 10, Teoria e História. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

pertencimento influencia de forma decisiva o processo de rememoração<sup>33</sup>. Ela deixou transparecer em seu texto que pertencia e possuía relações estreitas com uma elite política, social e econômica da cidade de Alagoinhas. Ela apresentou o pai como um homem bastante ativo e com algumas posses que não eram suficientes para torná-los ricos, mas não eram pobres. Do ponto de vista econômico, sua família se enquadrava em um grupo ainda incipiente de classe média, mas com trânsito considerável entre os grupos de poder da cidade.

O seu pai, Carlos Cunha, era escrivão do Cartório do Cível e Crime da Comarca de Alagoinhas, “era proprietário de uma fábrica de fogos de artifício”. Ele e “Antonio Martins de Carvalho Junior, Prefeito da cidade na época [1942], fizeram uma grande plantação de laranjeiras”<sup>34</sup>, foi um dos articuladores da fundação do Rotary Clube<sup>35</sup> e da organização da Cooperativa de Educação e Cultura da Escola Normal e Ginásio de Alagoinhas, ou simplesmente Ginásio de Alagoinhas<sup>36</sup>, onde também ocupou o cargo de Presidente do Conselho Administrativo, além disso, foi Contador da Santa Casa de Misericórdia, presidente do Elegante Clube<sup>37</sup> e assumiu o cargo de Prefeito entre os anos de 1943 e 1945<sup>38</sup>.

Pode-se notar, pelos cargos ocupados e vínculos estabelecidos, o alto grau de articulação de seu pai com figuras vinculadas à política, à economia e à sociedade local. Joanita da Cunha acabou também ligada por uma série de fatores à chamada elite alagoinhense. Ela freqüentava os mesmos lugares, as mesmas festas, os mesmos clubes e tinha amizade com pessoas deste grupo. Desse modo, ela confirmou sua presença em festas de aniversários e em seus rituais de participação: “Todos os anos havia em Alagoinhas uma festa diferente para as meninas. Era o aniversário de Laurita Cravo Rabelo, filha e neta de ilustres famílias locais”<sup>39</sup>, e se mostrou de acordo com as condições para a participação no evento onde, ela e suas amigas, “eram convidadas para ‘tomar chocolate’, por ocasião de seu aniversário”<sup>40</sup> e comparecia com o vestido na cor escolhida pela aniversariante e previamente anunciado no convite para a festa.

---

<sup>33</sup> BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Cia das Letras, 1994. pp. 405-416.

<sup>34</sup> SANTOS, Joanita da Cunha. Op. cit. p. 30.

<sup>35</sup> Ibidem. pp. 107-110.

<sup>36</sup> Ibidem. pp. 123-129.

<sup>37</sup> Ibidem. p. 112.

<sup>38</sup> Biblioteca Publica do Estado da Bahia. *Jornal Correio de Alagoinhas*. Nº 1703, de 31 de dezembro de 1943.

<sup>39</sup> SANTOS, Joanita da Cunha. Op. cit. p. 75.

<sup>40</sup> Ibidem.

Ainda falando da “elite alagoinhense”, existiam espaços, freqüentados por Joanita e que poderiam ser considerados como locais onde se perpetuavam práticas e que definiam uma identificação social, uma maneira de estar no mundo e dar um significado a um local específico na sociedade. Além disso, são duas instituições que traziam marcas visíveis onde estavam registradas a presença e a existência do grupo, da comunidade. O Rotary Clube, o Elegante Clube e o Salão Moderno são espaços construtores de memória, de imaginário e representação de Alagoinhas e que marcam uma determinada diferenciação social. Joanita freqüentadora de reuniões no Rotary e no Salão Moderno e de bailes luxuosos no Elegante Clube carregou na sua escrita, práticas e discursos sobre a cidade, cujos eventos aconteceram nestes locais.

O Rotary era considerado o local de reunião dos homens da cidade, no qual confraternizavam e idealizavam com sua imagem de voluntarismo como contribuir para o progresso da terra, onde eram exaltados os espíritos de solidariedade e de empreendedorismo, atitudes sempre valorizadas e consideradas marcas dos alagoinhenses por Joanita: “atestado de que os alagoinhenses sempre estão a se ‘dar as mãos’ em benefício do progresso, quando se faz necessário a participação dos homens da terra”<sup>41</sup>. Então era o lugar ideal para que a sociedade alagoinhense pusesse em prática aquilo concebido como suas mais nobres qualidades e, além disso, era “escusado dizer que nessa instituição estavam os nomes mais representativos da cidade, pessoas sempre dispostas a trabalharem pelo seu progresso e engrandecimento”<sup>42</sup>, não por acaso seu pai foi um dos idealizadores da vinda desta instituição para a cidade e ela, por ocasião da inauguração da sede, foi oradora oficial, discursando para recepcionar “tão ilustres representantes do Rotary Clube”.

O Elegante Clube era o local das festas e dos bailes da “elite alagoinhense”. Na pequena descrição de Joanita da Cunha, era um local que possuía certo luxo e “Havia um bonito mobiliário e muitas cadeiras e mesinhas no bar. Um piano completava a beleza do salão”<sup>43</sup>, uma “sociedade recreativa que funcionava num velho sobrado de esquina no centro da cidade”<sup>44</sup>, e também o lugar onde este grupo se reunia para festejar o carnaval<sup>45</sup>, o ano novo e entre outras datas comemorativas e realizar festas dançantes esporádicas. Ela ainda fazia questão de ressaltar que “os integrantes das festas dançantes

---

<sup>41</sup> SANTOS, Joanita da Cunha. Op. cit. p. 125.

<sup>42</sup> Ibidem. p. 109.

<sup>43</sup> Ibidem. p. 111.

<sup>44</sup> Ibidem. p. 115.

<sup>45</sup> OLIVEIRA FILHO, Natanael de. *Festas Momescas em Alagoinhas de 1930*. Alagoinhas em Revista Jan./Fev./Mar-2006.p. 14.

eram moças e rapazes filhos das tradicionais famílias alagoanhenses”<sup>46</sup>. Neste caso possivelmente o acesso era exclusivo para sócios. Havia outras agremiações onde o acesso era limitado a associados, e a situação do Elegante “o mais chique da cidade”, no entender da autora, não deveria ser diferente. Frequentar este clube significava pertencer a um determinado grupo social, e segundo Natanael Filho quem o frequentava era “nossa elite local”<sup>47</sup>, que com seus códigos de conduta e suas práticas, diferenciava-se dos demais grupos, impedindo seu acesso aos bailes e festividades. Tratava-se de um impedimento e uma exclusão simbólica através destes códigos e de fato e de direito através do título de associado, pré-requisito para a frequentação do espaço.

O grupo social tem uma força decisiva no processo de lembrança do indivíduo, reforçando o caráter eminentemente social da memória. Defendendo este argumento, Halbwachs<sup>48</sup> estava indo de encontro a uma tradição que limitava os fenômenos relacionados à memória ao extremo individualismo dos sonhos, debatendo com Bergson e defendendo uma visão durkheimiana da memória ele remeteu “o ato da memória ao plano, também social, da linguagem”<sup>49</sup> e concebeu a memória como um fenômeno acima de tudo social. Na sua visão, o indivíduo se utiliza sempre dos suportes oferecidos e, às vezes, impostos, por seu grupo social, sempre “fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar”<sup>50</sup> algumas de nossas lembranças e na maioria das vezes elas se constroem a partir do confronto de vários depoimentos, sejam eles materiais ou não, sobre acontecimentos ou personagens<sup>51</sup>.

Joanita da Cunha não conviveu com seu bisavô, Pedro José Deway, homem influente na cidade no século XIX, que foi Intendente e Conselheiro Municipal e nem participou dos eventos que ocorreram no processo de transferência da cidade, mas versões já prontas e cristalizadas de ambos chegaram à autora e, de certa forma, foram reproduzidas como se fosse a mais pura verdade por ela em sua escrita.

Halbwachs delimita em sua análise o papel e o espaço ocupados pela memória individual. Neste contexto, mesmo afirmando que os homens apresentam lembranças e esquecimentos apenas devido a sua inserção ou separação de determinado agrupamento social, o indivíduo apresenta uma marca pessoal, “uma forma particular de inserção nos

---

<sup>46</sup>SANTOS, Joanita da Cunha. Op. cit. p. 115.

<sup>47</sup> OLIVEIRA FILHO, Natanael de. Op. cit. p. 14.

<sup>48</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

<sup>49</sup> BARROS, Myriam Moraes Lins de. Op. cit. p. 2.

<sup>50</sup> HALBWACHS, Maurice. Op. cit. p. 25.

<sup>51</sup> Ibidem..

diversos meios em que atua”<sup>52</sup>. A memória individual seria um ponto de vista único diante dos eventos e personagens lembrados em conjunto com sua comunidade<sup>53</sup>. Essa visão particular da memória coletiva sofre alterações e é influenciada diretamente pelo lugar ocupado pelo memorialista dentro da trama social e pelas relações que este mantém com outros grupos e ambientes sociais<sup>54</sup>.

Esta é uma maneira de relativizar algo que poderia soar como prisão conceitual ou como determinismo do elemento coletivo. Indo adiante na defesa do caráter individual da memória, Portelli<sup>55</sup> acredita que, a despeito do meio social moldando algumas características da memória, quem de fato lembra é o indivíduo, o ato de lembrar para ele é pessoal, mesmo estando duas pessoas em um grupo comum, suas lembranças jamais serão iguais.

O ponto de vista não é estático e se altera de acordo com as contingências da vida. É a situação presente do indivíduo de alguma forma assume a condição de catalisador das lembranças<sup>56</sup>. São as necessidades do presente que por alguma razão podem trazer à tona determinadas lembranças de uma maneira particular<sup>57</sup>. Joanita da Cunha estava com mais ou menos sessenta e sete anos no momento da escrita do livro, pouco antes havia publicado outro livro, também de memórias. O que teria levado Joanita a escrever o livro, mais que isso, da maneira como escreveu? É perfeitamente aceitável que ele poderia ter sido escrito de outra maneira. Podemos apontar aqui algumas razões que teriam levado a autora a agir da forma que agiu. Medo ou constatação da perda de prestígio social, pois em sua situação presente ela era apenas mais uma na multidão perdida, sem rosto e sem nome na metrópole. Sentimento de perda frente às alterações sociais, econômicas, comportamentais<sup>58</sup>. Em mais de um trecho ela aponta o quanto a época do livro era melhor e mais valorizada do que ela estava vivendo. Vontade de demarcação de um espaço social antes que ele se perdesse

---

<sup>52</sup> BARROS, Myriam Moraes Lins de. Op. cit. p. 2.

<sup>53</sup> HALBWACHS, Maurice. Op. cit. pp. 47-52.

<sup>54</sup> BARROS, Myriam Moraes Lins de. Op. cit. p. 2.

<sup>55</sup> PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética e história oral. *Projeto história* nº 15, Revista do Programa de estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História - PUC/SP. São Paulo: fevereiro de 1997, p. 25-39.

<sup>56</sup> HALBWACHS, Maurice. Op. cit. p. 25.

<sup>57</sup> MALUF, Marina. Op. cit. p. 31.

<sup>58</sup> BOSI, Eclea. Op. cit. p. 421.

de uma vez por todas, pois nem em sua cidade natal ela e seu grupo desfrutavam mais daquele poder e prestígio de outrora<sup>59</sup>.

Isto demonstra que a memória não é algo simples e direto. Diante deste tema, vários teóricos se debruçaram e puderam ampliar o debate e contribuir para uma melhor compreensão deste fenômeno, valendo ressaltar que a maioria deles debateram intensamente com os pressupostos defendidos por Halbwachs. Segundo Pollak<sup>60</sup>, organizando muito do que foi escrito por Halbwachs, a memória pode se ancorar em personagens, lugares e acontecimentos. Ele os chama de os três critérios da memória. Eles podem vir à tona nas lembranças como algo focado concretamente na realidade ou podem também ser frutos do que podemos chamar aqui de operações da memória, porque são maneiras através das quais pode se realizar uma reminiscência, quais sejam, a projeção, a transferência e a seleção. Através das duas primeiras, o indivíduo pode se lembrar de algo que não viveu empiricamente, mas que faz parte do repertório cultural comum de seu grupo e ele acaba se lembrando de algum lugar, evento ou pessoa. No caso da última ele nos diz que “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado”<sup>61</sup>.

Neste caso, retomando Joanita da Cunha, o tema de seu livro, ou melhor, seu conteúdo é fruto de minuciosa seleção. Os traços do ontem dão uma dimensão plausível a esta questão. A autora selecionou apenas aquilo que contribuiu para a criação de um passado feliz, quase destituído de conflitos e tristezas<sup>62</sup>. Um passado onde pais e filhos não brigavam, onde os eventos e convulsão política e econômica não alteravam a rotina diária de brincadeiras, passeios e namoros, onde o mais importante eram as festas e suas preparações.

Com a ajuda de Walter Benjamin, podemos vislumbrar outras características do processo que envolve a memória. Em seus escritos *Infância em Berlim*<sup>63</sup>, o autor rememorou eventos aparentemente triviais vividos por ele na dita cidade. Mas suas reminiscências são verdadeiras experiências sensoriais, sinestésicas, pois elas possuem odor, sabor, calor, frio, cor, imagem. É um constante deslocar no tempo, ora estamos no tempo da lembrança, ora no tempo do evento lembrado. Com Joanita da Cunha temos

---

<sup>59</sup> MALUF, Marina. Op. cit. p.33.

<sup>60</sup> POLLAK, Michael. Op. cit. pp. 202-203.

<sup>61</sup> Ibidem. p. 203.

<sup>62</sup> MALUF, Marina. Op. cit. p.34.

<sup>63</sup> BENJAMIM, Walter. *Rua de Mão Única*. São Paulo: Brasiliense, 1994. pp. 71-143.

uma memória altamente visual, onde ela demonstra uma grande capacidade de criar imagens e nos levar a penetrar em determinados espaços com a precisão e a minúcia de sua descrição. Foi assim que ela apresentou a casa de sua infância, desde a calçada alta e o lampião preso à parede perto da porta, até o grande quintal que “ocupava quase um quarteirão”. Fez o leitor adentrar como um visitante para conhecer cada cômodo da residência, primeiro a grande sala de jantar com seus quadros e com destaque para o relógio de pêndulo fixado na parede, depois veio o quarto do casal com sua máquina de costura e seu pequeno cofre, passando a uma pequena sala de visitas e mais dois pequenos quartos antes de mostrar o pátio e o quintal. Além de apresentar os cômodos um por um, ela destacava seus objetos característicos e suas funções, fazendo do leitor um participante de suas lembranças.

O tempo, o espaço e as condições de vida, nos quais Joanita da Cunha estava inserida no momento da escrita do seu texto foram de importância fundamental para que ela pudesse definir o caráter de suas lembranças. Sua condição de deslocamento no tempo e no espaço, vivendo em uma sociedade e em um tempo completamente diferentes daqueles presentes em sua narrativa, atuou de forma decisiva para que o texto apresentasse tais lembranças e tais visões de cidade e de sociedade.

Seu tempo presente gerou demandas para sua memória, e elas surgem muito mais como uma maneira de justificar, de tentar explicar e de se manter minimamente confortável diante dos desafios gerados pelas abruptas mudanças geradas pela sociedade de uma metrópole no final do século XX. Sua maneira de ver o passado, sempre de forma positiva e quase sem defeitos, controlável por sua escrita, na qual ela configurou a representação de uma idade de ouro para sua cidade, para si e para o seu grupo social, local em que moraria a presumível felicidade, contrastando com o presente problemático, instável, amedrontador e difícil de controlar.

A relação de Joanita da Cunha com este passado é sempre em termos de saudade e nostalgia, uma vez que o presente apresenta elementos que são contrários ou dificultam a manutenção de certo status desfrutado em tempos pretéritos. Talvez a honra, a amizade, a confraternização, o tradicionalismo sempre presentes e valorizados em seu texto possam ser lidos como uma tentativa de congelamento do passado e como a vontade de construção e, principalmente, manutenção de um lugar simbólico e afetivo de memória que seja confortável para si e para o seu grupo social.

## 2. Os lugares da cidade

*Traços de Ontem*, escrito por Joanita da Cunha em 1987, surgiu como uma narração de sua vida, no qual ela relatou fatos e situações da sua infância, adolescência e juventude, na cidade de Alagoinhas, entre os anos de 1931 e 1948.

Como livro de memórias, *Traços de Ontem* diz respeito à sua vida particular, destacando também fatos e cotidiano da cidade, sejam eles de natureza política, religiosa, social ou econômica. Em sua narrativa, a cidade de Alagoinhas apareceu como elemento fundamental de atenção da memorialista. Mesmo articulando fatos que seriam muito íntimos e pessoais, o ambiente citadino foi apresentado ao narrar uma viagem que ela fez a Salvador. Nesse relato, que abriu o livro, Joanita da Cunha compartilhou com os leitores as expectativas e experiências na sua primeira viagem de trem à capital da Bahia e passou, então, a apresentar variadas características e imagens que ela produziu sobre a cidade de Alagoinhas.

Após esse primeiro momento, passou a apresentar a cidade. Chegando, ela despertou dos sonhos e dos pensamentos distantes e, rapidamente, reconheceu a paisagem que lhe era tão familiar e foi nesse momento que suas memórias pessoais passaram a se confundir com a lembrança da cidade. Apareceram as casas da Rua Dois de Julho e como ela as enxergava, iluminadas pela luz do luar. Por ser a luz elétrica deficiente naquele momento, e afirmava que muitas delas eram habitadas por funcionários da Leste. Logo se aproximou da Estação de São Francisco, sólida construção da segunda metade do século XIX, de onde as linhas férreas bifurcam-se para o centro de Alagoinhas, para Aracajú e para Juazeiro da Bahia. Por fim, ela chegou à Rua 15 de Novembro onde fez um pequeno percurso até a Estação da Praça J. J. Seabra, no centro da cidade, encerrando a viagem.

Ela descreveu a estação com o seu movimento de passageiros, passantes e acompanhantes, seus carregadores barulhentos que buscavam garantir a sobrevivência e o encontro com o pai, que estava à espera, “avisado” pelo apito do trem quando da sua entrada na cidade. No caminho até a residência ela passou por duas das principais praças, descrevendo-as. A primeira, a Pça. J. J. Seabra, também conhecida como Pça do Comércio, se vislumbrava na saída da estação, era o espaço privilegiado do trabalho, do comércio e da circulação de riquezas, onde ela apreciava as principais casas comerciais, inclusive a pertencente ao Cel. Saturnino Ribeiro, “o milionário da terra”, que além de proprietário de trapiches armazéns e diversas casas de aluguel e pontos comerciais,

enveredou pela política sendo Intendente por duas oportunidades, e varias vezes conselheiro e vereador, chegando a presidência da Câmara no período de 1934-1937<sup>64</sup>.

Podia-se observar nesse caminho as casas de ferragens, armarinhos, alfaiatarias, bares, consultórios médicos, armazéns e farmácias, em especial a “Pharmácia Central”, uma das mais antigas. Voltou, então, sua atenção para o centro da praça, no qual, um jardim com fícus<sup>65</sup> artisticamente podados completavam o cenário de cartão-postal com um coreto em formato de quiosque japonês. Ao longo desta praça e em suas imediações é que se realizavam as feiras livres nos finais de semana. Nela ocorriam diversas festas populares como o carnaval. Aí estavam situados os principais clubes dançantes como o Elegante e o pertencente à Euterpe Alagoinhense, que ficava em uma rua próxima.

Joanita da Cunha seguiu contando suas experiências da viagem em direção à Pça. Ruy Barbosa, ou Parque, como era chamada em virtude do seu conjunto de brinquedos infantis. Estava acompanhada do pai e de sua companheira de viagem e caminhou lentamente pelas calçadas, falou da importância afetiva das mangueiras seculares, segundo ela, espécie de espiãs da praça e testemunhas do progresso e crescimento da cidade e, palco das peripécias infantis e colóquios amorosos de jovens casadoiras e sonhadoras.

A paisagem era completada, segundo ela, com um harmonioso conjunto arquitetônico<sup>66</sup>. Esta praça era representada como um espaço de sociabilidades, onde predominavam as residências, era um local para brincadeiras, namoros. Em época de festividades, como, Natal, Ano-Novo, festas de Reis, as duas Filarmônicas da cidade animavam seus moradores. Ela “foi remodelada na ocasião da inauguração da luz elétrica em 29”<sup>67</sup>, evento que povoou o imaginário da memorialista, transformando-o em símbolo do progresso citadino. Este foi o caminho percorrido e apresentado até chegar à sua casa na Rua 24 de Outubro, a continuação de um dos lados da praça.

A viagem que tanto encantou a garota Joanita foi feita no “Pirulito”, que era “um maria-fumaça que saía pela madrugada e chegava num horário bastante elástico: entre dez e meia-noite quando não atrasava muito”<sup>68</sup>. Esse era um meio de transporte bastante

---

<sup>64</sup> Estas informações podem ser conferidas em três livros de Ata de sessões da Câmara Municipal.

<sup>65</sup> Fícus Benjamin era uma planta ornamental muito utilizada para a arborização de praças, ruas e avenidas em várias cidades, onde era considerado um elemento de civilização e modernidade.

<sup>66</sup> Vale ressaltar que as idéias de progresso, crescimento e harmonia presentes neste trecho do texto, são da Joanita. Esta foi apenas uma estratégia que utilizei na escrita do texto.

<sup>67</sup> SANTOS, Joanita da Cunha. Op. cit p.21

<sup>68</sup> Ibidem. p.23.

utilizado pelos alagoinhenses que viajavam para Salvador, no intuito de “resolver negócios, fazer compras, ou mesmo para assistir aos filmes onde apareciam estrelas famosas como, Greta Garbo, Marlene Dietrich e outras em voga na época”<sup>69</sup>. No trem havia algo mais que um simples veículo para locomoção. Ela chamava a atenção para as várias rodinhas formadas pelas pessoas que viravam os bancos e passavam a longa viagem em animados bate-papos e discussões. O trem aparecia como espaço de sociabilidade, troca de experiência e de informações e símbolo de desenvolvimento do lugar. A menina remete a lembranças mais recuadas, “a acontecimentos mais remotos que deram origem à formação da cidade: isto é, a sua história.”<sup>70</sup>, ou seja, de ouvir falar, de conversar, de trocar experiências a garota aprendeu que havia uma forte ligação entre o trem e a formação histórica da cidade.

Pode-se perceber o quanto a cidade de Alagoinhas está presente no processo de rememoração de Joanita da Cunha. É nesse espaço privilegiado de memória que as coisas aconteciam, a cidade era apresentada como uma espécie de pano de fundo para quase todos os eventos lembrados pela autora, sejam suas brincadeiras e, depois, namoros na praça, bailes de carnaval, de final de ano nos clubes, festas religiosas nas igrejas e populares nas praças.

A cada passo dado por sua memória ela nos apresenta um pedaço e uma faceta da cidade. No momento em que nos apresenta um personagem deixa brechas para que se avaliem alguns aspectos das relações sociais, quais eram seus códigos sociais de conduta, como estavam organizados os seus grupos, as relações entre os diferentes grupos e de que maneira ela estava inserida nesta realidade e principalmente como isto influenciava no seu comportamento e na sua memória.

Ao relembrar de momentos considerados corriqueiros, como um simples café da manhã em família ou do movimento de feirantes que passavam na porta de sua casa aos sábados pela manhã, pode-se ter uma idéia de como eram as relações de comércio entre seus habitantes. Nestes momentos ela lembrava das notas utilizadas pelo pai nas compras de remédios, pão, leite, calçados, roupas e tecidos: “naquele tempo a subsistência da família não preocupava tanto. Era costume pagar-se por mês ao açougue, à padaria, à farmácia, sapateiro, lojas, armazéns, geralmente funcionando a cadernetas”<sup>71</sup>.

---

<sup>69</sup> SANTOS, Joanita da Cunha. Op. cit. p. 23.

<sup>70</sup> Ibidem. p.24

<sup>71</sup> Ibidem. p. 59.

Lembra-se dos vendedores ambulantes que vendiam seus produtos nas portas dos clientes, “saíam de porta em porta oferecendo suas mercadorias. Mãezinha comprava tudo o que queria ou que precisava sem ir à feira. E ainda tinha os ‘fregueses’ certos da semana”<sup>72</sup>. Enfim as suas operações de memória estão extremamente vinculadas à sua visão construída de cidade.

Tomando como referência o aspecto espacial, a Alagoinhas da memorialista se restringia em larga medida à área central da cidade, pois é partindo do centro que ela narra suas vivências no espaço urbano. Verifica-se que é nesta área que ela começa apresentando a cidade. São as duas principais praças que emergem primeiramente de sua narrativa. Pode - se começar a entender que estes espaços (as praças) emergem da narrativa da autora como portadores de imagens e de sentidos muito fortes, através dos quais foram deixadas pistas quanto ao cotidiano e o movimento da cidade. Revela também seu grupo de relacionamento e seu raio de ação enquanto moradora de Alagoinhas.

A relação entre a autora e o centro da cidade não é por acaso. Existe aí um aspecto afetivo de grande relevância e chama a atenção para o lugar de fala. Joanita da Cunha viveu até o seu casamento em uma “rua que é a continuação de um dos lados da praça [Ruy Barbosa]. Era a Rua 24 de Outubro...”<sup>73</sup>. Era uma rua por onde passava parte do movimento da cidade e se podia observar o vai-e-vem dos feirantes aos sábados. Tinha ainda a casa de seus avós maternos que “ficava na Rua Conselheiro Saraiva, próxima à Praça Ruy Barbosa...”<sup>74</sup>, de onde as brincadeiras vez por outra acabavam no parque.

Aliado a isto a autora era freqüentadora do Salão Moderno, uma espécie de bar, localizado “perto da Praça do Comércio, à Rua Anísio Cardoso, quase em frente à Prefeitura Municipal...”<sup>75</sup>, local de encontro onde aconteciam discussões à respeito de assuntos políticos e de assuntos informais entre amigos.

Todos estes locais citados até aqui dizem respeito a um pequeno espaço circunscrito ao centro da cidade e que Joanita apresenta quase que inteiramente como os lugares dignos de nota. Na verdade, ela demonstrou um desconhecimento ou desinteresse quase completo por outras áreas da cidade. Isto porque o espaço ocupa uma importância primordial no processo de rememoração, o lugar onde se viveu,

---

<sup>72</sup> SANTOS, Joanita da Cunha. Op. cit. p. 70.

<sup>73</sup> Ibidem p.22.

<sup>74</sup> Ibidem. p.52.

<sup>75</sup> Ibidem. p.35

cresceu, estabeleceu relações diversas, onde uma vida e uma personalidade foram forjadas, adquire um grande peso no momento da lembrança, é ele quem dá sustentação, para que os fatos e as pessoas ganhem sentido quando uma vida é narrada e, mais que isso, seja passada a limpo.<sup>76</sup>

Cabe aqui abrir o diálogo com Maria Feijó, outra escritora alagoinhense, contemporânea de Joanita e que publicou em 1972 uma coletânea de crônicas, intitulada *Alecrim do Tabuleiro*, nas quais, o tema principal era a Alagoinhas de seu tempo de infância, adolescência e juventude. Ela evocou em sua narrativa espaços da cidade que possuíam significados para si. Diferentemente, Maria Feijó apresentou para o leitor uma Alagoinhas diversa daquela restrita ao centro, descrita até o momento por Joanita da Cunha.

Em cinco crônicas, Maria Feijó descreveu como verdadeiros personagens algumas localidades da cidade, distante do centro e que na época estavam de fora do perímetro urbano de Alagoinhas.

A primeira apresentada foi a Rua Conselheiro Junqueira, popularmente conhecida e chamada de Rua do Catú, em virtude de sua proximidade com o rio de mesmo nome. O primeiro contato da autora com esta rua se deu em virtude de sua transferência como professora primária de Aramari para uma escola nesta localidade. No momento de sua chegada a esse local a impressão que teve, obtida também a partir das informações que circulavam na cidade, eram as seguintes:

...tida como distante, arredia mesmo, sem luz, palúdica através de seu maior veículo de contágio, o querido Rio Catú, esburacada, um mar de areia, servindo-lhe de calçamento e nos afogando os pés, pouco habitada, malfeitores vindos da “favela”, região não bem vista, ali nas suas imediações, e uma série de ditos que tais<sup>77</sup>.

Ela fixou moradia, primeiro no início e depois no final da rua. Esta convivência com a localidade gerou uma mudança de percepção e de relacionamento com esta, desenvolvendo um grau considerável de afetividade entre a moradora e o espaço de moradia: “me acostumei a gostar dela, de verdade, assim distante do centro urbano,

---

<sup>76</sup> BOSI, Ecléa. Op. cit. p. 443

<sup>77</sup> FEIJÓ, Maria. *Alecrim do tabuleiro: ...crônicas evocativas de Alagoinhas*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1972. p. 18.

assim triste, assim só, assim silenciosa, assim esquecida, assim cheia de solidão”<sup>78</sup>. E mesmo reconhecendo seus defeitos e limitações ela demonstra “carinho” e admiração por essa “amiga”: “Lamacenta no inverno, poeirenta no verão, mas pra mim, compreensiva e amiga, belíssima”<sup>79</sup>.

Na crônica *Psicologia de Duas Ruas*, Maria Feijó evoca suas reminiscências e experiências vividas nas ruas do Jacaré e na Tupy-Caldas. A primeira foi assim descrita: “ruazinha feia, antipática, cheia de buracos, esquecida pelos senhores prefeitos em todas as gestões”<sup>80</sup> e continuando “e a rua do Jacaré revestia-se de um primitivismo sem limites: nada possuía de atrativo, nem digno de nota”<sup>81</sup>. A relação de Feijó com essa rua vinha desde a sua infância e início da adolescência, pois esse caminho era utilizado diariamente na sua ida e vinda para a escola: “foi ela o cenário verde dos meus primeiros passos, (...), em demanda aos bancos escolares do Curso Primário e do Normal”<sup>82</sup>. E paralela a esta, ela descreve o Caminho do Rio, ou formalmente denominada, Tupy-Caldas “o tal Caminho do Rio, localizada, (...), nos fundos da Rua do Jacaré, (...), uma paralela curva, quebrada, mista, sinuosa, de todas as formas geométricas possíveis, torcendo-se apertada nesses becos e veredas”<sup>83</sup>. Essa rua tinha um significado especial para a vida da cronista: “foi nela, num sítio muito querido memorável em que nasci”<sup>84</sup>. Se a Praça Ruy Barbosa e imediações era o local de residências das “melhores famílias alagoanhenses” e se possuía um “conjunto arquitetônico harmonioso”, nas palavras de Joanita, nestas duas localidades moravam “pessoas pobres, operários da Estrada de Ferro, pedreiros, alfaiates, fogueteiros, (...), costureiras de segunda categoria, [população], sem projeção nenhuma no âmbito cidadão”<sup>85</sup>.

Outra rua distante do centro e que mereceu destaque na narrativa de Maria Feijó, foi a Rua do Inhambupe. Esta era “pouco povoada e muito pobre, era de pequenas dimensões, terminando afunilada em estrada carroçável, afundada em vastíssimo areal, prestando-se somente para caminhos de tropeiros e mesmo viajantes a cavalo, (...), que se destinavam ao Inhambupe”<sup>86</sup>. Ela veio sofrer uma maior movimentação e

---

<sup>78</sup> FEIJÓ, Maria. Op. cit. p. 19.

<sup>79</sup> Idem. Ibidem.

<sup>80</sup> Ibidem p. 43.

<sup>81</sup> Ibidem p. 44.

<sup>82</sup> Ibidem.

<sup>83</sup> Ibidem p. 45.

<sup>84</sup> Ibidem.

<sup>85</sup> Ibidem. pp. 45-46.

<sup>86</sup> Ibidem. p. 75.

importância, para os alagoinhenses, na fala de Maria Feijó, após a construção da Capela de Nossa Senhora das Candeias, pelo Padre Godinho, onde as missas, casamentos e batizados eram famosos, “tornando-se até, a citada Capela, através da milagrosa santa, da preferência de muitos (...)”<sup>87</sup>. Descreve ainda o quadro dos seus moradores: “...humílimos, modestos, simples funcionários da Estrada de Ferro, integravam sua população”<sup>88</sup> e suas características arquitetônicas: “residências paupérrimas, casas baixas, janelas quase tocando no chão, sem nenhum destaque, formavam o perfil tosco e árduo no conjunto residencial existente.”<sup>89</sup>.

Estas ruas, todas, tinham um lugar reservado no repertório de afetividades da sua cronista. Eram personagens de uma história de vida pontilhada pelas andanças nas diversas veredas de sua cidade. Eram caminhos de sua infância, adolescência, juventude, de jovem e sonhadora professora primária. Era lugar de sua infância, de sua casa de criança, seu sítio de laranjas e que era o porto seguro na volta da escola à tardinha, no cair da noite, em uma rua sem iluminação<sup>90</sup>. A outra era o lugar do exercício da profissão de professora primária e da moradia de adulta. Havia também a rua dos caminhos em direção à igreja, e que levava aos tabuleiros arenosos do “Cachorro Magro”. Enfim, locais que, trazidos à tona na representação da cidade de Alagoinhas, mostram outra cidade, alargam a visão da imagem construída, ou colorem o painel, antes monocromático, de uma cidade. Dando mais destaque à miríade de leituras que se pode fazer do urbano.

Segundo Ecléa Bosi, as lembranças dos idosos, “têm assento nas pedras da cidade presentes em nossos afetos, de uma maneira bem mais entranhada do que podemos imaginar.”<sup>91</sup>, ou ainda que, “as pedras da cidade, enquanto permanecem, sustentam a memória”<sup>92</sup>. Cada praça, rua, avenida, casa, ou pedra do calçamento da cidade funciona como um ponto de apoio no qual e a partir daí fatos e personagens possam vir à tona e serem lembrados.<sup>93</sup>

As histórias e os fatos narrados por Joanita da Cunha estão atrelados, intimamente ligados a determinados lugares da cidade. Não podem ser separados na leitura do texto os lugares das histórias narradas, pois “quando se trata de

---

<sup>87</sup> FEJÓ, Maria. Op. cit. p. 76.

<sup>88</sup> Ibidem.

<sup>89</sup> Ibidem. p. 76.

<sup>90</sup> Ibidem p. 28.

<sup>91</sup> BOSI, Ecléa. Op. cit p. 443.

<sup>92</sup> Ibidem. p. 444.

<sup>93</sup> Ibidem. p. 447.

*representificar* a memória – ou a história – de uma cidade, a experiência do tempo é indissociável da sua representação no espaço”.<sup>94</sup> As brincadeiras de criança aconteciam na casa da família e esta tinha uma dimensão espacial diferenciada e própria da criança, a percepção do espaço também se alterou de acordo com as experiências vividas<sup>95</sup>. Ainda criança, a casa de Joanita tinha uma atmosfera quase mítica de um mundo à parte criado pela sua imaginação, era produto dos sonhos de criança. Local de brincadeiras e fantasias do tempo de infância, a casa apresenta caracteres diferenciados à medida que a menina vai crescendo e amadurecendo.

Os namoros e as festas religiosas e populares não seriam as mesmas sem a marcante presença na memória das praças J. J. Seabra e Ruy Barbosa, até os caminhos traçados foram registrados nas lembranças de Joanita. O trajeto para a escola em companhia dos colegas, o trajeto até a casa dos avós em meio às brincadeiras, o deslocar-se até a casa do noivo, foram lembrados:

Para qualquer lugar que eu fosse, na direção do comercio, ia pelo parque./ [...] / Desci a Rua Moreira Rego, passei pela antiga ‘Padaria Sisi’ de propriedade de Manoel Ornelas – na esquina da Praça da Bandeira – e depois de andar mais um pouco estava no Luis Viana, uma rua com algumas casas boas, construídas em enormes áreas de terrenos, fazendo assim a rua enriquecer em metros e metros de largas calçadas, apenas complementando muros. / No final da Rua Luis Viana, dobrei à direita: era a Rua Severino Vieira, ou Ponte Nova<sup>96</sup>.

No momento em que articulava a descrição dos lugares, aos eventos corriqueiramente experimentados, um mapa da cidade era desenhado enquanto a escritora se encaminhava, através de sua memória, aos diversos espaços vividos por ela no tempo em que morou em Alagoinhas<sup>97</sup>.

Os caminhos praticados pela cidade adquirem um sentido que extrapola a sua materialidade. São práticas urbanas que conseguem se movimentar no interior das amarras disciplinares, ou seja, as ruas e as vias públicas são criadas com o objetivo de produzir um caminho e um deslocamento previsível e controlado/controlável. Certeau<sup>98</sup>

<sup>94</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cidades invisíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, jan. – jun. de 2007. p. 15-16.

<sup>95</sup> SANTOS, Joanita da Cunha. Op. Cit. pp. 57-67.

<sup>96</sup> *Ibidem* p. 151.

<sup>97</sup> *Ibidem*.

<sup>98</sup> DOSSÊ, François. *O Espaço Habitado Segundo Michel de Certeau*. In: *Art Cultura*. Uberlândia – MG, n° 9, jul. – dez. de 2004.

cria uma analogia onde a cidade é comparada a uma língua ou a um texto e o ato de caminhar é comparado à fala. Neste caso o caminhar pela cidade indica a fala daquele que percorre determinado itinerário e os diferentes caminhos percorridos significam diferentes apropriações desta língua, ou texto polissêmico, que é a cidade. A cidade urbanizada e pretensamente planejada para controlar os passos e os atos dos seus habitantes, sofre a ação desestabilizadora e tem sua topografia apropriada pelo caminhante, que descreve a sua rota, independente das regulamentações impostas pela urbanidade<sup>99</sup>.

As diferentes apropriações que os habitantes fazem dos mesmos caminhos é que tornam a cidade este texto polissêmico e essa língua sujeita a diferentes pronúncias. Cada morador dá um sentido diferente a uma rua ou a uma praça, a um caminho ou a uma vereda. Uma praça comumente identificada com o comércio e os negócios foi apropriada pelas mulheres da sociedade alagoinhense para a realização de um evento visando angariar recursos para a reforma da Igreja Matriz. Um mesmo espaço pode desempenhar diferentes funções para uma mesma pessoa, a depender do tempo em que esta mesma fizer uso deste espaço, ou seja, no caso de Joanita, a Praça Ruy Barbosa era um local ideal para as brincadeiras de infância no seu parque infantil. Na adolescência e juventude este era o lugar das paqueras e dos namoros. Para Maria Feijó, a ida à Igreja para levar flores ao altar, no mês de Maria, significava muito mais do que apenas cumprir uma devoção religiosa, este ato de fé cristã encobria a realização de um desejo, que podemos chamar de profano, de ter a atenção e de ser vista pelos rapazes que ficavam à espera das moças solteiras na porta da igreja<sup>100</sup>.

As diferentes cidades narradas pelas duas escritoras indicam que cada indivíduo produz imagens diferentes para si e que estas criam uma competição de sentidos para o urbano. Os diferentes caminhos descritos por Joanita da Cunha e Maria Feijó ocorrem levando em consideração que “a cidade é o campo fechado de uma verdadeira guerra de narrativas, das quais cada um de nós é o portador de uma memória específica e cuja tessitura constitui a densidade histórica de cada cidade”<sup>101</sup>. Alagoinhas não é aquela apresentada por Joanita e muito menos a descrita por Feijó. Em sua complexidade a cidade não pode ser presa em uma única descrição, mas nas múltiplas imagens produzidas pelos seus diferentes caminhantes.

---

<sup>99</sup> DOSSÊ, François. Op. cit. p. 86.

<sup>100</sup> FEIJÓ, Maria. Op. Cit. p. 106.

<sup>101</sup> DOSSÊ, François. Op. Cit. p. 88.

As ruas, os caminhos, as praças e avenidas, são lugares carregados de memória e de historicidade. Calvino diz que a história da cidade não é feita simplesmente de lugares e de materialidades. Para ele, “a cidade não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado”<sup>102</sup> e todo o seu passado está “escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas de pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras”<sup>103</sup>, e posso completar marcado também na casa de sua infância, na casa de seus avós, na sua casa de recém-casada, no salão Elegante Clube, no Salão Moderno, na Igreja Matriz, no Ginásio onde estudou e deu aulas, da Estação Ferroviária, do Cartório onde seu pai trabalhava. Todos estes lugares e mais alguns são marcadores de memória e sem eles muito daquilo que foi lembrado por Joanita perderia o sentido para si e para seus leitores.

### 3. Inventando a cidade da tradição

No segundo capítulo do seu livro, Joanita da Cunha trouxe informações variadas sobre fatos ocorridos no século XIX e que foram importantes para a formação de Alagoinhas<sup>104</sup>. Um deles relaciona-se ao episódio da transferência da feira e da sede da vila para próximo da estrada de ferro e da estação ferroviária, quando da aparição dessas situadas a aproximadamente três quilômetros de distância da vila de Alagoinhas.

A elevação de Alagoinhas à categoria de vila se deu em dezesseis de junho de 1852<sup>105</sup>. Em 1863, no dia 13 de fevereiro foi inaugurado o trecho da Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco e uma estação terminal<sup>106</sup>. A partir desse momento um pequeno grupo de pessoas, principalmente comerciantes, passou a se estabelecer nas proximidades da estação e junto a trabalhadores que atuavam na construção da ferrovia começaram a formar um pequeno núcleo populacional<sup>107</sup>.

Após cinco anos da chegada da ferrovia, a “estação”, como era chamada o novo núcleo populacional, foi transformada em sede do município depois da Resolução

---

<sup>102</sup> CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. p. 14.

<sup>103</sup> *Ibidem*. p. 14.

<sup>104</sup> SANTOS, Joanita da Cunha. *Op. cit.* pp. 27-29.

<sup>105</sup> BARREIRA, Américo. *Alagoinhas e seu município*. Alagoinhas, Typographia Popular, 1902. P. 32

<sup>106</sup> *Ibidem*. p. 39.

<sup>107</sup> *Ibidem*. pp. 39-40.

Provincial nº 1013 de 16 de Abril de 1868<sup>108</sup>. Do ponto de vista legal e daqueles que já estavam estabelecidos no local a transferência da cidade se deu sem maiores problemas. A questão é que nem todos estavam satisfeitos com a situação. Os feirantes, por exemplo, não aceitaram o decreto e se mantiveram no antigo local, sendo necessário o reforço policial que enfrentou a resistência de parte da população que decidiu não contribuir com os planos do poder público municipal e estadual. Eles deixaram o local somente cinco meses após o decreto e verificando-se enfrentamentos com a polícia<sup>109</sup>.

Independentemente da veracidade e do rigor cronológico dos acontecimentos narrados, o que interessa aqui é a maneira pela qual Joanita da Cunha refere-se aos episódios relacionados a ele. Em primeiro lugar, ela não marcou os fatos com datas específicas. Em nenhum momento da narrativa dos acontecimentos ocorreu menção a um tempo devidamente controlado e fracionado, salvo uma referência de modo efêmero ao fato de que as ferrovias chegaram no Brasil na época do Segundo Império<sup>110</sup>. Segundo, Joanita da Cunha não se preocupou em seguir uma seqüência baseada na cronologia. Ela mencionou fatos relacionados à instalação da ferrovia na segunda metade do sec. XIX e da transferência da sede da cidade, depois parte para descrever como foram os “primórdios da cidade” e novamente retornou para descrever e, mais que isso, deu a sua opinião, o seu juízo de valor sobre os acontecimentos que envolveram todo o processo de transferência da cidade.

Joanita da Cunha narrou o nascimento da cidade da seguinte maneira: “Uma minoria da população começou a se transferir para a ‘estação’, [...]. Depois houve a transferência oficial da cidade, decisão esta que revoltou a população, precisando de reforço policial [...]”<sup>111</sup>. Mais adiante ela falou que as transferências “eram feitas debaixo de apupos, pedradas, ao som de versinhos que insultavam...”<sup>112</sup>. Estas informações foram provenientes de uma memória da memória, ou seja, foram lembranças colhidas na rememoração de outras pessoas. Esses fatos chegaram ao seu conhecimento através do seu contato com seus pais, avós, tios e demais pessoas de seu grupo de relacionamento.

A partir daí, começou a justificar as reações daqueles que se colocaram contra o processo de mudança da sede da vila. Primeiro, afirmou que as pessoas tinham medo de

---

<sup>108</sup> BARREIRA, Américo. Op. cit. pp. 41-42.

<sup>109</sup> Ibidem.

<sup>110</sup> SANTOS, Joanita da Cunha. Op. cit. p. 27.

<sup>111</sup> Ibidem

<sup>112</sup> Ibidem. p. 28.

que a sua vila desaparecesse diante de outra que aparecia próxima e que apresentava mais vantagens, como localização e terreno. Além disso, Joanita da Cunha disse que a antiga vila estava destinada “à estagnação e decadência”<sup>113</sup>, porque com a facilidade de transporte para Salvador, a nova vila tinha tudo para alcançar rapidamente o progresso e o desenvolvimento em detrimento do antigo núcleo populacional e ainda decreta no final: “decaiu”<sup>114</sup>. Ou seja, para Joanita da Cunha a revolta daquela população se explicava por uma espécie de despeito e, pior que isso, estava fadada ao fracasso como ela mesma afirma com todas as letras.

No entender dela, uma população não poderia lutar contra as forças do progresso, que, no caso de Alagoinhas, se apresentavam puxadas pela locomotiva de um trem. Ela opõe uma cidade destituída de canais de comunicações com outras localidades, com dificuldade de acesso a outras cidades e que estaria condenada ao isolamento, a uma cidade nova, crescente, que se desenvolvia graças à presença do trem em sua realidade, no qual sua população “até então condenada ao isolamento começou a viajar, a se comunicar, a viver melhor, comportamentos que elevaram a mentalidade do povo, refletindo, sobremaneira, na vida sociocultural do lugar”.<sup>115</sup>

A partir daí Joanita da Cunha atrelou o desenvolvimento e progresso da cidade à presença da estrada de ferro na vida do lugar. Assim, tanto o desenvolvimento das lavouras de fumo e de laranja e a atividade comercial da cidade tornam-se devedores da ferrovia, pelo fato de que a proximidade desta possibilitava obviamente a facilidade de transporte, tanto para o escoamento da produção, quanto para o acesso a novos produtos<sup>116</sup>.

Além do aspecto econômico, a autora chamou a atenção para o aspecto cultural que foi possibilitado pela imagem do trem<sup>117</sup>. A regularidade do transporte para centros urbanos maiores e mais desenvolvidos, como Salvador, possibilitou o contato com uma série de novidades e avanços na área cultural e tecnológica, inclusive o acesso ao cinema, pois, de acordo com Joanita, muitas pessoas da cidade iam até a capital para resolver os mais diversos negócios e aproveitava para conferir as últimas fitas produzidas por Hollywood.

---

<sup>113</sup> SANTOS, Joanita da Cunha. Op. cit. p. 29.

<sup>114</sup> Ibidem

<sup>115</sup> Ibidem

<sup>116</sup> Ibidem. pp. 29-30.

<sup>117</sup> Ibidem. pp. 23-24.

De Salvador, através do trem, os alagoinhenses mantinham contato com as novidades da moda, os últimos modelos de calça, vestidos, saias, acessórios, assim também como das revistas femininas da época. De certo o modo, o trem atuava nas mentes das pessoas muito além da sua materialidade e da sua função concreta. Na representação produzida por Joanita da Cunha e por muitos dos seus contemporâneos, o trem simbolizava, principalmente, até as duas primeiras décadas do século XX, o ápice daquilo que era considerado civilizado e progressista para cidade de Alagoinhas.

Esta narrativa sobre o nascimento da cidade, construída no texto de Joanita da Cunha, não era de modo algum, algo desconhecido pelos alagoinhenses. Havia, em Alagoinhas uma repetição incessante de uma série encadeada de fatos relativos aos “primeiros tempos” de existência do município. Era algo produzido e reproduzido através das narrativas de pais para filhos, de uma geração para a sua sucessora, em uma “seqüência histórica de tradição oral”<sup>118</sup>.

Os escritos também contribuíram para esta cristalização de uma dada memória para a cidade. Além do próprio *Traços de Ontem*, que contribuiu para a manutenção e o reforço de um modelo narrativo<sup>119</sup> sobre Alagoinhas, outros texto anteriores, já haviam lançado as bases para uma “esquemáticação” e uma convenção<sup>120</sup> na escrita da história de Alagoinhas.

Entre estes, podemos citar dois, que são mencionados por Joanita, que apresentam uma série repetida de fórmulas e modelos na descrição dos dados relativos à cidade. O primeiro foi *Alagoinhas e seu Município*<sup>121</sup>, de Américo Barreira, publicado em 1902. O autor era um médico cearense que foi designado para Alagoinhas, em 1897, onde seria o responsável pelo atendimento médico daqueles vindos de Canudos em decorrência da guerra e também pela instalação de um hospital para tratamento de variolosos. O texto foi dividido em três partes. Primeiramente o autor descreveu aspectos físicos, populacionais, políticos e urbanos; em seguida houve a apresentação de fatos relacionados à história da cidade, inclusive com a apresentação de alguns documentos oficiais, juntamente com uma sessão onde arrolava os nomes e os dados biográficos de homens considerados de destaque em diversos setores da vida cidadina, os chamados “vultos municipais”; finalizando, apresentou uma coletânea com uma série

---

<sup>118</sup> SANTOS, Joanita da Cunha. Op. cit. p. 29.

<sup>119</sup> BURKE, Peter. *A Invenção da Biografia e o Individualismo Renascentista*. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n° 19, 1997.

<sup>120</sup> Ibidem.

<sup>121</sup> BARREIRA, Américo. Op. Cit.

de relatórios nosográficos, onde constavam descrições minuciosas acerca das doenças e epidemias que atingiam o município naquele momento<sup>122</sup>.

O outro texto que fundamentou as memórias de Joanita da Cunha foi *Vultos e Feitos do Município de Alagoinhas*<sup>123</sup>, de Salomão Barros, publicado em 1979. Neste, seu autor se declara devedor e incentivado pelo trabalho de Américo Barreira e se propôs a continuar e melhorar o trabalho de escrita da história do município: “assim corrijam-se as falhas, por certo anotadas, e atualizem-se, quanto possível, suas motivações, complementando-se os fatos já descritos”<sup>124</sup>. Seguindo as trilhas do seu antecessor, ele dividiu o texto diversos tópicos de descrição, a saber, aspectos administrativos, políticos, judiciais, religiosos, associativos, históricos, econômicos e uma sessão especial para a atualização das biografias e realizações dos “grandes homens” da terra, os “vultos” da cidade seguidos dos seus “grandes feitos”.

Este tipo de convenção para a escrita da história da cidade segue o modelo onde “alguém se dispõe a reunir dados sobre uma urbe e a ordená-los, dando a ver um tempo de origens, um acontecimento fundador, (...), uma saga ocorrida nas épocas mais recuadas, realizada pelo povo fundador guiado por sua liderança”<sup>125</sup>, e que “nessa linha ascensional desde o passado até o presente da cidade, constrói-se o desfile ou a evolução cronológica”<sup>126</sup>, dos fatos e personagens considerados marcantes e fundamentais para o entendimento de sua história.

Nesse sentido justifica-se a repetição sempre dos mesmos fatos e personagens para escrever e expressar a história da cidade. Estes dados apontam para a criação e reprodução de um passado mítico, onde a chegada de um padre jesuíta em um local de tabuleiros com abundância de águas, toda a saga de construção da Igreja que não foi concluída, a chegada da estrada de ferro apontando para o progresso citadino, a luta para a transferência da sede para próximo da linha de ferro levada adiante por homens de visão, “a liderança esclarecida do povo fundador”, são como fases interligadas na montagem do poema épico constantemente recitado, para que o alagoinhense não se esqueça de sua origem.

---

<sup>122</sup> ROCHA, Antonio Manoel Machado da. *O Poder Legislativo em Alagoinhas: 1920 a 1923*. Monografia de Especialização. UNEB, Alagoinhas, 2006. p. 15.

<sup>123</sup> BARROS, Salomão A. *Vultos e Feitos do Município de Alagoinhas*. Salvador: Artes Gráficas, 1979.

<sup>124</sup> *Ibidem*. p. 4.

<sup>125</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cidades invisíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, jan. – jun. de 2007. p. 12.

<sup>126</sup> *Ibidem*.

Para Joanita da Cunha, pensando neste esquema de narrativa de cidade, o ritmo de Alagoinhas de alguma forma era também regido pelas partidas e chegadas dos trens na estação localizada na Praça J. J. Seabra. Joanita afirmou que quando o trem apitava na Estação São Francisco, localizada no entroncamento ferroviário, quem tinha negócios a tratar e dependia do trem ficava alerta e sabia o tempo necessário para chegar àquela estação. Foi assim na sua chegada de Salvador, quando no momento do apito, seu pai saiu de sua casa e no momento exato estava à sua espera e era assim toda vez que ele aguardava a chegada de alguém via transporte ferroviário<sup>127</sup>. Não foi por acaso que ela iniciou e encerrou o livro com uma viagem de trem. No início com onze anos de idade narrou as aventuras, expectativas e surpresas de quem havia feito a sua primeira viagem de trem à Salvador. No final, em tom de despedida, dos leitores e da cidade, ela narrou sua partida em direção ao estado de Sergipe, na presença do esposo e de sua primeira filha, contando a idade de vinte e oito anos.

Neste meio tempo foram inúmeras as viagens à Salvador de férias em presença da família e a estudo, como foram comuns as viagens também a passeio para Santa Luz no sertão baiano e Esplanada, cidade próxima à Alagoinhas. Na cidade sertaneja ela acompanhou sua madastra para tratamento de saúde e passou alguns dias de férias na fazenda de uma colega de escola.

Outro tempo presente no texto de Joanita era o da religiosidade. Segundo ela, “o alagoinhense [era] um religioso. Frequentava[va] as igrejas e compare[cia] às procissões, sendo que as festividades mais animadas eram as trezenas de Santo Antonio - o padroeiro da cidade...”<sup>128</sup>. A Igreja Matriz, a Capela de Santa Terezinha e a de Nossa Senhora das Candeias eram bastante frequentadas pela população.

O mês de maio era dedicado à devoção à Maria, no qual as mulheres da cidade, de todas as idades, levavam todas as noites, a partir das dezoito horas, flores para o altar-mor, para serem colocadas aos pés da imagem da santa. Essas missas especiais eram organizadas, a cada noite, por uma senhora da comunidade local. Desde a infância até a mais experiente idade as mulheres alagoinhenses sentiam-se na obrigação de participar desse momento de emoção, nas palavras de Joanita e de Maria Feijó<sup>129</sup>.

Inaugurando o mês das festas juninas, aconteciam os festejos de Santo Antonio no dia treze de junho. Neste dia ocorriam missas festivas, procissão e o encerramento da

---

<sup>127</sup> SANTOS, Joanita da Cunha. Op. Cit. p. 19.

<sup>128</sup> Ibidem. p. 39.

<sup>129</sup> Ibidem. p. 36 e FEIJÓ, Maria. Op. cit. p. 106.

trezena que se iniciava todo dia primeiro de junho. Além destas festas oficiais organizadas pela igreja, eram comuns as noites de rezas em casas de particulares que sempre acabavam em danças e em chance para que as jovens moças casadoiras arrandassem um casamento<sup>130</sup>.

As reformas e construções de igrejas costumavam movimentar um número considerável de fiéis que lançavam mão de diversas maneiras de angariar fundos para tal finalidade. Seja a *feira-chic*<sup>131</sup> para ajudar na reforma da Matriz ou a venda de guloseimas para ajudar na construção da Igreja de São Francisco, Joanita da Cunha fez questão de enfatizar o quanto os habitantes da cidade se mobilizavam quando o assunto era a Igreja e a religião<sup>132</sup>.

Além disso, falava que os dobres dos sinos da Matriz, de alguma forma, também contribuía para moldar certos comportamentos dos fiéis, como o anúncio de falecimento de moradores, pois os alagoinhenses deveriam ser treinados e estar atentos para o significado de cada toque, pois “se o primeiro toque fosse agudo e o seguinte, grave, era uma mulher que havia falecido. Ao contrario, era um homem.”<sup>133</sup>. E, mais, se o morto pertencesse a uma família de posses ainda teria direito a alguns dobres extras no Dia de Finados. Os fiéis sabiam diferenciar os toques do Dia de Finados e de falecimento do repicar diário do chamado para as missas realizadas nas diversas Igrejas da cidade, sem contar com o fato que os badalares regulares às seis horas da manhã, ao meio-dia e às seis horas da tarde marcavam e dividiam o tempo na cidade<sup>134</sup>, indicando o horário em que cada cidadão acordava para a realização de sua rotina diária, marcava o tempo do intervalo das refeições e por fim o encerramento da jornada e o momento para a reflexão e para a devoção de cada dia.

A partir da leitura das memórias de Joanita da Cunha podemos indicar o modelo de cidade e de sociedade construídos em sua narrativa. Ao reforçar a idéia de que o povo alagoinhense era religioso, quando destaca que “houve uma série de festinhas para aquisição de donativos para a reforma da Matriz”<sup>135</sup>, ou ainda que “esta belíssima igreja

---

<sup>130</sup> FEIJÓ, Maria. Op. cit. p. 58

<sup>131</sup> Esse foi um evento ocorrido em Alagoinhas com o objetivo de angariar recursos para a reforma da Igreja Matriz. Consistia em uma reunião de mulheres concentradas na Praça J. J. Seabra que ficavam à espera de alguns “cavalheiros”. Quando estes apareciam eram “capturados” e para adquirirem sua liberdade eram obrigados a comprar alguns produtos colocados à venda no coreto localizado no centro da Praça.

<sup>132</sup> SANTOS, Joanita da Cunha. Op. cit. pp. 37-39.

<sup>133</sup> Ibidem. p. 36.

<sup>134</sup> Ibidem.

<sup>135</sup> Ibidem. p. 37.

[a de São Francisco] foi construída com a ajuda e cooperação da sociedade”<sup>136</sup>, e que “com o espírito de luta dos irmãos da Ordem Terceira de São Francisco e ‘todos se dando as mãos’, foi possível construir tão bonita e suntuosa obra sacra”<sup>137</sup>. Ou, ainda, quando faz questão de lembrar que as compras em sua casa eram feitas através de bilhetinhos para a farmácia, a padaria, o açougue e etc., “da farmácia chegavam as garrafas de ‘óleo de rícino’[..], atendendo a bilhetes de que meu pai fazia a Pedro Dória, seu amigo compadre”<sup>138</sup>, Joanita da Cunha tentou fixar como imagem de uma cidade que era marcada pela idéia de determinado tipo de tradição – aquela da religiosidade, da amizade mútua e da idéia de uma grande e una comunidade.

Era uma tradição inventada para marcar uma determinada posição no conjunto da sociedade. Esta se configura como um “conjunto de práticas” que podem ser reguladas por regras estabelecidas ou apenas aceitas pela sociedade, são regidas pela ritualidade ou pelo simbolismo e seu objetivo é, através da constante repetição, fazer com que os indivíduos de determinado grupo social interiorizem valores morais e normas comportamentais, gerando uma continuidade com o passado.<sup>139</sup>

No momento que ela exaltou dados e características de determinada época, isso pode ser encarado como uma luta contra o tipo de sociedade e do tempo em que se vive e/ou, ainda, receio diante de uma nova realidade. Nesse caso, uma estratégia para lidar com todos esses sentimentos foi o apego e a exaltação do “seu tempo”, com isso ela congelou o passado construído para si. Uma imagem estática e que atendia aos seus interesses de valorização de determinada época, cidade e sociedade.<sup>140</sup>

As tradições são inventadas para se criar um ambiente confortável de reação às novas situações que se apresentam à vida em sociedade. Diante de um mundo em constante transformação elas são uma tentativa de tornar “imutável e invariável” algumas características e práticas da vida em sociedade.<sup>141</sup>

Vivendo em um tempo, em uma sociedade e em uma cidade diferente daquela sobre a qual escreveu, Joanita reforçou o caráter tradicional da sociedade na qual nasceu, cresceu, se formou e aprendeu a compreender o mundo à sua maneira. Em uma estrofe do poema *A Serra do Ouro* ela afirmou:

<sup>136</sup> SANTOS, Joanita da Cunha. Op. cit. p. 38.

<sup>137</sup> Ibidem. pp. 38-39.

<sup>138</sup> Ibidem. p. 59.

<sup>139</sup> HOBSBAWM, Erich e RANGER, Terence. (orgs). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2008. p. 9

<sup>140</sup> BOSI, Eclea. Op. cit. pp. 418-422.

<sup>141</sup> HOBSBAWM, Erich e RANGER, Terence. (orgs). Op. cit. p. 10.

A cidade de Alagoinhas  
vive da tradição  
daqueles pomos dourados  
brilhando nos laranjais<sup>142</sup>.

No seu texto sobre a Alagoinhas das décadas de 1930 e 1940, época em que a cidade detinha uma das maiores produções de fumo do estado da Bahia e alcançou o posto de maior produtora de laranja da Bahia, era o tempo em que os sítios e chácaras da cidade estavam lotados de pés de laranja, onde, “as laranjeiras carregavam tanto que era preciso colocar escoras. [...]. Nos quintais das residências, nos jardins, em qualquer lugar onde houvesse um pedacinho de chão, surgia uma laranjeira”<sup>143</sup> e “a fama dos saborosos frutos extrapolou as fronteiras da cidade. [...]. Os trens de carga saiam superlotados de engradados de laranja. Na capital, teriam de concorrer com as afamadas e tradicionais ‘laranjas do cabula’”<sup>144</sup>. Para completar o seu poema ela rematou com o seguinte:

Ouro, nos laranjais  
existia ‘de montão’  
ouro, da ‘Serra do Ouro’,  
jamais!<sup>145</sup>.

Utilizando uma metáfora para caracterizar a riqueza da cidade no período apresentado em sua narrativa, Joanita afirma com todas as letras que o “ouro” produzido por Alagoinhas era representado pelos laranjais e fez questão de ressaltar mais de uma vez que “os frutos tinham uma coloração dourada”. Na sua leitura, o Eldorado e a idade do ouro vivido pela cidade, sua fase de glória e fama correspondiam ao período em que Alagoinhas respondia por grande parte da laranja produzida pela Bahia. E ela se mostrou saudosa desse tempo e mostrou o quanto esse sua época era melhor do que aquela atual, do momento da escrita<sup>146</sup>.

---

<sup>142</sup>SANTOS, Joanita da Cunha. Op. cit. p. 32

<sup>143</sup>Ibidem. p.29.

<sup>144</sup>Ibidem. p. 30.

<sup>145</sup>Ibidem. p. 32.

<sup>146</sup>BOSI, Eclea. Op. Cit. p. 421.

Joanita da Cunha manteve-se reticente quanto às mudanças e atacou a ação destrutiva do tempo sobre recursos naturais e as manifestações culturais da cidade, os exaltou e tentou immortalizá-los através de sua escrita com poemas, como, o dedicado às mangueiras da praça Ruy Barbosa, que são “Testemunha da historia de Alagoinhas e sua gente/ tradição viva.[...]”<sup>147</sup>; *O cachorro magro*,

era assim o ‘cachorro magro’:  
 uma duna que lembrava  
 mar/ magia/ encantamento/ alegria/ brincadeira...  
 era tapete macio/ era escorregadeira/ era chão...<sup>148</sup>

E, ainda assim, com todo esse significado e beleza ela demonstrou um sentimento de perda, “o homem destruiu/ sumiu/ acabou”. Esse mesmo sentimento foi identificado em relação às filarmônicas da cidade<sup>149</sup> em um poema homônimo, depois de exaltar as características das duas filarmônicas da cidade, a Euterpe e a Ceciliana, ela lamenta a situação das duas bandas:

Maestros competentes, geniais  
 músicos e professores/ diretores sociais  
 escreveram numa pauta entre bemóis e sustenidos  
 uma Página de Ouro/ em termos bem definidos:  
 arte – cultura - tradição,<sup>150</sup>

Após uma pausa como que para um longo suspiro finaliza, “e a cidade abandonou...”<sup>151</sup>. A construção de uma imagem de valorização para o passado de Alagoinhas é fruto do longo tempo percorrido entre o tempo vivido e o tempo do escrito e a ação produzida por esse tempo na vida e na memória da autora.

Sua condição no momento da produção do texto entrou em jogo e alterou, ou mesmo pode ter motivado o processo de rememoração e narração<sup>152</sup>. No momento da escrita do texto Joanita morava na cidade de Belo Horizonte, capital do Estado de Minas

<sup>147</sup> SANTOS, Joanita da Cunha. Op. cit. p. 31.

<sup>148</sup> Ibidem. p. 33.

<sup>149</sup> A Sociedade Beneficente Filarmônica União Ceciliana, foi fundada em 1883 e a Sociedade Filarmônica Euterpe Alagoinhense foi fundada em dezembro de 1893.

<sup>150</sup> SANTOS, Joanita da Cunha. Op. cit. p. 41

<sup>151</sup> Ibidem.

<sup>152</sup> MALUF, Marina. Op. cit. p. 29.

Gerais, na década de 1980. Vivendo em uma das maiores cidades do Brasil, tendo que lidar com um ritmo muito mais intenso e acelerado, onde as transformações ocorriam com uma velocidade muito maior, convivendo com uma desagregação cada vez maior de uma série de valores insistentemente defendidos por ela em sua escrita, distante de seus familiares e seu esposo (ela já estava viúva, no momento da escrita). O forte apego aos fatos, personalidades e supostas características do passado podem ser indícios de “desenraizamento social e de tentativa de recuperação da identidade remetida aos tempos pretéritos”<sup>153</sup>.

Na grande metrópole, Joanita da Cunha, era apenas mais uma senhora que estava entrando na terceira idade, viúva de um ex-bancário. Em Alagoinhas ela era filha de um homem conhecido e bem relacionado na sociedade que, inclusive, chegou a ser prefeito, neta de um dos chamados pioneiros, freqüentava os clubes e bares da elite, era amiga e se relacionava com as moças das “melhores” famílias da cidade. Ela sentia que esse tempo, essa sociedade, não lhe pertencia mais, vide o sentimento e a valorização empregados nas lembranças do “seu tempo”. Nestes termos, Maria Arminda Arruda sugere, que “voltamos para os primeiros anos, procurando afastar-nos de um meio social cujos princípios não compartilhamos, numa espécie de restauração do período de onde brotaram as nossas recordações”<sup>154</sup>. A lembrança do passado significa, entre outras coisas, um descontentamento e desencantamento com o presente.

Nem ela nem a cidade que ela narrou eram mais as mesmas. Ambas haviam passado por um amplo processo de transformação e suas lembranças são condicionadas pelo presente do indivíduo que relembra<sup>155</sup>.

O livro nos relata fatos de um tempo que passou e não voltaria mais. O tempo das memórias foi reconstruído quarenta anos depois aproximadamente e mostra a reconstrução e a re-significação de uma história que não mais pode ser vivida, a não ser através da rememoração, mas neste será outra época. Saudades e nostalgias marcadas pela desagregação de uma vida social e familiar, marcada pela separação, pela perda de espaço e prestígio social. Uma lembrança gerada para marcar um lugar na história e na cidade, objeto e principal personagem desta rememoração.

O ato de escrever apresentou-se como um trabalho de composição<sup>156</sup> da memória. Nele, as reminiscências foram construídas com o intuito de reorganizar o

---

<sup>153</sup> ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Op. cit. p. 31.

<sup>154</sup> Ibidem. p. 28.

<sup>155</sup> MALUF, Marina. Op. Cit. p. 31.

passado (mítico, representado pela idade de ouro da laranja, altamente valorizado) em função do presente, para dar sentido a este e torná-lo agradável. A memória está em permanente processo de construção, pois nossas experiências presentes e o ambiente social em que vivemos exigem de nós a criação de um passado com o qual possamos conviver com um mínimo de satisfação<sup>157</sup>.

---

<sup>156</sup> THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. *Ética e História Oral. Projeto história* nº 15, Revista do Programa de estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História - PUC/SP. São Paulo: fevereiro de 1997, p. 51-84.

<sup>157</sup> MALUF, Marina. Op. Cit. p. 31.

## CAPÍTULO II

### A CIDADE E SEUS TRAÇOS

O capítulo I discutiu imagens da cidade produzidas pelo texto memorialístico de Joanita da Cunha. Este pretende apresentar outras visões de cidade. O que está no cerne das análises é a relação entre história e memória. Debruçou-se sobre os sentidos produzidos por um livro de memórias, de que forma sua autora se inseria na sociedade desta época e como e por que ela relembrou de fatos, pessoas e características da cidade, durante o período estudado. Este que se inicia, ocupa-se da história da cidade à luz de dados que permitem confrontar com a memória da autora em questão.

O capítulo precedente apresentou a cidade da memória, produzida por pessoas que nela viveram partes de suas vidas. O presente capítulo apresenta uma cidade diferente, representada a partir de outras fontes, que ora concordam com as memórias, ora trazem visões e sentimentos distintos.

Em síntese, o primeiro capítulo indica de que maneira os memorialistas vivenciaram a cidade apresentada no segundo, e de que maneira eles construíram a cidade representada em sua memória. Neste, está representada uma cidade com traços variados, em sua política, economia e os impasses da modernidade. Muitas destas leituras recorreram ao texto memorialístico, mas, apresentam, por vezes, imagens contrastantes de cidade. Este caráter, antes de ser indicador de um problema, constituiu-se em uma possibilidade de apresentar uma cidade com imagens mais diversificadas e plurais.

#### 1. Crise econômica e intervenção governamental

Alagoinhas é uma cidade localizada no interior da Bahia a meio caminho do litoral e do sertão, no agreste baiano. Na década de 1930, era considerada cidade pólo do Litoral Norte da Bahia. Neste período era ligada à capital do Estado, Salvador, por 125 quilômetros de estrada de ferro e por 105 quilômetros em um trajeto rodoviário por estrada de rodagem.

A presença da estrada de ferro, com duas estações ferroviárias e um importante entroncamento ferroviário, tornava a cidade um local estratégico na ligação da capital baiana com o norte-nordeste do estado e com outros estados, como por exemplo, Sergipe. Isto facilitou o transporte de cargas e pessoas e possibilitou um intercâmbio mais intenso com outras localidades ainda no século XIX. Neste momento, a estrada de ferro era concebida como um símbolo, um sinal de progresso e de modernidade que haviam chegado a Alagoinhas.

Em 1930, Alagoinhas era uma cidade que possuía aproximadamente 46.509 habitantes, sendo que destes, 20.000 residiam na sede do município<sup>158</sup>. Até o final da década de 1940, sua população atingiu a marca de 52.007 habitantes, com 21.283 habitantes morando no quadro urbano e suburbano da sede, resultando em 53% destes residindo na zona rural. Comparando com a totalidade dos municípios baianos, Alagoinhas ocupava a 17ª posição se fosse levada em consideração a totalidade da sua população, incluindo, zona rural e zona urbana da sede e dos distritos e a 5ª cidade mais populosa do Estado, contando apenas com a população urbana e suburbana da sede do município. No período compreendido entre as décadas de 1930 e 1940 a população da cidade, incluindo sede e distritos, sofreu um acréscimo de 11,82% no total de habitantes. Algo que não mudou de maneira global foi a zona de moradia desta população que continuou a ser majoritariamente rural. Era um município, que como muitos outros da Bahia e do Brasil, tentavam empreender uma urbanização mais efetiva.

Suas principais atividades econômicas eram a agricultura e o comércio, então as maiores fontes de rendas do município. Com relação à lavoura seus produtos de exportação eram a laranja - principal produtor do estado no período - e o fumo, o qual tinha sua produção exportada, especialmente para a Alemanha. Estes dois produtos eram responsáveis por 72% da produção agrícola da cidade<sup>159</sup>. Segundo dados do censo realizado pelo IBGE, em 1950, representados na tabela 1, a laranja representou 48,58% da produção agrícola da cidade, gerando recursos em torno de Cr\$ 12.000.000 e o fumo respondeu por 23,32%, com recursos no valor de Cr\$ 5.760.000<sup>160</sup>. Ela ainda apresentava uma considerável produção de leite pasteurizado, que abastecia a capital, colocando-a como uma área integrante da bacia leiteira do Salvador.

---

<sup>158</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia. Dossiê sobre o município de Alagoinhas – 1931. Sec. De Interior e Justiça. Cx. 3502 maço 393.

<sup>159</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia (Biblioteca). Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. IBGE XX Volume. Rio de Janeiro, 1958. pp 21-25.

<sup>160</sup> Ibidem.

Tabela. 1  
Principais Culturas Agrícolas de Alagoínhas (1950)

Produto	Valor absoluto em Cr\$	% sobre o total
Laranja	12.000	48,58
Fumo	5.760	23,32
Mandioca	2.100	8,50
Limão	1.800	7,29
Banana	1.500	6,07
Milho	480	1,99
Tangerina	300	1,21
Outros	763	3,09
Total	24.703	100,00

Fonte: Enciclopédia Brasileira dos Municípios. IBGE XX Volume. Rio de Janeiro, 1958. P. 21-25.

A localização da cidade, como um importante entroncamento ferroviário, de alguma maneira foi responsável pelo desenvolvimento da atividade comercial de Alagoínhas. Esta posição facilitava aos comerciantes, agricultores e industriais escoarem sua produção com mais agilidade e, também, colocava essas pessoas em contato com possíveis novidades do mercado, de forma a diversificarem sua produção e o estoque de suas casas comerciais.

O comércio da cidade concentrava-se na antiga Pça. do Comércio, depois chamada de J. J. Seabra e em seus arredores, como as ruas Anísio Cardoso, Coronel Tamarindo, Rodrigues Lima, Conselheiro Moura, Pedro II e Pedro Pondé. Este era o local onde estavam situados lojas e armazéns que dispunham de diversos produtos para a venda. Conforme mostra a seguir, a Tabela 2.

Tabela 2.  
Comerciantes da Pça. J. J. Seabra.

Ramos de atividade	Comerciantes
Lojas de fazenda	Jose Martins de Carvalho, João Chagas e Filho, Aristeu Martins de Carvalho, Joel de Carvalho, Alberto Campos e Cia, V. Abrahão, José Félix, Alberto Azi, Victor Cesar Viana, Josias Mendes de Souza, Vespasiano Pinto da Silva, Alceu Martins de Carvalho.

Armazém	José Barros Ramos, Ethério Cerqueira Campos, Ephrem Costa, Baptista e Irmãos, Pedro Marques de Carvalho, Pedro Aragão, Júlio Pires de Aragão, Saturnino da Silva Ribeiro, Ananias Lacerda, Joaquim Alves do Nascimento, José Galdino Maia, Aderito Oliveira, Manoel Monte Santo.
Alfaiataria	José Querino da Silva, José Patrocínio dos Santos, Victor César Viana, Josias Mendes de Souza.
Farmácia	Humberto Morais, viúva de José da Costa Dórea, José Cordeiro.
Fábrica de Charutos	Pedro Marques de Carvalho.
Hotel	Isaias Celestino da Silva.
Representante bancário	Saturnino da Silva Ribeiro.
Material p/ construção	Pedro Marques de Carvalho, José Galdino Maia.

Fonte: Livro de Lançamento de Indústria e Profissões (1935)

Joanita da Cunha relatou em *Traços de Ontem* a importância da praça para o comércio da cidade, uma vez que neste local estavam estabelecidos os maiores comerciantes, citando os principais nomes, muitos dos quais, em concordância com a tabela anterior. A saber, Saturnino Ribeiro, Aristeu de Carvalho, Alberto Azi, Ethério Campos, Alberto Campos, Joel de Carvalho e os diversos integrantes da família Bastos, todos comerciantes estabelecidos na J. J. Seabra.<sup>161</sup>

As casas comerciais mais importantes eram os trapiches responsáveis pela produção de fardos e venda do fumo em folha, em corda e em rama. Eles distribuíam não somente a produção de Alagoinhas, mas também, o fumo de outras cidades da região era beneficiado e vendido nos trapiches. Eram proprietários de trapiches e depósitos de fumo: Saturnino da Silva Ribeiro, Mário da Silva Cravo, Antonio Martins de Carvalho Júnior, todos exerceram cargos políticos na cidade, foram prefeitos, vereadores, conselheiros, intendente e, Mario Cravo, foi deputado estadual entre 1950 e 1954<sup>162</sup>. Não foi por acaso que Joanita da Cunha, em suas memórias, apontou o proprietário de trapiches Saturnino Ribeiro como o homem mais rico da cidade, milionário com uma fortuna avaliada em duzentos contos de réis, na década de 1930.<sup>163</sup>

Havia uma quantidade razoável destes estabelecimentos na cidade e não era por acaso que os seus proprietários formavam uma espécie de elite comercial de

<sup>161</sup> SANTOS, Joanita da Cunha. Op. cit. p. 20.

<sup>162</sup> BARROS, Salomão A. Op.cit. pp. 327-337.

<sup>163</sup> SANTOS, Joanita da Cunha. Op. cit. p. 20.

Alagoinhas, porque eram eles os maiores responsáveis pelo beneficiamento e comercialização do produto. Grande parte da renda da cidade provinha desta atividade, o que, de certa maneira, justificava a preocupação do poder público municipal com os destinos desta cultura, com a implantação de políticas públicas visando garantir boas produções de fumo. Convém lembrar que uma taxa extra do fumo alagoinhense na Alemanha gerou uma crise para a economia da cidade.

Na tentativa de solucionar os problemas na renda municipal, que vinham de uma constante queda desde o início da década, o Vereador Miguel de Azevedo nos anos de 1936 e 1937, colocou à apreciação da Câmara de Vereadores três projetos que visavam fomentar, incentivar e desenvolver algumas das principais atividades econômicas da cidade, com o fim de recuperar as rendas e a arrecadação municipais. Foram eles, projetos para premiação de lavradores de fumo e produtores de laranja e uma proposta para a implantação de uma feira permanente de produtos da agricultura, comércio e indústria.

Em comum, estes projetos apresentavam uma proposta e uma intenção de regulamentação e intervenção por parte da prefeitura nos setores da economia municipal. Sofrendo crises que datavam do início da década a cidade necessitava de ações que pudessem pôr termo ou ao menos minorar seus efeitos.

Em 1936, o Vereador Miguel de Azevedo apresentou uma proposta de projeto de Lei que tinha com principal objetivo incrementar a lavoura de fumo no município. Neste projeto o autor propôs que o município concedesse prêmios como bonificação para os lavradores que tivessem alcançado a produção superior a mil trezentos e cinquenta quilos de fumo por ano. Na justificativa do projeto, Miguel de Azevedo apresentou duas razões para aprovação e sanção da lei. Segundo ele, o projeto: “[teve] por fim não só incentivar os pequenos lavradores, concedendo - lhes o (...) prêmio dos suores derramados (...), como promover o aumento de produção em benefício do Cofre Municipal”<sup>164</sup>.

Na verdade, ao que parece, a concessão de prêmios aos lavradores era apenas um pretexto para que o poder público municipal se mobilizasse no sentido de aumentar as rendas da cidade, diante da necessidade de melhorar a arrecadação de suas finanças. Segundo o Vereador um dos “problemas mais vitais do Município” eram as suas rendas deficientes e era necessário que se descobrisse novas fontes de renda e que se

---

<sup>164</sup> Ata da sessão da Câmara Municipal de Alagoinhas do dia 01 de julho de 1936. Livro nº 15.

incrementasse as já existentes. Estas dificuldades estavam em pauta desde o início da década de 1930. Em 1931, em um Memorial enviado ao interventor federal no estado da Bahia, o prefeito alegou problemas financeiros em Alagoinhas, devido ao aumento da contribuição devida pelos municípios, ao tesouro estadual, para o serviço de ensino, 20% da arrecadação, e para o serviço de policiamento, outros 5%<sup>165</sup>.

Além do acréscimo da tributação exigida pelo estado, o principal produto de exportação da cidade, o fumo, sofreu um golpe muito pesado, quando a Alemanha, seu principal mercado, criou uma sobretaxa sobre o produto, cobrando um imposto de 180 marcos - ouro, por quilo de fumo que entrasse no país<sup>166</sup>.

O resultado disto foi o afastamento de negociantes que compravam o produto nas mãos dos lavradores e comerciantes locais e revendiam no exterior. Outro fator foi a diminuição significativa da procura pelo produto. Em razão dessa circunstância, grande quantidade de fumo “bichava” nas propriedades, sem compradores. Se para lavradores e comerciantes a situação ficou difícil, para a cidade as ressonâncias do imposto alemão, também não foram nada agradáveis.

Atacada em sua principal atividade econômica, Alagoinhas diminuiu a sua receita orçada, para o ano de 1931, em mais de quarenta contos de Réis. Isso significou o aumento de obrigações sem a perspectiva de cumprimento, dificuldades para o pagamento do funcionalismo municipal e a incapacidade de se levar a frente projetos de obras públicas de urbanização da cidade. Melhoramentos como, por exemplo, nivelamento de ruas, colocação de calçamento, valetas e meios-fios deixaram de ser feitos, devido à diminuição abrupta de rendas do município, segundo justificativa do Prefeito Mario Cravo<sup>167</sup>.

Em 1934, Alagoinhas ainda se ressentia da situação gerada pela seca que se abateu sobre a cidade em 1932<sup>168</sup>. Problemas na colheita de gêneros básicos da alimentação, como o feijão, a mandioca, o milho e frutas, seguidos da alta dos preços dos gêneros alimentícios, agravaram ainda mais a crise financeira pela qual passava o município. Além disso, os principais produtos de exportação sofreram uma queda nos preços da venda, os terrenos e as propriedades em geral foram desvalorizados.

---

<sup>165</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia. Dossiê sobre o município de Alagoinhas – 1931. Sec. De Interior e Justiça. Cx. 3502 maço 393.

<sup>166</sup> Ibidem.

<sup>167</sup> Ibidem.

<sup>168</sup> Ata da sessão do Conselho Consultivo do dia 14 de março de 1934. Livro nº14.

Os trabalhos e os negócios nos diversos setores econômicos enfrentaram um sensível retrocesso, gerando dentre outras conseqüências, o aumento da inadimplência dos contribuintes do município. Diante de tal situação os cofres públicos da cidade enfrentavam escassez de recursos, comprometendo o andamento de obras públicas, o pagamento do funcionalismo e de dívidas da Prefeitura.

Esta seca que castigou os sertões da Bahia foi responsável por agravar ainda mais a crise sócio-econômica e agrária que se abateu sobre o estado a partir de 1929, gerando aumento do desemprego no campo e na cidade. Além disso, concorreu para o êxodo rural e a concentração da propriedade rural na mão daqueles que tinha maiores condições de resistir às turbulências<sup>169</sup>.

Esta situação não era privilégio exclusivo da cidade de Alagoinhas. Em uma economia baseada exclusivamente na exportação de produtos agrícolas, qualquer flutuação no mercado internacional era motivo de preocupação para as finanças do Estado. A crise do sistema capitalista em 1929 trouxe conseqüências desastrosas para os cofres públicos da Bahia, some-se a isso a turbulência político-social provocada pela Revolução de 1930. Segundo Consuelo Novais Sampaio: “a Bahia era um Estado descapitalizado e sob os efeitos de uma profunda crise econômica e social, agravada pela instabilidade político-institucional gerada pela revolução”<sup>170</sup>.

Este era o quadro econômico da cidade, no momento da proposta do Vereador Miguel de Azevedo. Era preciso, portanto, reerguer a economia da cidade para que ela não se afundasse ainda mais. E para isso era necessário aumentar a arrecadação pública. Apesar de toda crise enfrentada pela cultura do fumo no início da década, ainda era ela que “[representava], portanto a sua [da cidade] maior grandeza, e triste de nós se não [fosse] ela”<sup>171</sup>. Segundo o autor do projeto, mesmo a produção de fumo, segurando a economia da cidade, ela era “desamparada e entregue exclusivamente a pequenos lavradores”<sup>172</sup>. Neste caso, gerando riquezas para a cidade e para os proprietários de trapiches, os beneficiários desta produção, os pequenos produtores, responsáveis diretos pela lavoura do fumo, estavam em situação difícil e desmotivados para continuar a cultura desse produto.

---

<sup>169</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e Representação: o Legislativo da Bahia na Segunda Republica*. Salvador: Assembléia Legislativa, 1992. p. 41-42.

<sup>170</sup> *Ibidem*. p. 41.

<sup>171</sup> Ata da sessão da Câmara Municipal de Alagoinhas do dia 01 de julho de 1936. Livro nº 15

<sup>172</sup> *Ibidem*.

O vereador, que era agrônomo e se considerava experimentado na vida do campo, se dizia “conhecedor dos segredos da terra, da média, da sua produção e das múltiplas dificuldades que [enfrentavam] os pequenos lavradores”<sup>173</sup>. Traçava, assim, um quadro sombrio para o futuro da cidade caso os pequenos lavradores abandonassem a produção. Miguel de Azevedo, que além de vereador, exercia as funções como agrônomo nos vários serviços do Governo Federal ligados à agricultura, poderia ser contemplado com a premiação prevista no projeto, já que possuía uma propriedade na qual era produzido o fumo.

Os pequenos lavradores eram os maiores responsáveis pelo cultivo do fumo, mas não eram suficientemente recompensados pela atividade. Era preciso fazer com que sua renda aumentasse de alguma forma para que eles não abrissem mão da produção e fossem em busca de outra atividade mais rentável. O prêmio surgiu como uma possibilidade de aumento da renda dos pequenos produtores e como incentivo para que eles não somente seguissem com o cultivo, mas que ampliassem a produção, através da adoção de novas técnicas de plantio e manejo, já que o autor do projeto considerava a tecnologia utilizada, até então, obsoleta e defasada, portanto, não possuía condições favoráveis para o aumento da produção.

Caso a lei fosse aprovada, os lavradores adotariam novas técnicas para alcançarem a meta prevista no projeto e conseguirem o prêmio. Esta não era uma tarefa fácil, haja vista o julgamento do vereador em relação aos lavradores. Segundo ele, os pequenos lavradores, maiores responsáveis pela produção, eram “homens pobres e sem escola, rotineiros por índole e bastante atrasados”<sup>174</sup>. E mais, ele detectou uma, “aversão (...) pelos métodos modernos na classe dos pequenos lavradores, (...), eles prosseguem, (...), só se preocupando com a quantidade, desprezando a qualidade”<sup>175</sup>.

Haveria muito trabalho pela frente, no sentido de mudar os hábitos de plantio dos lavradores e o município não reunia condições para tal empreitada. Para isso foi pedida uma ajuda ao “Instituto do Fumo”, com o objetivo de se “propagar entre os lavradores, os modernos métodos aconselhados para o desenvolvimento da citada cultura e valorização do citado produto”<sup>176</sup>. Este instituto tinha por objetivo fomentar e financiar o aumento quantitativo e qualitativo da produção do fumo no Estado da Bahia, o que incluía a disponibilização de créditos para os lavradores e a propagação de novas

---

<sup>173</sup> Ata da sessão da Câmara Municipal de Alagoinhas do dia 01 de julho de 1936. Livro nº 15.

<sup>174</sup> Ibidem.

<sup>175</sup> Ibidem.

<sup>176</sup> Ibidem.

técnicas de manejo do produto. Ficava subentendido que somente após uma modernização no plantio do fumo a cidade poderia lograr os êxitos com o aumento da produção e conseqüente ampliação da arrecadação e de suas rendas.

Em um discurso pronunciado no dia 21 de Novembro 1936, quando da inauguração do Instituto do Cacau, em Salvador, o governador Juracy Magalhães falando das características e razão de ser desta instituição, também fez alusão a um plano econômico de recuperação e fomento às principais lavouras do estado, destacando que suas medidas iniciais “*concorreram para abrandar o pânico e restabelecer a confiança no futuro da lavoura e na solvência dos lavradores*”<sup>177</sup>(grifo do autor). Além disso, estava em curso:

Um plano de racionalização de todo ciclo produtivo e distribuidor, que lançasse sólidos alicerces para completo restabelecimento da lavoura e lhe abrisse novos horizontes, garantindo a sua estabilidade e a sua eventual, maior e mais sadia expansão. Essa racionalização consistiria no aparelhamento da zona de produção, com todos os fatores indispensáveis à obtenção de ‘melhor produto pelo menor custo’, que fosse ‘direto do produtor ao consumidor’<sup>178</sup>

O primeiro passo para este plano foi a criação do Instituto do Cacau, com o intuito de fomentar a produção da principal fonte de recursos do estado. Seguindo o modelo dessa instituição e agindo de acordo com uma diretriz governamental para a economia “outros órgãos foram criados em apoio aos principais produtos do estado, a exemplo do Instituto do Fumo e do Instituto da Pecuária, ligados ao Instituto Central de Fomento Econômico”<sup>179</sup>. Nas palavras do governador, a instalação dos outros institutos era resultado dos bons resultados do primeiro:

Estimulado por esses auspiciosos resultados, o Governo do estado da Bahia constituiu mais dois outros sistemas autônomos: - o Instituto do Fumo e o Instituto da Pecuária, cada qual com diretrizes específicas à natureza dos objetivos em mira, que somam, assim, três grandes sistemas econômicos, assessorados pelo *Instituto*

---

<sup>177</sup> MAGALHÃES, Juracy M. *Minha Vida Pública na Bahia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. p. 120.

<sup>178</sup> *Ibidem*. p.120.

<sup>179</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. *Op. cit.* p. 86.

*Central de Fomento Econômico da Bahia*, verdadeiro plexo termo-regulador da economia baiana<sup>180</sup>. (grifo do autor)

A despeito deste projeto, os maiores beneficiários pelo aumento da produção do fumo de Alagoinhas e região seriam os proprietários de trapiche. Eram eles os responsáveis pelo beneficiamento, embalagem, armazenamento e venda ao exterior do produto. Além disto, alguns deles também produziam charutos, agregando ainda mais valor ao produto, diferente dos pequenos agricultores que vendiam o produto *in natura*, conseguindo um preço bem menor pelo seu produto.

Alguns desses comerciantes exerceram importantes cargos na política da cidade, como o Cel. Saturnino Ribeiro, proprietário de trapiches, armazéns e vários imóveis. Ele foi Intendente por duas oportunidades, e várias vezes conselheiro e vereador, chegando à presidência da Câmara no período compreendido entre 1934-1937<sup>181</sup>. Também Mario da Silva Cravo era dono de um grande trapiche, situado na rua Cons. Saraiva, foi prefeito entre os anos de 1930 e 1937. Eles definiam os preços, onde, como e quando o fumo seria vendido. Sendo o fumo uma das maiores riquezas da cidade, no momento, pode-se imaginar a quantidade de dinheiro que circulava em suas mãos e quanto poder econômico e político eles detinham em Alagoinhas.

A laranja, outro produto de destaque, gerava riquezas para alguns fazendeiros e sitiantes da cidade. Nas décadas de 1930 e 1940 Alagoinhas era considerada uma das maiores produtoras de laranja do Estado da Bahia<sup>182</sup>. Nas zonas mais periféricas da cidade como, por exemplo, a região de Alagoinhas Velha abundavam os sítios produtores de laranja, como também era grande a quantidade de terras comprometidas com esta cultura nos distritos. Maria Feijó, filha de dono de sítio de laranjas na cidade, cita várias pessoas que se dedicavam a esse plantio e os locais de seus respectivos sítios: Rogaciano Vasconcelos; Auxêncio Santos, na Rua do Teresópolis; Joel Carvalho, na Rua Carlos Gomes; Jesuíno de Oliveira, na Rua do Catú; Sr Inacinho, na mesma rua; José Feijó (pai da autora), no final da Rua do Jacaré; Zuza do Coqueiro, no Caminho para Riacho da Guia, Barreto, na mesma região; Pedro Caldeira e Neném Carvalho, ambos no distrito do Riacho da Guia<sup>183</sup>. Temos ainda a lista de Joanita da Cunha, na

<sup>180</sup> MAGALHÃES, Juracy M. Op. cit. p. 121.

<sup>181</sup> Estas informações podem ser conferidas em três livros de Ata de sessões da Câmara Municipal.

<sup>182</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia (Biblioteca). Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. IBGE XX Volume. Rio de Janeiro, 1958. pp 21-25.

<sup>183</sup> FEIJÓ, Maria. Op. cit. pp.110-111.

qual constavam os seguintes nomes: Carlos Cunha, Antonio Martins de Carvalho Júnior, Diomedes Robato, Mascarenhas, Álvaro Cirne Dantas, Lúcio Bento Cardoso, Alípio Martins e Cid Bastos<sup>184</sup>.

O vereador Miguel de Azevedo apresentou uma proposta na Câmara de Vereadores, visando ampliar, favorecer e incentivar a produção de laranja no município<sup>185</sup>. Esta também constava de um prêmio que deveria ser distribuído aos citricultores que atingissem determinada cota de produção.

Entre as décadas de 1920 e 1930 ocorreu um desenvolvimento da cultura da laranja em todo o Brasil, principalmente nos Estados da Bahia e de São Paulo. E isto foi, de certa maneira, estimulado pelo aumento das exportações desse fruto para a Europa e os Estados Unidos. O tipo de solo e de clima de Alagoinhas eram considerados propícios para a cultura da laranja e o seu plantio era praticado de longa data na cidade, desde a segunda metade do século XIX.

No momento da proposta, em 1937, o cultivo da laranja já respondia por uma considerável fatia da riqueza produzida pela cidade. A preocupação do Dr. Miguel de Azevedo era parecida com a que justificou o seu projeto de premiação aos produtores de fumo, incentivo, “fomento e expansão das forças produtoras do Município”. Além de aproveitar a situação favorável no mercado nacional e internacional, para aumentar a produção local e, conseqüentemente, melhorar a arrecadação municipal<sup>186</sup>.

Para o autor do projeto, tornava-se “aconselhável não perdermos mais tempo e procurarmos extirpar os processos antiquados, a fim de nos colocarmos na vanguarda dos centros produtores do Estado”<sup>187</sup>. Aliando o momento de grande procura no mercado internacional pelo produto à favorável condição natural para a produção do fruto, era preciso que a cidade se preparasse para atender às demandas e se adequasse às novas técnicas de plantio, para aumentar a produção quantitativa e qualitativamente.

O autor do projeto, como no anterior, demonstrou uma grande preocupação com as técnicas de plantio e manejo na cultura da laranja. Ele novamente demonstrou que considerava as técnicas tradicionais já obsoletas e que necessitavam de renovação. Era preciso aperfeiçoar “pela técnica moderna o seu cultivo em benefício comum”<sup>188</sup>. Pelo governo do Estado foi criado o “Serviço de Fruticultura”, sediado na Ilha de Itaparica,

---

<sup>184</sup> SANTOS, Joanita da Cunha. Op. cit. p. 30.

<sup>185</sup> Ata da sessão da Câmara Municipal de Alagoinhas do dia 04 de julho de 1937. Nº 15.

<sup>186</sup> Ibidem.

<sup>187</sup> Ibidem.

<sup>188</sup> Ibidem.

com o objetivo de difundir “ensinamentos proveitosos para a difusão e progredimento da preciosa lavoura”<sup>189</sup>.

Este era uma espécie de centro de referência para o fomento da produção de frutas no estado e seria de grande importância para que o projeto tivesse resultados positivos. Além disso, para fomentar mais a lavoura de laranja, foi criada pelo Governo do Estado, na cidade, uma Estação Experimental de Citricultura, que tinha os mesmos objetivos dos institutos anteriormente descritos<sup>190</sup>. Maria Feijó também destacou a presença desta Estação: “também havia em Alagoinhas uma fazenda do governo – a Fazenda Modelo – com enxertos para a não extinção do produto no favorecimento a todos os que a esse plantio se quisessem dedicar...”<sup>191</sup>.

Pelo projeto<sup>192</sup>, o Poder Executivo Municipal concederia prêmios de mil réis (1\$000) até mil pés aos citricultores do município que apresentassem em sua propriedade uma produção superior a quinhentas laranjeiras. Para a concessão dos prêmios, os produtores deveriam atender a algumas exigências. A primeira condição era o número de laranjeiras. Em seguida, era preciso obedecer a determinadas práticas aconselhadas pela “Estação de Citricultura” no plantio e no manejo das plantas, pois somente teriam direito aos prêmios os produtores que possuíssem laranjeiras a partir de um ano de idade e estas deveriam estar “sadias, bem desenvolvidas e expurgadas de pragas vegetais”. O exame da produção seria realizado por técnicos da “Estação de Citricultura” e por citricultores de “comprovada competência para julgarem o valor da cultura examinada”. Para o pagamento das doações a Câmara autorizou a abertura de crédito no valor de dez contos de Réis (10:000\$000).

O projeto tinha como objetivo premiar apenas aqueles citricultores que desenvolvessem a produção a partir de práticas consideradas modernas e que tornassem a cultura da laranja sadia e livre de pragas. De alguma forma, a lei surtiu o efeito desejado e atendeu aos objetivos justificados pelo seu autor que era fazer com que Alagoinhas conseguisse atingir “uma larga e vultosa exportação” em um curto período de tempo. De fato, no final da década de 1940, a cidade atingiu o posto de maior produtora de laranja do Estado de Bahia<sup>193</sup>, fator que rendeu a Alagoinhas a fama e o

---

<sup>189</sup> Ata da sessão da Câmara Municipal de Alagoinhas do dia 04 de julho de 1937. Nº 15.

<sup>190</sup> MAGALHÃES, Juracy M. Op. cit. p38.

<sup>191</sup> FEIJÓ, Maria. Op. cit. p. 111.

<sup>192</sup> Projeto de Lei de autoria do Ver. Miguel Olympio Pinto de Azevedo, apresentado no plenário da Câmara Municipal de Alagoinhas na sessão do dia 04 de junho de 1937.

<sup>193</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia (Biblioteca). Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. IBGE XX Volume. Rio de Janeiro, 1958. pp 21-25.

epíteto de "terra da laranja" que até o início do século XXI a acompanha. De acordo com a Tabela 2, pode-se perceber o nível da produção e do faturamento do fumo e da laranja, no final de década de 1940. Nos dois últimos anos da década, tanto a produção quanto o faturamento da laranja, já haviam suplantado a cultura do fumo, que apresentava leve grau de queda na produção e acentuado nível de defasagem em relação à cultura da laranja.

Tabela 3

Desenvolvimento da produção da laranja e do fumo. (1948-1949)

	Ano	Produção	Faturamento em Cr\$ 1.000
Laranja	1948	15 toneladas	3.750
Laranja	1949	20 toneladas	5.000
Fumo	1948	975 Kg	2.925
Fumo	1949	1.050 Kg	3.150

Fonte: Enciclopédia Brasileira dos Municípios. IBGE XX Volume. Rio de Janeiro, 1958. Pp. 21-25.

Joanita da Cunha apresentou a cidade de sua época como a terra da laranja, descreveu a importância dessa cultura para a economia do município naquele momento, indicou os maiores produtores, incluindo na lista o seu pai e em sua nostalgia criou uma idade de ouro da laranja para Alagoinhas, que na prática demorou pouco tempo, pois o crescimento urbano desordenado, aliado à presença constante de pragas e da falta de cuidado com o manejo levou à queda na produção, na exportação e na renda. Mas no nível simbólico essa época representou a formação de uma identidade para a cidade, explorada e fomentada pelas memórias.<sup>194</sup>

Havia clara intenção de intervir nas atividades econômicas com a justificativa se de gerar mais riqueza para Alagoinhas. E novamente o autor dos projetos declara que era preciso gerar novas fontes de receita e estimular as classes produtoras para que a cidade alcançasse independência e prosperidade. E o controle é notório no sentido de que apenas aqueles produtores que seguissem determinadas regras impostas pelas leis seriam beneficiados com as premiações previstas nas mesmas. Essa vigilância se dava em todas as etapas do cultivo. As técnicas de plantio, manejo e colheita deveriam atender a normas preestabelecidas, a quantidade da produção e principalmente a sua qualidade também estavam sujeitas a fiscalização. Quem quisesse concorrer aos

<sup>194</sup> SANTOS, Joanita da Cunha. Op. cit. p. 27-33.

prêmios deveria modificar suas técnicas, mesmo que fossem a muito utilizadas, este era também uma espécie de objetivo velado do projeto, a mudança de hábitos de trabalho com a terra dos lavradores. O controle não era meramente formal, pois representantes do poder público eram os responsáveis técnicos pelo julgamento das lavouras. Eles estavam no local da plantação de fumo ou de laranja e aprovavam ou não a concessão da bonificação ao produtor.

Parece que, para o poder público, os próprios agricultores e comerciantes da cidade não estavam encontrando soluções para a resolução do problema. Então restava aos vereadores cumprir o seu papel e “estudar as necessidades mais palpitantes, os problemas mais vitais do município, visando sempre o seu progresso”<sup>195</sup>. A tarefa de gerar riquezas também começou a fazer parte das obrigações do Estado, isto é, regular para ter um maior controle e com isso ganhar um aumento substancial em seus cofres. Segundo Consuelo Sampaio, “essa intervenção do Estado na economia era uma resposta oficial à incapacidade da empresa privada em reduzir os efeitos catastróficos da grande depressão.”<sup>196</sup>.

Para Octávio Ianni, estas medidas tomadas pelo Estado, no sentido de criar uma presença mais definida e incisiva no processo de planejamento econômico e uma intervenção regulatória no sistema econômico “não foram resultado de um plano preestabelecido. E, muito menos, foram resultado de um estudo objetivo e sistemático das reais condições preexistentes”<sup>197</sup>. Ou seja, foram medidas empíricas, que objetivavam resolver um problema mais imediato, como uma solução para um socorro necessário e que, com o passar do tempo, acabaram assumindo a forma de um plano organizado de planejamento e intervenção na área econômica. Significou a resposta do Estado ao problema da crise econômica e a resposta dos poderes públicos locais, visando aumentar a produção e a qualidade de seus principais produtos de exportação, geradores de receita e conseqüentemente aumentar a sua arrecadação.

O mesmo vereador ainda lançou mais um projeto que visava fomentar as atividades econômicas em Alagoinhas no sentido de tentar reerguer as finanças do município, através da proposta de criação de uma feira permanente de exposições para

---

<sup>195</sup> Ata da sessão da Câmara Municipal de Alagoinhas do dia 01 de julho de 1936. Livro nº 15.

<sup>196</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. Op. cit p. 69..

<sup>197</sup> IANNI, Octávio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. pp. 14-15.

produtos do comércio, da lavoura e da indústria. O objetivo desse projeto era gerar oportunidade de negócios para a cidade<sup>198</sup>.

A atividade que poderia ser chamada de industrial do município era incipiente, mas, mesmo nessa condição, ocupava 11% da população economicamente ativa em Alagoinhas<sup>199</sup> e empregava aproximadamente 1.959 pessoas acima de dez anos de idade<sup>200</sup>. Os curtumes, que beneficiavam peles e couros e geravam a produção de calçados e artigos para selaria, eram responsáveis por 75% da produção de indústrias de transformação na cidade<sup>201</sup>. Alguns curtumes tinham uma grande importância para a economia do município, como, por exemplo, o Curtume São Paulo, pertencente a membros da família Leal, uma das mais influentes da cidade naquele momento. Além desse, existiam os de propriedade de Guilherme Shefler, localizado na Rua 2 de Julho e, o de José Honório da Cunha e de Caetano Serravale, ambos em Alagoinhas Velha<sup>202</sup>.

Tabela 4

Indústrias de Transformação em Alagoinhas (1949)

Setor	Mão - de - obra ocupada (em %)
Couros, peles e similares	75
Produtos alimentares	15
Fumo	4
Transformação de minerais	1,68

Fonte: Enciclopédia Brasileira dos Municípios. IBGE XX Volume. Rio de Janeiro, 1958. Pp. 21-25.

Os alambiques e destilarias produziam bebidas alcoólicas, como cachaças, aguardente, licores e vinhos de fruta e, também, vinagres. Entre estes se destacavam os estabelecimentos de propriedade de Giordano Strapa, de Manoel Carvalho, de Ribeiro e Cia, de Inácio de Loyola Barbosa e de Manoel Silva<sup>203</sup>. Outras fábricas artesanais e caseiras de fogos de artifício e anil, de propriedade de Carlos Cunha; de sabão, de propriedade de Saturnino Ribeiro e a de Inácio de Loyola Brandão<sup>204</sup>; de sapatos, tendo

<sup>198</sup> Ata da sessão da Câmara Municipal de Alagoinhas do dia 22 de outubro de 1936. Livro nº 15.

<sup>199</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia (Biblioteca). Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. IBGE XX Volume. Rio de Janeiro, 1958. pp 21-25.

<sup>200</sup> Ibidem.

<sup>201</sup> Ibidem.

<sup>202</sup> Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. Livro de Lançamento de Indústrias e Profissões (1935).

<sup>203</sup> Ibidem.

<sup>204</sup> Ibidem.

como proprietário Benício de Macedo; de fubá de milho, de Humberto Robatto; de gelo, de Diomedes Robatto<sup>205</sup>, serrarias<sup>206</sup>, estavam instaladas na cidade.

A produção do fumo na cidade e na região favorecia o aparecimento de estabelecimento para a produção de charuto, sendo que uma das principais era a fábrica “Saturno”, de propriedade de Saturnino Ribeiro<sup>207</sup>, além dele, outros também produziam charutos na cidade, como, por exemplo, Pedro Marques de Carvalho e Tertuliano dos Santos Sampaio<sup>208</sup>. A lavoura da laranja gerava também o aparecimento de algumas fábricas artesanais de máquinas para foliar formigas, que eram utilizadas no combate às saúvas, uma das principais inimigas dessa lavoura.

A dita atividade industrial em Alagoinhas era fruto de alguns esforços pessoais e isolados e bastante rudimentar e restrita ao beneficiamento de produtos agrícolas, o que hoje poderíamos chamar de agroindústria. Ou seja, a atividade agrícola fomentava a transformação de seus produtos, como o fubá, a farinha de mandioca, o charuto, os sapatos, botinas e selarias ou solicitava a produção de materiais sem maiores complexidades tecnológicas, para auxiliarem no manejo das lavouras. E isso não poderia ser diferente, uma vez que no Brasil a industrialização ainda não havia experimentado um processo consistente de consolidação dessa atividade econômica<sup>209</sup>.

## 2. A cidade e sua política: composição e ações do Legislativo local

As décadas de 1930 e 1940 foram bastante agitadas no Brasil no que diz respeito à política, pois foi um momento de rearranjo institucional, onde “alteraram-se as funções e a própria estrutura do Estado brasileiro”<sup>210</sup> e “a Revolução exprimiu as rupturas estruturais a partir das quais se tornou possível reelaborar as relações entre o Estado e a sociedade”<sup>211</sup>. Em um espaço de 15 anos ocorreu no país a Revolução de 1930, a Revolução Constitucionalista em 1932, a promulgação da Constituição de 1934,

---

<sup>205</sup> Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. Livro de Lançamentos de Indústrias e profissões. (1935).

<sup>206</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia. Dossiê sobre o município de Alagoinhas – 1931. Sec. De Interior e Justiça. Cx. 3502 maço 393.

<sup>207</sup> ROCHA, Jeane Angélica M. *Saturnino da Silva Ribeiro: um homem de seu tempo*. Alagoinhas em Revista. Ano I n° I. Set/Out/Nov. de 2005.p. 3.

<sup>208</sup> Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. Livro de Lançamento de Indústrias e Profissões (1935).

<sup>209</sup> FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

p.37

<sup>210</sup> IANNI, Octavio. Op. cit. p. 13.

<sup>211</sup> Ibidem.

a Intentona Comunista em 1935, o golpe de Estado em 1937 e o processo de redemocratização em 1945<sup>212</sup>. Tais fatos tiveram ressonâncias e de alguma maneira afetaram as relações de poder na política local e no funcionamento do poder público na cidade. As inúmeras marchas e contramarchas do processo de definição do sistema político nacional afetaram a maneira de organização dos Poderes Executivo e Legislativo em Alagoinhas.

A década de 1930 se iniciou sob as agitações provenientes de mais uma eleição presidencial e na cidade os poderes constituídos, isto é, a Câmara de Vereadores e a Prefeitura Municipal, demonstraram apoio quase que irrestrito aos candidatos situacionistas, Julio Prestes e Vital Soares, presidente e vice, respectivamente, tendo este último renunciado ao governo da Bahia para se dedicar ao pleito nacional. Dentro do esquema político consolidado na chamada República Velha, os poderes locais atuavam sob o comando do governo estadual e este sob o poder da esfera federal. Os políticos da cidade utilizavam sua máquina político-administrativa no sentido de angariar votação favorável para a manutenção do *status quo* em nível estadual e federal. Isto significava também a não-alteração de sua posição no cenário local<sup>213</sup>.

Aparentemente as eleições estavam transcorrendo sem maiores distúrbios e as regras do jogo seriam novamente respeitadas pelos atores políticos, tanto da situação quanto da oposição. No dia 30 de setembro de 1930 o *Correio de Alagoinhas*, órgão de imprensa do Partido Republicano, noticiava e dava votos de um bom governo para o governador eleito, Dr. Pedro Lago. O ex-senador federal estava para assumir o governo do Estado, em substituição ao ex-governador Vital Soares que renunciou o cargo para compor a chapa governista a nível federal com o paulista Julio Prestes<sup>214</sup>. O novo governador estava para ser empossado devido a um acordo fechado em última hora entre as facções das oligarquias baianas lideradas por Otavio Mangabeira, de um lado, e Góes Calmon, do outro: “a questão sucessória estadual, que tradicionalmente acirrava as disputas (...), havia sido resolvida”<sup>215</sup>, do seguinte modo, “afastando as candidaturas de

---

<sup>212</sup>FAUSTO, Boris. Op. cit.; SAMPAIO, Consuelo Novais. Op. cit.; SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa – Ômega, 1976.

<sup>213</sup> FAUSTO, Boris. Op. cit. p. 122; SAMPAIO, Consuelo Novais. Op. cit. p. 58.

<sup>214</sup> Biblioteca Pública do Estado da Bahia. *Correio de Alagoinhas*. Nº 1201, 30/09/1930

<sup>215</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. Op. cit. p. 57

Miguel Calmon [aliado de Góes Calmon] e Simões Filho [aliado de Mangabeira], Pedro Lago foi eleito governador em setembro de 1930”<sup>216</sup>.

Aproximadamente um mês após a notícia veiculada no dia 30 de setembro de 1930, a cidade de Alagoinhas acordou às 06h30min, do dia 23 de outubro de 1930, sendo sobrevoada por aeroplanos das forças revolucionárias sob o comando de Juarez Távora, chefe militar da revolução do norte do Brasil, mais tarde chamado de “vice-rei do Norte, que “bombardearam” a cidade com panfletos dirigidos aos “camaradas do 19º B. C., dos navios da esquadra na Bahia de Todos os Santos, da Força Pública da Bahia e ao Povo Baiano”<sup>217</sup>. Este fato significou o início da queda da última barreira legalista no estado da Bahia e foi assim narrada sua chegada na da Bahia e em Alagoinhas: “No dia 22 de Outubro, (...), Juracy Magalhães chegou à fronteira baiana. Ia penetrar no Estado que o reteria para sempre. (...). E a 24, chegou a Alagoinhas. (...) Estava vitoriosa a Revolução”<sup>218</sup>. Chegando a Alagoinhas, as tropas comandadas por Juracy Magalhães encontraram aquartelados na Praça J. J. Seabra as forças policiais do estado, reforçadas pelas milícias do Coronel Horácio de Matos e por uma Brigada do Exército. No entanto, não encontraram resistência e os Comandantes foram acolhidos e hospedados pela família Cravo<sup>219</sup>.

O movimento iniciou suas ações em 03 de Outubro, quando uma tropa liderada por Juracy Magalhães invadiu e ocupou o 22º BC na Paraíba, daí a Revolução seguiu em direção ao sul, atingindo Recife até chegar a Alagoinhas e logo mais a Salvador<sup>220</sup>. Sendo vitorioso, logo foi chamado pela historiografia brasileira de “Revolução de 1930”. Em outra frente de ações, foi instituído um Governo Provisório sob o comando de Getúlio Vargas, gaúcho e candidato da Aliança Liberal, derrotado nas eleições presidenciais e que alcançou o posto com o auxílio dos militares, principalmente os generais, Eurico Gaspar Dutra e Góes Monteiro.

Nos estados foram colocados interventores federais. No sistema de interventoria, o “Executivo federal nomeava para a chefia dos governos estaduais indivíduos que, embora nativos dos estados, (...), eram (...), marginais”<sup>221</sup>, ou seja, que não tinha muita tradição no desempenho de funções político-administrativa no interior

<sup>216</sup> SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de Tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2000. p. 25.

<sup>217</sup> Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. Documento avulso.

<sup>218</sup> MAGALHÃES, Juracy. Op. cit. (prefácio). p. 31

<sup>219</sup> BARROS, Salomão A. Op. cit. 206-207.

<sup>220</sup> MAGALHÃES, Juracy M. Op. cit. pp. 17-32.

<sup>221</sup> SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Op. cit. pp. 87-88.

das máquinas estatais. Esta forma de governo trazia à cena uma forma diferente das oligarquias estaduais se relacionarem com o poder central, pois, mesmo não tendo a intenção de alterar as bases da economia e o poder político nos estados, “enfraquecia as antigas situações, na medida em que o interventor, (...), não devia a ela [oligarquia estadual] sua permanência no controle do estado”<sup>222</sup>. As mudanças institucionais representadas por esse sistema foram definidas por Maria do Carmo Sousa:

Compatibilizava-se assim o mínimo necessário e máximo possível de mudança: configurava-se a ditadura modernizante no combate à descentralização oligárquica da República Velha, forjando um novo modo de articulação entre as forças políticas, padrão esse que garantia, ou visava garantir, certo grau de autonomia ao poder federal para a efetivação de medidas econômicas urgentes e de grande envergadura para o período./ (...) / As interventorias situavam-se, assim, a meio caminho entre a identidade e a independência face aos grupos dominantes estaduais.<sup>223</sup>

Na Bahia, estado que ficou até as últimas horas ao lado das forças legalistas do Presidente Washington Luiz e do vencedor das eleições, Júlio Prestes, e que demonstrou um mal-estar diante do movimento de outubro de 1930, não foi fácil para Getúlio Vargas indicar um interventor que fosse do agrado das oligarquias locais<sup>224</sup>. A constituição do poder, após a vitória do movimento, se apresentou como um problema de difícil solução<sup>225</sup>. Depois das efêmeras interventorias dos civis Leopoldo Afrânio do Amaral (1º de Nov. de 1930 a 18 de fev. de 1931) e Artur Neiva (18 de fev. de 1931 a 15 de jul. de 1931), este cargo foi exercido de forma mais intensa e prolongada pelo militar cearense Juracy Montenegro Magalhães, que permaneceu no poder até novembro de 1937<sup>226</sup>.

Os interventores possuíam também o poder de indicar os prefeitos dos municípios, uma vez que foi cancelada a Constituição de 1891. Os prefeitos que estavam no cargo no momento da Revolução eram, na maioria das vezes, ligados ao aparelhamento estadual e ao sistema das oligarquias. Em Alagoinhas, estava no cargo o

---

<sup>222</sup> SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Op. cit. p. 88.

<sup>223</sup> Ibidem. p. 89.

<sup>224</sup> SILVA, Paulo Santos. Op. cit. pp. 25-32.

<sup>225</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. Op. cit. p. 61.

<sup>226</sup> Ibidem. p. 63.

Coronel Saturnino da Silva Ribeiro. Ele ocupava o cargo de chefia do Executivo Municipal desde 1926, quando foi eleito Intendente pela primeira vez<sup>227</sup>.

A partir de 11 de novembro de 1930 após um decreto assinado pelo Governo Provisório, todas as casas legislativas do Brasil foram fechadas, inclusive as Câmaras Municipais. Em Alagoinhas foi fechada a Câmara e o Prefeito Saturnino Ribeiro foi deposto do cargo por ordem do interventor e substituído por Mario da Silva Cravo. A posse do novo prefeito aconteceu no dia 15 de novembro de 1930<sup>228</sup>.

O novo prefeito indicado pelo interventor federal assumiu o executivo municipal também com poderes de legislador. Isto porque não havia uma câmara em exercício, pois todos os vereadores empossados em 1929 foram depostos. Na medida do espaço concedido pela autoridade executiva estadual, Mario Cravo poderia atuar sem limites à frente do poder na cidade. Dentro do quadro político estabelecido logo após outubro de 1930, o prefeito teria de dar satisfação de seus atos apenas ao interventor, que por sua vez estava submetido à centralização do executivo federal e sua máquina burocrática e político-administrativa<sup>229</sup>.

O controle do interventor não tardou a aparecer. No período compreendido entre março e maio de 1931, o novo prefeito teve que fornecer uma série de informações sobre diversos aspectos da cidade à Secretaria do Interior e Justiça e à Comissão de Reorganização dos Municípios<sup>230</sup>. As informações levantadas foram utilizadas para a criação de um dossiê sobre diversos municípios baianos. A partir deste, o novo governo poderia ter um conhecimento mais aprofundado sobre as características, os problemas e as potencialidades econômicas de cada município e região da Bahia. Neste caso, ao que parece, valeu a máxima: era preciso conhecer para melhor governar e dominar.

Os questionários contidos neste dossiê de fato forneciam um diagnóstico bastante completo de cada município em questão<sup>231</sup>. As questões requeriam o conhecimento de dados como o cálculo da população do município, a sua superfície, a produção agrícola e “industrial”, a receita e a despesa orçada para o ano de 1930 e o seu passivo, além de informações sobre a sede do município, o giro comercial da cidade em 1929 e o número de cabeças dos diversos tipos de gado, entre outros. De posse desses

---

<sup>227</sup> ROCHA, Jeane Angélica M. *Saturnino da Silva Ribeiro: um homem de seu tempo*. Alagoinhas em Revista. Ano I nº I. Set/Out/Nov. de 2005.p. 3.

<sup>228</sup> Fundação Iraci Gama. Jornal *Correio de Tavora*. 15/11/1930.

<sup>229</sup> SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Op.cit. pp.87-104.

<sup>230</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia. Dossiê sobre o município de Alagoinhas – 1931. Sec. De Interior e Justiça. Cx. 3502 maço 393.

<sup>231</sup> *Ibidem*.

dados, a Comissão tinha como objetivos principais “reduzir as despesas públicas, reativar as economias locais e fortalecer a administração central”<sup>232</sup>. Se determinado município não atingisse alguns requisitos, como ter 20.000 habitantes ou mais e uma renda suficiente para arcar com suas despesas e compromissos, esse corria riscos reais de desaparecer e ser agregado a outro, ser dividido ou ter sua sede transferida<sup>233</sup>.

A Comissão Reorganizadora dos Municípios teve como principais informações as rendas arrecadadas e as despesas nos últimos três anos, ou seja, em 1928, 1929 e 1930. Ela também foi informada sobre os principais produtos de exportação e as principais vias de comunicação da cidade, como estradas de ferro, de rodagens e carroçáveis, que ligavam a cidade a diversas localidades no estado e fora dele. As outras informações diziam respeito à “frota” de carroças, automóveis e caminhões; ao funcionamento do Paço Municipal, ao serviço de água e esgoto, calçamento e iluminação; ao estado do matadouro e serviço de higiene municipal e o serviço e correios.

Em um segundo questionário respondido para esta mesma comissão o prefeito informou quais e quantas associações de diversos tipos existiam no município, assim como o número de casas arroladas no perímetro urbano e na zona rural na sede e nos distritos do município. Estas questões foram consideradas as mais importantes, mas não eram as únicas contidas no dossiê. A partir delas foi possível ter um melhor conhecimento sobre a situação que a cidade estava passando, as principais atividades econômicas do município e sua arrecadação, assim como de suas contas. Dessa forma seria possível, caso necessário, uma ação mais efetiva e pontual do poder público, objetivando conhecer os problemas para solucioná-los, pois se atacaria diretamente na questão e principalmente evitava-se que o município sofresse a ação da Comissão de Reorganização dos Municípios, que extinguiu do mapa da Bahia municípios seculares, como São Felipe e Jaguaripe<sup>234</sup>.

O primeiro problema que Mario Cravo teve que enfrentar à frente da prefeitura foi relacionado à situação financeira do município<sup>235</sup>. Como foi discutido na primeira parte deste capítulo, a década de 1930 se iniciou com uma grave crise financeira que se abateu não só sobre a cidade de Alagoinhas, mas atingiu Bahia e o Brasil. Esta foi

---

<sup>232</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. Op. cit. p. 70

<sup>233</sup> Ibidem.

<sup>234</sup> Ibidem.

<sup>235</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia. Dossiê sobre o município de Alagoinhas – 1931. Sec. De Interior e Justiça. Cx. 3502 maço 393.

ocasionada por diversos fatores, a crise internacional em 1929, a seca de 1932 e as questões políticas do início da década. Sobre a cidade em particular pesou o ônus de aumento na tributação devida ao estado, sobretaxa de seu principal produto de exportação por seu principal comprador e a possível redução em sua arrecadação anual, além disso, segundo alegações do novo prefeito, a prefeitura foi entregue por seu antecessor com muitas dívidas e compromissos a cumprir, sendo que o principal foi um no valor de 140:000\$000, contraído para a montagem do serviço de energia elétrica. Diante dessa situação, a prefeitura ficou impossibilitada de cumprir a maioria dos seus compromissos e de realizar obras de melhoramentos que a cidade necessitava.

Aproximadamente dois anos após o fechamento da Câmara, com a cassação dos vereadores eleitos, no salão nobre do Paço Municipal, foi realizada a sessão solene de posse e juramento do Conselho Consultivo<sup>236</sup>. Em uma cerimônia concorrida, com as presenças de várias autoridades locais e estaduais, como o interventor federal Tenente Juracy Magalhães, seu Secretário da Agricultura, Álvaro Ramos e o seu Oficial de gabinete, Tenente Alcino Monteiro Avidor, o prefeito do município, Mario da Silva Cravo, foram empossados os cinco Conselheiros nomeados.

Tomaram posse, no dia 15 de maio de 1932, Saturnino da Silva Ribeiro, Antonio Augusto Leal de Azevedo, Álvaro Cirne Dantas e Francisco da Costa Baptista e, em outra sessão, foi empossado como Conselheiro José Galdino Maia. Destes cinco, três integravam a Câmara deposta (Antonio Augusto Leal de Azevedo, Álvaro Cirne Dantas e José Galdino Maia) e um era o prefeito em exercício (Saturnino Ribeiro).

A despeito da mudança do sistema político, das relações entre o Estado e a sociedade e da natureza do Estado, pode-se perceber a partir desses dados que os atores políticos não mudaram. Eles tiveram que se adequar às novas regras do jogo político para que fosse possível a sua permanência ao lado do poder. O fim da República Velha não significou uma alteração radical na estrutura sócio-econômica do país e isso deu margem para que novos grupos e interesses fossem encaixados no sistema político, sendo “devidamente cooptados e burocratizados”<sup>237</sup>. E os velhos grupos oligárquicos, para continuarem usufruindo das benesses do poder, tiveram que se adequar a uma redefinição dos canais de acesso e influência, junto ao poder central<sup>238</sup>.

---

<sup>236</sup> Ata da sessão solene para juramento e posse do Conselho Consultivo do dia 15 de Maio de 1932. Livro nº 14.

<sup>237</sup> SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Op. cit. p. 85.

<sup>238</sup> *Ibidem*.

Após um primeiro momento de expurgos e “caça às bruxas”, proveniente do episódio revolucionário, ocorreu uma espécie de rearticulação no interior da classe dominante, isto porque a “Revolução” não significou a saída dessa classe do poder, mas apenas uma transição na forma pela qual esta se relacionava com o poder e uma alteração institucional e do modelo de organização do Estado. Na Bahia, com a consolidação do governo de Juracy Magalhães, tendeu-se à acomodação entre os ideais revolucionários e os grupos oligárquicos do interior do estado, devido à estratégia do interventor de buscar apoio nos coronéis e na facilidade destes se colocarem ao lado de quem estava no poder<sup>239</sup>. A partir da política de acomodação, “o tenente Juracy Magalhães estabeleceu compromissos com os coronéis.(...). Manobrando e negociando, (...), Juracy assegurou a vigência de uma nova ordem na Bahia”<sup>240</sup>.

A partir dessa aliança, o interventor teve uma base de apoio considerável no estado, possibilitando-o estender cada vez mais sua influência política nos mais distantes recantos da Bahia. E, por outro lado, baseados em uma política de caráter prático, com o apoio do interventor “os chefes políticos do interior encontraram o político e as circunstâncias adequadas às suas necessidades”<sup>241</sup> e, em troca desse apoio, tiveram a oportunidade de indicar “homens de sua confiança para os postos legislativos e administrativos de suas áreas de influência”<sup>242</sup>. Isto significou que o grupo que dominava politicamente a cidade de Alagoinhas foi temporariamente retirado do poder e outros indivíduos, deste mesmo grupo, mas com dissidências foi conduzido ao comando pelas novas forças políticas estaduais.

A volta destes indivíduos se deu de uma forma diferenciada no que diz respeito à sua relação com o poder local. Não teriam mais a máquina administrativa indefinidamente em suas mãos, pois os olhos e ouvidos do interventor estariam a todo o momento presentes para controlá-los, através de relatórios, memoriais e prestação de contas, o seu poder não estava acabado, apenas surgiram novas maneiras de exercê-lo. No entanto, com a política adotada por Juracy Magalhães, de um contato mais próximo com as lideranças locais, essas tinham um acesso mais direto aos recursos necessários para a defesa de seus interesses imediatos<sup>243</sup>.

---

<sup>239</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. Op. cit. p.63; SILVA, Paulo Santos. Op. cit. p. 27

<sup>240</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. Op. cit. p. 76.

<sup>241</sup> SILVA, Paulo Santos. Op. cit. p. 31.

<sup>242</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. Op. cit. p. 92

<sup>243</sup> SILVA, Paulo Santos. Op. cit. p. 31.

Pode-se dizer que localmente sua zona de influência ainda era considerável. A cidade teria que esperar um pouco para assistir a alteração em sua política, pelo menos no que diz respeito a seus atores. O próprio prefeito indicado pelo interventor não era estranho a este grupo, pois sua família tinha certa tradição política e comercial na cidade. Ele era sócio da empresa Joaquim da Silva Cravo e Filho que negociava com o beneficiamento e a exportação do fumo e com comércio de produtos agrícolas<sup>244</sup>, e seu sócio, Joaquim Cravo, seu pai, já havia exercido cargos eletivos como o de conselheiro municipal e havia sido indicado por Seabra, em 1920, para assumir o cargo de intendente<sup>245</sup>.

Demanda trabalho definir as diferenciações de classe dos integrantes do Conselho ou, até mesmo, de um grupo maior de pessoas ligadas ao poder local em Alagoinhas. O que se pode fazer é investigar quais eram suas atividades econômicas e as relações destas atividades entre si, ou seja, compará-las e a partir daí buscar alguma possível correspondência. O que não se pode negar é que havia um grupo que detinha o poder econômico e político nas mãos e que, na maioria das vezes, estas duas esferas acabavam se confundindo, pois o poder econômico era utilizado para alcançar favores e vantagens nas questões ligadas ao poder público. E é este grupo que, de agora em diante será denominado de elite local.

Eram pessoas vinculadas a atividades que geravam uma quantidade de capital e que estavam ligadas a alguma instância do poder local, ou ainda, que não possuíam tantos bens, mas suas relações pessoais os colocavam em contato direto ou indireto com o poder. Carlos Cunha, pai da memorialista Joanita da Cunha, era uma dessas pessoas, que possuíam uma rede de contatos e relações que o colocavam sempre em contato com os grupos ligados ao poder local. Destacando-se em diversas atividades econômicas e sociais ele alcançou o cargo de prefeito, por indicação da interventoria, entre os anos de 1943 e 1945. Pois, para conseguir alcançar este espaço importante na política local ele deveria possuir certo prestígio frente ao grupo dominante da cidade.

A maioria estava ligada a atividades comerciais e agrícolas, que eram as principais fontes de renda da cidade. Mário da Silva Cravo e Saturnino da Silva Ribeiro, como já foi explicitado anteriormente, eram comerciantes e donos de trapiche e depósitos de fumo, viviam do beneficiamento e do comércio do fumo e de outros produtos, além disso, possuíam inúmeros imóveis que eram utilizados para locação. O

---

<sup>244</sup> Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. Livro de Lançamento de Indústrias e Profissões (1935).

<sup>245</sup> BARROS, Salomão A. Op. cit. p. 281. E. ROCHA, Manoel Machado da. Op. cit. p. 49.

segundo possuía, uma fábrica de sabão, uma firma de importação e uma pequena casa de crédito, na qual realizava empréstimos à população<sup>246</sup>. O Conselheiro Francisco Batista também se destacava no comércio local, negociando com produtos agrícolas e depósitos de fumo<sup>247</sup>. O Sr. Antonio Augusto Leal de Azevedo, pertencia à família Leal, que estava envolvida nos assuntos políticos da cidade e que apresentava integrantes nas Câmaras Municipais desde a primeira formação ainda no século XIX<sup>248</sup>. Ele próprio figurou no cenário político da cidade a partir de 1920 quando foi eleito para o período legislativo compreendido entre 1920 e 1923<sup>249</sup>. Toda sua família estava ligada à agropecuária, eram grandes proprietários de terra, no Distrito de Igreja Nova (atual Boa União) e tinham ligações com a atividade de curtumes de peles e couros e matança de gado para venda de carne<sup>250</sup>.

O Conselho Consultivo atuava como uma espécie de poder legislativo municipal, para auxiliar a tarefa do prefeito. Na prática, ele apenas apreciava e propunha emendas às resoluções apresentadas pelo prefeito, assim como a produção de pareceres de alguma matéria a ser apreciada, também despachavam requerimentos e ofícios provenientes da população, não possuía poder de veto e de apresentar projetos lei. Estas atribuições estavam nas mãos do prefeito que, geralmente, lançava mão da possibilidade de atuar como um legislador. De qualquer forma o tempo de vida do Conselho em Alagoinhas foi relativamente curto, suas sessões ocorreram do dia 15 de maio de 1932 ao dia 24 de dezembro de 1935.

Após a promulgação da Constituição de 1934, o país voltou a contar com o funcionamento normal do Poder Legislativo, com reabertura de todas as câmaras, em nível federal, estadual e municipal. Em Alagoinhas, a nova Câmara Municipal tomou posse no dia 13 de abril de 1936<sup>251</sup>, mas, teve apenas pouco mais de um ano de existência, visto que foi novamente fechada no dia 22 de outubro de 1937. O prefeito que havia sido indicado logo após outubro de 1930, Mario Cravo, foi eleito, de forma indireta<sup>252</sup> pelos vereadores, e continuou no cargo até o ano de 1937.

---

<sup>246</sup> Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. Livro de Lançamento de Indústrias e Profissões (1935); Revista dos Municípios. Ano I. Nº 5. Junho de 1924.

<sup>247</sup> Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. Livro de Lançamento de Indústrias e Profissões (1935).

<sup>248</sup> Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. Revista dos Municípios. Ano I. Nº 5. Junho de 1924.

<sup>249</sup> Atas das sessões do Conselho Municipal de 1920 a 1923.

<sup>250</sup> Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. Livro de Lançamento de Indústrias e Profissões (1935).

<sup>251</sup> Ata de instalação da Câmara Municipal de Alagoinhas do dia 13 de Abril de 1936.

<sup>252</sup> Tanto Vargas, quanto Juracy Magalhães, foram eleitos através do voto indireto. O primeiro foi indicado pelo Congresso Nacional em julho de 1934 e o segundo, pela Assembléia Legislativa em 1935. SAMPAIO, Consuelo Novais. Op. cit. p. 164.

Na formação da nova Câmara sob a autoridade da Constituição de 1934, havia algumas pessoas conhecidas e que exerciam o poder político, na cidade, por mais de uma década. Nomes como Saturnino da Silva Ribeiro, Antonio Augusto Leal de Azevedo, aparecem na relação do Conselho Municipal desde a década de 1920. José Augusto Leal de Azevedo e Miguel Olympio Pinto de Azevedo possuíam laços de parentescos com famílias tradicionais na política em Alagoinhas e, além disso, estavam intimamente ligados a grandes proprietários de terra, sendo ambos proprietários<sup>253</sup>. A Câmara trazia também mais dois integrantes do efêmero Conselho Consultivo, Álvaro Cirne Dantas e Francisco da Costa Batista.

Entre os vereadores eleitos estavam aqueles que nunca tinham assumido cargo de conselheiro, intendente, vereador ou prefeito, foram eles; os professores Alcindo de Camargo e Áurea Ribeiro Cravo, Álvaro Ernesto de Figueiredo, Severiano de Souza Caldeira e Manoel Campos Martins Junior. Vale ressaltar que a cidade elegeu a sua primeira vereadora, mas isto não significou uma alteração na sua relação com o poder, pois ela era mãe do prefeito e não ficou muito tempo no cargo, tendo que ser substituída por um suplente antes de completar um ano de mandato, por razões de saúde, conforme justificativa apresentada em ata<sup>254</sup>.

Analisando o funcionamento desta Câmara é possível afirmar que ela estava a meio caminho de uma tentativa de renovação, tanto nos seus quadros, quanto na sua relação com o poder, ou ainda, com relação a sua concepção de política e de “missão” legislativa. Alguns de seus atos podem indicar uma permanência na forma de conduzir a coisa pública, enquanto outros apontam para uma mudança na atitude dos vereadores, ou uma parte deles, quanto ao seu comportamento frente ao poder público.

A leitura das atas das sessões deste período de permanência de atividade do Legislativo na cidade pode indicar algumas atitudes que apontam para uma sensível alteração nas suas ações frente ao cargo público. Alguns assumem a postura de “patriotas” que lutam sempre pelos interesses da nação, colocam-se, muitas vezes, como os encarregados pelo progresso e tomam seu posto como uma missão salvadora e engrandecedora da cidade. Para alguns deles sua função de legislador era a de mandatário do povo e que a elaboração de projetos deveria ser assumida como uma grande responsabilidade para o bem comum. A tarefa de vereador deveria ser encarada

---

<sup>253</sup> Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. Livro de cartas e memorandos (1946-1952). Carta de nº 15, destinada ao gerente da Standard Oil Company Of. Do Brasil em 17 de março de 1948; Livro de Lançamento de Indústrias e Profissões (1935).

<sup>254</sup> Ata da sessão da Câmara Municipal do dia 10 de Outubro de 1936. Livro ° 15

como um “compromisso moral”, como um dever em prol do engrandecimento da cidade, era isso que Miguel de Azevedo acreditava, pelo menos no seu discurso para justificar a apresentação de um projeto de sua autoria<sup>255</sup>.

De alguma maneira o poder público passava a se apresentar como responsável pelos destinos da nação. No caso de Alagoinhas, a Câmara e o Prefeito passaram a se achar responsáveis por tudo que acontecesse na cidade e tomaram para si a tarefa de modificar aquilo que consideravam fora dos seus padrões. Com relação à economia<sup>256</sup>, identificaram os problemas e apresentaram as possíveis soluções, intervindo diretamente nas produções, tanto quantitativa quanto qualitativamente. Em outros setores como as construções, a matança de animais, verificação de pesos e medidas, apertaram o cerco e passaram a exercer um controle maior destas atividades, gerenciando tudo de forma mais presente<sup>257</sup>.

Outras características podem indicar uma mudança de comportamento da Câmara de Vereadores, entre elas pode-se destacar a maior incidência de conflitos de idéias, o debate mais caloroso, a maior quantidade de projetos apresentados, discutidos e emendados. Isto à primeira vista é uma característica presente em toda casa legislativa, mas acontece que em Alagoinhas até o Conselho Consultivo extinto em 1935, quase não ocorriam debates de idéias e as oposições apresentavam uma tendência quase geral para a conciliação e a acomodação. Os temas que seriam tratados, rapidamente eram decididos sem muitas barreiras impostas por uma possível oposição.

Um exemplo do aumento dos debates foi um confronto de idéias travado nas tribunas da Câmara de Alagoinhas entre os Vereadores Joaquim Telles e Alcindo de Camargo, a respeito da implantação de uma Biblioteca Pública na cidade<sup>258</sup>. O embate iniciou-se quando foi submetido à discussão pelo plenário da Câmara o “Parecer nº 4 da Comissão de Legislação, Poderes de Instrução”. Neste parecer, Alcindo de Camargo, o relator e presidente da Comissão designada, opina pelo arquivamento do projeto julgando-o inoportuno. O projeto era de autoria de Joaquim Telles que passou a defendê-lo de todas as maneiras com as mais variadas justificativas:

---

<sup>255</sup> Ata da sessão da Câmara Municipal do dia 01 de julho de 1937. Livro ° 15.

<sup>256</sup> Aspectos da economia da cidade foram discutidos na primeira parte deste capítulo.

<sup>257</sup> Com relação a estas formas de controle e intervenção serão tratadas com mais profundidade de análise em outros setores deste mesmo capítulo.

<sup>258</sup> Atas das sessões da Câmara Municipal dos dias 09 de julho de 1936; 27 de julho de 1936; 03 de agosto de 1936. Livro nº 15.

O Vereador Joaquim Telles que proferiu uma justificação em torno do seu projeto salientando o valor intelectual de uma Biblioteca em Alagoinhas, (...). Evidenciou a vantagem que dessa instituição poderia advir a classe operaria sequiosa de estudar sem, entretanto, poder fazer por carência de livros. Finalizando, disse confiar no patriotismo de seus pares, rejeitando o parecer e conseqüentemente votando favorável ao projeto<sup>259</sup>.

Depois, foi a vez do relator do parecer justificar a sua atitude de ter opinado pelo arquivamento do projeto, expondo seus motivos de ter sido contrário ao mesmo:

Por julgá-lo inoportuno no momento, não só pela situação financeira do município e na hora presente precisamos de escolas e alfabetização do povo, (...). Disse ainda que as bibliotecas para o indivíduo que ainda não tem uma certa orientação mental, constituía em fator preponderante de anarquia intelectual e cujas conseqüências temos amargurado nos constantes movimentos sediciosos dos últimos tempos em que os chefes procuram justamente explorar a pouca mentalidade da classe operária<sup>260</sup>.

As discussões arrastam-se por várias sessões com defesas, acusações e justificativas de ambos os lados, sendo que, no final, o projeto acabou sendo aprovado para desespero do professor derrotado, que continuou a criticar o projeto e seu autor, uma vez que ele se achava mais preparado para este tipo de ação que qualquer outro e não admitia que se intromettessem nestas questões.

Outros debates importantes ocorreram na ocasião do projeto do vereador Miguel de Azevedo, no qual propunha a premiação para os produtores de fumo<sup>261</sup>. A primeira vez que o autor apresentou o projeto foi no dia 01 de julho de 1936, após um longa justificativa o projeto foi deixado de lado por um tempo, pois, as primeiras considerações do vereador não surtiram os efeitos desejados em seus pares. A questão ainda arrastou-se por alguns meses e uma segunda discussão e votação do projeto somente ocorreram no dia 09 de outubro de 1936, desta vez com apresentação de emendas por outros vereadores e, mais uma vez, o autor, depois de grande debate, não aceitou as emendas e solicitou a aprovação do projeto na sua forma original.

---

<sup>259</sup> Ata da sessão da Câmara Municipal do dia 03 de agosto de 1936. Livro nº 15.

<sup>260</sup> Ibidem.

<sup>261</sup> Sobre este projeto, ver mais detalhes na primeira parte deste capítulo.

A Câmara ainda apresentava ações que indicavam permanências de velhas práticas, ou de menor grau de transformação na condução da política. Para começar, o Coronel Saturnino Ribeiro foi indicado e eleito para presidir casa<sup>262</sup>. Novamente ele assumiu um posto estratégico de comando na cidade, como presidente da Câmara teria poderes para indicar a ordem do dia e definir prioridades de votação de matérias, podendo, eventualmente, utilizar-se deste expediente para beneficiar seus próprios interesses e de pessoas ligadas a ele. Não se pode dizer que esta prática fosse legalizada, mas, boa parte dos integrantes da Câmara o respeitava e o considerava um líder nesta instituição, prova disso, foi uma Moção de Gratidão e Confiança ao Presidente da Câmara, Saturnino Ribeiro, proposta pelo vereador Álvaro Figueiredo e que foi aprovada unanimemente por toda a casa e, mais, a sessão neste dia 10 de novembro de 1936, resumiu-se a este fato<sup>263</sup>.

O prefeito Mario Cravo, conseguiu da parte dos vereadores, uma grande prova da harmonia, tão almejada por ele, entre as autoridades constituídas da cidade. A comissão de Legislação e Poderes aprovou em junho de 1936 um projeto de lei, pelo qual estavam legalizados todos os atos praticados pelo prefeito “no período discricionário decorrente de outubro de 1930 a abril de 1936”<sup>264</sup>.

Com este projeto em vigor as ações tomadas de forma unilateral e autoritária, às vezes, contando com a conivência do extinto Conselho Consultivo, passava a ter força de lei, respaldadas pela nova legislação que vigorava no país. Esta legislação promulgada em 1934 teve um tempo de vida curto, o golpe de estado perpetrado em novembro de 1937 fechou o sistema político no país e a nível local teve como ressonâncias o fechamento das Câmaras Municipais, o segundo em menos de uma década, o cancelamento de eleições e a nomeação de interventores federais e de prefeitos indicados por estes últimos.

Após um intervalo de onze anos aproximadamente sem a presença efetiva do poder legislativo na cidade, em 19 de fevereiro de 1948, tomou posse uma nova Câmara na cidade de Alagoinhas<sup>265</sup>. Esta apresentava algumas características que a diferiam das anteriores, tanto na composição de seus quadros, quanto na forma de condução de seus trabalhos. Pode-se afirmar que esse período legislativo apresentou maior renovação de seus integrantes, o único vereador que havia exercido cargo eletivo anteriormente foi o

---

<sup>262</sup> Ata da sessão da Câmara Municipal do dia 13 de abril de 1936. Livro nº 15.

<sup>263</sup> Ata da sessão da Câmara Municipal do dia 10 de novembro de 1936. Livro nº 15.

<sup>264</sup> Ata da sessão da Câmara Municipal do dia 22 de junho de 1936. Livro nº 15.

<sup>265</sup> Ata da sessão de instalação da Câmara Municipal do dia 19 de fevereiro de 1948. Livro nº 16.

vereador Francisco da Costa Baptista<sup>266</sup> e o vereador Altamirano Cerqueira Campos, que exerceu o cargo de prefeito indicado no Estado Novo, tendo tomado posse em 1946<sup>267</sup>, os outros vereadores estavam debutando como integrantes do poder público municipal.

As atividades econômicas de alguns vereadores puderam ser rastreadas e, a partir daí, foi possível indicar o grau de renovação dessa casa legislativa. Os proprietários de terra não deixaram de ter vaga garantida nos assentos da Câmara, entre eles estavam os vereadores Hugo Luna Dantas, Horácio Leal Dantas, José da Silva Neto<sup>268</sup>. Eram comerciantes Francisco Batista e Altamirano Campos<sup>269</sup>; agrônomos, Felisbertino Sá de Oliveira e Josaphat Paranhos de Azevedo<sup>270</sup>. O vereador Israel Pontes Nonato era médico e uma novidade digna de nota na política da cidade: um operário da ferrovia conseguiu se eleger, Almiro de Carvalho Conceição.

Analisando esta composição a partir das atividades econômicas desenvolvidas pelos vereadores percebe-se que proprietários de terras e comerciantes ainda apresentavam uma presença muito importante na política municipal. Isto pode se explicar pelas atividades que desempenhavam ligadas à própria produção de riquezas para cidade. O poder econômico transformava-se em poder de decisão e de pressão nas esferas de poder local. As novidades refletiam-se no aumento de representantes de profissionais liberais, como agrônomos, médicos e dentistas e da presença de um ferroviário, Almiro de Carvalho Conceição, que com sua atuação levou um tom contestador e polêmico às sessões da Câmara, além de trazer para o centro do debate questões sociais e problemas da periferia da cidade. O que é mais importante notar é a novidade de nomes exercendo a função de vereador, a maioria deles nunca havia se eleito ou sido indicado para algum cargo público.

Isto pode ter alguma relação com o intervalo de funcionamento da Câmara e com a contínua indicação de prefeitos, fato que criou um vazio de poder local ocasionando uma oportunidade, a partir da reabertura do sistema político, para aqueles que anteriormente não tinham condições de entrar na disputa pelo poder, uma vez que

---

<sup>266</sup> Integrante do Conselho Consultivo e da Câmara eleita em 1936.

<sup>267</sup> Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. Livro de cartas e memorandos (1946-1952). Convite aos funcionários do Município, 20 de dezembro de 1946.

<sup>268</sup> *Ibidem*. Carta de nº 15, destinada ao gerente da Standard Oil Company Of. Do Brasil em 17 de março de 1948.

<sup>269</sup> Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. Livro de Lançamento de Indústrias e Profissões (1935)

<sup>270</sup> Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. Livro de cartas e memorandos (1946-1952). Carta de nº 15, destinada ao gerente da Standard Oil Company Of. Do Brasil em 17 de março de 1948.

este estava nas mãos de um grupo muito mais restrito do que nesse momento. Um novo grupo de pessoas se viu diante da oportunidade de também participarem do processo político da cidade, também pode ser a ampliação do número de eleitores que passaram a ter uma maior diversidade de idéias e porque não pensar numa transformação social e de pensamento de seus habitantes, que, pelo voto, tiveram a chance de variar a composição do poder legislativo na sua cidade.

Mais do que a composição dos quadros da Câmara, o que sofreu uma sensível transformação foi a postura dos novos vereadores no exercício da sua função. Comparado com os grupos anteriores, o que tomou posse em 1948, independente de grupo social, apresentou um nível muito mais intenso de debates, de polêmicas, de cobranças e dissensos, inclusive de uma fiscalização mais efetiva ao poder executivo, através de requerimentos constantes para a prestação de contas públicas.

A leitura dos livros de atas e de requerimentos datados a partir de 1948 indica uma maior preocupação dos vereadores com alguns problemas que a cidade enfrentava. Talvez motivados por divergências partidárias, era grande a quantidade de críticas e cobranças destinadas à administração do Prefeito João Dourado de Cerqueira Bião. Estas cobranças se davam pelos mais diversos motivos. Entre os principais podem-se enumerar as questões relacionadas à infra-estrutura da cidade como calçamento, limpeza e conservação de ruas<sup>271</sup>, problemas de alagamentos gerados pela chuva, agravando quadros de epidemias<sup>272</sup>. Questões de higiene, de mercados e matadouros municipais<sup>273</sup>. A luz elétrica e todos os assuntos relacionados a ela eram alvos de preocupação constantes dos vereadores<sup>274</sup>. A prestação de contas, com pedidos de explicações sobre empréstimo, verbas aplicadas e queda de arrecadação, assim como suspeitas sobre a administração de João Dourado de Cerqueira Bião eram assuntos sempre em pauta nas sessões da Câmara<sup>275</sup>.

O vereador Almiro de Carvalho Conceição, mais do que todos os outros, levou para as tribunas da Câmara Municipal de Alagoinhas temas de interesse direto dos trabalhadores e da população mais carente. Questões como a defesa dos funcionários públicos municipais, onde, através do Requerimento nº 5 da Câmara Municipal,

---

<sup>271</sup> Câmara Municipal de Alagoinhas. Livro de Registro de Requerimentos. Req. Nº01 de 12 de maio de 1948 de autoria do vereador Israel Pontes Nonato.

<sup>272</sup> Ibidem. Req. Nº08 de 09 de abril de 1948 de autoria do vereador Israel Pontes Nonato.

<sup>273</sup> Ibidem. Req. Nº50 de 13 de agosto de 1948 de autoria do vereador Israel Pontes Nonato.

<sup>274</sup> Ibidem. Req. Nº03 de 19 de março de 1948 de autoria do vereador Francisco Batista.

<sup>275</sup> Ibidem; Req. Nº15 de 02 de abril de 1948 de autoria do vereador Almiro de Carvalho Conceição; Req. Nº22 de 14 de maio de 1948 de autoria do vereador Francisco Batista.

solicitou um aumento de 100% para os salários do funcionalismo municipal<sup>276</sup>, dos trabalhadores em curtumes, dos guardas municipais, dos ferroviários eram pontos comuns em sua atuação legislativa, além da preocupação com os preços dos gêneros de primeira necessidade, como pão e carne<sup>277</sup>. Na maioria das sessões a sua presença era marcante e seus requerimentos eram abundantes para a fiscalização e a indicação dos problemas que a população alagoinhense enfrentava.

### 3. As regulamentações, controle e intervenção do Poder Público Municipal

No contexto das agitações políticas do período e no gradativo aumento da concentração de poder por parte do executivo<sup>278</sup>, a população sentiu mais de perto a ação do Estado, em todas as esferas de poder, em diversos setores de sua vida. Isto não quer dizer que anteriormente o Estado tinha as rédeas frouxas, mas, a partir de 1930, aumentou consideravelmente o seu grau de direção, reforma e orientação<sup>279</sup>. Em Alagoinhas, a prefeitura tratou de intervir e regulamentar com mais rigor que antes os diversos setores da vida de sua população. Esta intervenção se deu nas construções das casas, no funcionamento do comércio, nas atividades econômicas, tratadas anteriormente, no tratamento do gado e na fiscalização mais rigorosa de pesos e medidas.

Em mensagem encaminhada ao Conselho Consultivo da cidade de Alagoinhas na sessão do dia 28 de julho de 1932, o Prefeito Mário da Silva Cravo, fez uma espécie de diagnóstico da situação física e estética da cidade. Era a primeira sessão ordinária do Conselho, o Prefeito entrou na sala de reuniões para ler um comunicado no qual ele justificava o motivo da convocação dos conselheiros. A seguir fez uma série de considerações acerca das “necessidades da comuna” e dos problemas enfrentados por ela<sup>280</sup>. A mensagem chamava a atenção dos conselheiros para a condição das ruas da

---

<sup>276</sup> Câmara Municipal de Alagoinhas. Livro de Registro de Requerimentos. Req. Nº05 de 02 de abril de 1948 de autoria do vereador Almiro de Carvalho Conceição.

<sup>277</sup> No ano de 1948, foram registrados cerca de vinte e cinco requerimentos de autoria do vereador Almiro de Carvalho Conceição.

<sup>278</sup> IANNI, Octávio. Op. cit. pp. 22-33 e 43-57; SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Op. cit. pp. 83-100.

<sup>279</sup> SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Op. cit. p. 85.

<sup>280</sup> Mensagem do Prefeito Mário da Silva Cravo enviada ao Conselho Consultivo em 28 de julho de 1932. Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. Documento Avulso.

cidade que possuíam meios-fios e nas quais os proprietários de imóveis não colaboravam com a construção de passeios, causando grande “desabono para a cidade”<sup>281</sup>. Ele indicava que era preciso mais energia por parte do poder público para forçar os mais resistentes a colaborarem com “tal melhoramento útil a todos”<sup>282</sup>.

Ele continuava a alertar para o descompromisso de alguns proprietários de imóveis e terrenos em relação ao aspecto estético da cidade. Desta vez eram os prédios e casas arruinadas que necessitavam de reconstrução, mas alegava que esta medida era “negada pelos possuidores”. Novamente destacou que era preciso pressionar estes moradores. O Prefeito indicava a necessidade de se elevar mais ainda os impostos “para forçar os recalcitrantes à reconstrução”.

Outro tema que constava no documento referia-se à regularização das reconstruções, pois elas deveriam:

Obedecer a plantas determinadas e estabelecidas em diversos tipos [...]; não devendo ser concedidas isenções de décimas às casas que [forem] construídas ou reconstruídas de ora avante no perímetro urbano e não [obedecerem] as prescrições que forem acertadas e às plantas, que como modelo, [deveriam] estar expostas na prefeitura, para guia dos interessados<sup>283</sup>.

O Prefeito demonstrava preocupação com a imagem da cidade e procurou atacar o problema chamando à responsabilidade os donos de casas e prédios de algumas ruas da cidade. O conteúdo desta mensagem trazia como tema principal o aspecto físico e estético da cidade. Dessa maneira pode se apresentar como a construção da imagem que precisava sofrer uma transformação, para que se chegasse ao patamar determinado de cidade agradável esteticamente, ou seja, que fosse uma cidade bonita para os padrões do Prefeito e de seu grupo político.

A imagem construída na mensagem era de uma cidade feia, onde ruas com meios-fios careciam de passeios e muros, casas arruinadas e construções irregulares que envergonhavam os moradores e afastavam visitantes. Uma cidade onde a prefeitura lutava pela “bem comum”, mas onde os próprios moradores e proprietários não colaboravam para colocar a cidade entre aquelas consideradas civilizadas.

Em sessão do dia 4 de agosto de 1932 os conselheiros produziram e votaram pareceres referentes à mensagem do Prefeito. O relator do parecer, Conselheiro Álvaro

---

<sup>281</sup>Mensagem do Prefeito Mário da Silva Cravo enviada ao Conselho Consultivo em 28 de julho de 1932. Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. Documento Avulso.

<sup>282</sup> Ibidem

<sup>283</sup> Ibidem.

Cirne Dantas, afirmou que era preciso, criar leis que “venham a auxiliar o Sr. Prefeito na remodelação e na dotação de uma boa estética da cidade”<sup>284</sup>. Aqueles temas que estavam presentes na mensagem foram divididos em três pontos para serem discutidos e votados pelos demais conselheiros:

Casas com ruínas ou cercas sem calçadas no nível dos meios-fios no perímetro urbano; casas arruinadas ou construções paralisadas, com prazo de licença esgotados, também no perímetro urbano; regularização nas construções e reconstruções de casas, ainda no perímetro urbano<sup>285</sup>.

Pode-se perceber que havia uma tentativa, por parte do poder público municipal, de remodelar a cidade e de transformá-la no seu aspecto físico. Isto pode indicar que a cidade de alguma maneira carecia destas características almejadas e apresentava uma imagem que não agradava e que precisava ser modificada.

Outro aspecto que deve ser ressaltado foi a ênfase dada pelo relator do parecer no local que deveria receber a atenção no caso de uma intervenção e regulamentação. O perímetro urbano era neste espaço que o poder público deveria investir e intervir, fiscalizar e transformar para alterar a imagem, considerada negativa, que Alagoinhas apresentava.

Para as três situações apresentadas foram criadas punições e taxas para os infratores. Para o primeiro caso, os proprietários foram obrigados a construir passeios e muros, em ruas por onde passavam meios-fios, sob pena de pagar cinco mil réis anualmente por metro correspondente anualmente. Para o segundo caso havia a obrigação de demolir ou reconstruir os prédios arruinados em tempo hábil estabelecidos pelas posturas municipais, que era de 18 meses. A penalidade para os infratores era o pagamento de uma taxa equivalente a três vezes o valor devido ao imposto predial. Estes dois pontos foram votados e aprovados pelo Conselho nesta mesma sessão<sup>286</sup>.

O terceiro ponto foi votado na sessão seguinte do dia 22 de setembro de 1932. Nesse ficou estabelecido que os pretendentes à construção ou reconstrução deveriam apresentar plantas para serem apreciados pelo Prefeito ou por algum técnico responsável e, também ficou definida a pena para os infratores: 100 mil réis e o embargo imediato das obras<sup>287</sup>.

De acordo com estas regulamentações não era qualquer indivíduo que poderia possuir propriedade no perímetro urbano da cidade. Apenas aqueles que tivessem

---

<sup>284</sup> Ata da sessão do Conselho Consultivo do dia 04 de Agosto de 1932. Livro nº 14.

<sup>285</sup> *Ibidem*

<sup>286</sup> *Ibidem*.

<sup>287</sup> Ata da sessão do Conselho Consultivo do dia 22 de Setembro de 1932. Livro nº 14.

recursos suficientes para manterem seus imóveis nas condições previstas pela lei estavam aptos a residirem ou manterem negócios no centro. Se uma pessoa não tivesse dinheiro suficiente para a construção de passeios e muros, para a reconstrução de casas arruinadas ou para a reconstrução em tempo previsto ou de acordo com os modelos previstos nas plantas disponibilizadas pela prefeitura, lhes restava a venda e a saída desse espaço privilegiado e controlado. O estabelecimento de regras para as construções e o aumento considerável do valor do imposto predial, foram medidas tomadas no intuito de impedir a proliferação de “habitações insalubres, feias e atentatórias à moral”<sup>288</sup>.

De alguma forma, uma parte da população que poderia arcar com os custos da remodelação proposta e imposta pela prefeitura respondeu de maneira positiva aos apelos do Prefeito e dos Conselheiros. Nos Livros de Requerimentos da Secretaria da Prefeitura, pode-se ter uma idéia da resposta e da postura das pessoas frente às designações da lei. Esses correspondem aos anos de 1940 até 1945, ou seja, mais ou menos dez anos após a lei entrar em vigor<sup>289</sup>.

Na tabela 4, podemos ter uma idéia da quantidade de requerimentos destinados aos pedidos para construção, reconstrução e reparo e os pedidos para a concessão de isenção de impostos, devido ao cumprimento das regulamentações indicadas para a transformação de seus prédios.

Tabela 5  
Conteúdo dos Livros de Requerimento da Secretaria da Prefeitura<sup>290</sup>

	1940	1941	1942	1943	1944	1945
Ligação de energia elétrica	83	321	99	44	16	17
Construção, reconstrução	229	197	204	230	199	192
Isenção de décimas	41	22	30	19	21	19
Abate de	0	0	162	268	161	69

<sup>288</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da cidade: vida de trabalho (1880-1920)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994. p. 87.

<sup>289</sup> Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. Livros de Requerimentos da Secretaria da Prefeitura Municipal (1940-1942), (1942-1949).

<sup>290</sup> A sessão “outros” refere-se a pedidos que não interessavam a pesquisa, por esse motivo não foram discriminados como as outras sessões que, serão objetos de análise ao longo do texto.

gado						
Outros	262	179	284	243	198	295
Total	615	719	779	804	595	592

Fonte: Livros de Requerimentos da Secretaria da Prefeitura Municipal (1940-1942), (1942-1949).

O ex-prefeito Mario Cravo e o ex-presidente do Conselho Saturnino Ribeiro muito se aproveitaram das vantagens oferecidas àqueles que possuíam recursos para fazerem melhoramentos em suas casas. As pessoas dispostas a abraçar a “causa” da transformação da cidade e que puderam chamar para si a responsabilidade de levar à frente a proposta de remodelação lançada pela prefeitura estavam, muitas vezes, apenas defendendo seus interesses pessoais. Eles estavam se utilizando da lei para o não pagamento de impostos referentes aos seus imóveis. Pode-se afirmar que neste caso era uma elite que possuía dinheiro e estava governando e legislando em causa própria.

A maioria dos pedidos referia-se a intervenções em imóveis localizados no centro da cidade. Este se tornava um espaço pertencente a um número reduzido de pessoas, poucos privilegiados que possuíam poder econômico para manter seus ambientes de moradia e trabalho dentro de parâmetros considerados modernos, civilizados e possuidores de uma boa aparência. Era uma remodelação baseada na exclusão e na desigualdade, era uma transformação para poucos. O centro da cidade estava se fechando para aqueles que não se enquadravam no perfil desenhado para o cidadão que deveria contribuir para a transformação estética da cidade. Segundo Pesavento “a imagem do cidadão morador da urbe era de alguém que tivesse propriedade para morar, dinheiro para pagar imposto, (...). quem não se enquadrasse, que demandasse às zonas mais afastadas”<sup>291</sup>.

Na mensagem, ficou explícita a intervenção e pressão por parte da prefeitura para que a cidade melhorasse de um ponto de vista estético. A prefeitura, junto com os conselheiros, estavam decididos a regulamentar o tempo e o modelo de construção das residências e prédios comerciais da cidade, criando um ambiente uniformizado e controlado, de acordo com suas normatizações. Para isso era necessária a punição, com aumento de impostos para os “recalcitrantes” e isenção dos mesmos como uma maneira de premiar aqueles que seguissem as normas impostas.

Este tipo de preocupação e ação estava inserido no modelo de modernização assumido pelo Brasil a partir da década de 1930. Não pode ser negado o fato de que

<sup>291</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit. p. 96.

toda tentativa de modernização no Brasil se deu de cima para baixo, ou seja, se constituiu em uma imposição das elites locais inspiradas em modelos europeus, principalmente o francês. Foi sempre centralizadora e excludente. Mas, depois de 1930, com o período Vargas, o governo assumiu uma posição autoritária e centralizadora<sup>292</sup>. No interior de um reordenamento institucional, os planos para criar um modelo de modernização possível no e para o Brasil se deram nesse clima de autoritarismo do Estado<sup>293</sup>.

O processo de construção de um país moderno deveria ser tarefa de um Estado forte, autoritário, excludente e que inibia espaços que deveriam ser reservados à sociedade civil e à cidadania<sup>294</sup>. Agenciando termos como coletividade, bem comum, patriotismo e mais alguns correspondentes, o Estado desejava conter e se possível eliminar as diferenças e o elementos desestabilizadores da sociedade<sup>295</sup>. Em Alagoínhas, que não fugiu de modo algum a esse processo, o Prefeito, indicado por um interventor federal, jogava com alguns destes termos para convencer os moradores da cidade a colaborar com suas regulamentações. E como se viu anteriormente, ele não abriu mão de medidas coercitivas para atingir os seus fins.

Ser uma pessoa preocupada com o “bem comum”, neste caso, era acatar as decisões do poder público sem questionamentos ou “desvios”. Não entravam em questão as condições financeiras das pessoas envolvidas, era preciso apenas cumprir as determinações da Prefeitura e, deste modo, ser considerado um morador que se interessava por colocar Alagoínhas sob “os foros de cidade civilizada”.

Ainda com referência ao problema das casas e prédios, outra medida pretendida pelo Prefeito foi aumentar, em mais um quilometro, o perímetro urbano da cidade, para que, segundo ele, “a ação municipal se [fizesse] sentir com mais eficiência”<sup>296</sup>. Neste caso, o setor urbano da cidade passaria a ter, caso a proposta fosse aceita, um raio de três quilômetros a partir do prédio da prefeitura. Isto significava uma ação direta do poder público no sentido de alterar elementos geográficos de zoneamentos da cidade

---

<sup>292</sup> SEVCENKO, Nicolau. Introdução: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: \_\_\_\_\_ (coord.). História da Vida Privada no Brasil: da Belle Epoque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. v.3. pp. 37-38.

<sup>293</sup> Cf. HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (orgs). *A invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 34.

<sup>294</sup> Ibidem. p. 37.

<sup>295</sup> Cf. SEVCENKO, Nicolau. Op.cit.

<sup>296</sup> Mensagem do Prefeito Mário da Silva Cravo enviada ao Conselho Consultivo em 28 de julho de 1932. Arquivo Público Municipal de Alagoínhas. Documento Avulso.

para ampliar a sua área de controle. Aumentando o perímetro urbano, o prefeito também estaria tornando maior o seu poder de ação para um número maior de habitantes.

O perímetro urbano e o centro da cidade eram os alvos constantes da preocupação daqueles que governavam a cidade. Estas preocupações estavam relacionadas a uma tentativa de dotar Alagoinhas de elementos e características que eles acreditavam ser de progresso e civilização, além de contribuir para que a cidade obtivesse melhoramentos estéticos. Por isso este pedaço da cidade se tornou alvo principal de controle, regulamentação e intervenção por parte do poder público.

Possivelmente tal ação era uma justificativa para cobrar sobretaxas a proprietário de casas “em estado condenável que [tornavam feias] as ruas e [afrontavam] os alinhamentos”<sup>297</sup>. Era preciso que estes modelos de construção desaparecessem dando lugar a edifícios novos e bonitos.

O centro da cidade é concebido como espelho, cartão – postal e imagem que se quer propagar. É o espaço criado para produzir diferentes sensações e formas de agir. Quando um visitante chega ao centro da cidade, este deve criar sentidos e imagens que sejam propagados para outros lugares. É o cartão – postal, a imagem que se vende para fora, é a figura que deve ser lembrada. É espelho, pois as outras áreas da cidade devem tê-lo como modelo de organização, disciplina e controle<sup>298</sup>.

Acima de tudo, a preocupação com o centro de uma cidade e o seu controle deve criar e promover mudança de hábitos, de costumes e de atitudes. No caso de Alagoinhas, os seus moradores deveriam assumir as responsabilidades de morar no centro e dotar suas residências e casas comerciais de melhorias físicas e estéticas. Não era qualquer casa que poderia permanecer de pé no centro da cidade. As casas precisavam apresentar um conjunto alinhado e harmonioso para o deleite de uma nova visão desejada para a paisagem urbana<sup>299</sup>.

Em 1942, a prefeitura passou a regulamentar a matança de gado bovino e a venda de carne verde<sup>300</sup>. De acordo com o projeto de Lei nº 22, de 23 de setembro de 1942, não era permitido, no território do município de Alagoinhas, o abate de gado bovino sem a licença prévia concedida pelo poder público com a antecedência de quarenta e oito horas. A licença deveria ser concedida pelo prefeito ou por outro

---

<sup>297</sup> Mensagem do Prefeito Mário da Silva Cravo enviada ao Conselho Consultivo em 28 de julho de 1932. Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. Documento Avulso. .

<sup>298</sup> SEVCENKO, Nicolau. A Capital irradiante: técnica ritmos e ritos do Rio. In \_\_\_\_\_(org). História da Vida Privada no Brasil. Volume 3. p. 528.

<sup>299</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit. pp. 110-1002.

<sup>300</sup> Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Jornal *Correio de Alagoinhas*. 26/09/1942.

funcionário autorizado, e no caso dos distritos ela seria dada pelo agente arrecadador designado para a região e era obtida mediante a apresentação do número e do peso (arrobação) das rezes a serem abatidas. Não era qualquer um que tinha direito ao abate, de acordo com a Lei, somente aqueles que possuíam habilitação e estavam em dia com os impostos e taxas municipais, estaduais e federais, podiam solicitar e ter atendidos os seus requerimentos para a matança do gado.

Esta lei, provavelmente foi criada segundo as normatizações da “Coordenação da Mobilização Econômica”, um órgão com status de ministério, criado nos anos de guerra, para que o governo pudesse, por seu intermédio, coordenar “assuntos econômicos, financeiros, tecnológicos e organizatórios da economia nacional, considerada como a economia de um país em estado de guerra”<sup>301</sup>. Entre as atribuições da Coordenação, estavam:

I, orientar a mineração, a agricultura, a pecuária e a indústria em geral, no sentido de habilitá-las a produzir, (...), / IV, planejar, dirigir e fiscalizar o racionamento de combustíveis e energia, (...) / VII, *fixar os preços máximos, mínimos e básicos, ou os limites de preço pelos quais as mercadorias ou materiais devem ser vendidos ou os serviços devem ser cobrados*; VIII, proibir a compra venda ou fornecimento em base diferente dos preços fixados; IX, *determinar as condições de venda das mercadorias*; X, *exigir dos produtores, fabricantes e demais negociantes e fornecedores de mercadorias as licenças que se fizerem necessárias (...)*<sup>302</sup> (grifo meu).

A mesma Lei<sup>303</sup> também versava sobre o comércio da carne verde. O poder público desejava controlar todas as etapas, desde a criação, passando pelo abate, até a comercialização, inclusive com a intervenção direta através da fixação do preço da carne. A venda da carne era autorizada apenas nos Mercados Públicos, da sede e dos distritos, nos açougues pertencentes à Prefeitura e em açougues indicados por esta, devidamente licenciados para este fim. Qualquer lugar diferente destes mencionados estava cometendo infração perante a Lei.

Havia ainda na cidade uma “Comissão de Controle e Polícia de Preços do Município”, que era responsável por regulamentar o preço da carne, ou de qualquer

---

<sup>301</sup> IANNI, Octavio. Op. cit. p. 48.

<sup>302</sup> Decreto-lei Nº 4.750 de 28 de setembro de 1942, art. 3º. Apud. IANNI, Octavio. Op. cit. p. 49.

<sup>303</sup> Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Jornal *Correio de Alagoinhas*. 26/09/1942.

outro gênero de primeira necessidade. No caso da falta do produto nos Mercados e nos outros locais destinados à sua venda, a prefeitura estava autorizada a intervir comprando o gado, abatendo-o e vendendo a carne para o devido abastecimento da população. A punição para aqueles que infringissem qualquer artigo da Lei era o pagamento de multas estabelecidas em seus valores entre 200\$000 e 1:000\$000<sup>304</sup>.

Os resultados dessa Lei foram avaliados através da leitura dos Livros de Requerimentos da Secretaria de Prefeitura<sup>305</sup> e podem ser observados na Tabela 4 (sessão anterior). Em 1942, foram solicitadas 162 de licença para o abate de gado bovino, na sede e nos distritos, em 1943 foram 268, em 1944 foram 161 e em 1945 foram solicitadas 69 licenças. Estes pedidos vinham acompanhados do número de rezes que deveriam ser abatidas, assim como a idade de cada uma e a sua arrobação. E a autorização, como previsto, era assinada pelo prefeito pessoalmente ou pelo secretário, na sede, e pelo agente arrecadador de cada distrito. Vale ressaltar que os outros pedidos provinham desde o início do ano de 1942, enquanto que as solicitações para abatimento apareceram no livro somente depois do segundo semestre, exatamente porque a Lei entrou em vigor em setembro deste mesmo ano.

Da mesma forma que existiam pessoas que aceitavam e cumpriam a Lei, outros, talvez a maioria, por diversos motivos, eram flagrados em infrações. Alguns desses motivos podem ser elencados aqui, como por exemplo: a falta de condições financeiras para o pagamento de todas as taxas e impostos exigidos pelas três esferas de poder e o não cumprimento de exigências como a idade e o peso devido para a rês ser abatida, ou ainda, porque o comerciante vendeu produtos acima do preço estipulado pela prefeitura.

Entre as pessoas que infringiram as determinações legais destacarei alguns exemplos, exatamente porque eram eles que apareciam nos registros e documentos oficiais. Pedro Marques de Carvalho<sup>306</sup>, Jeferson Ferreira<sup>307</sup> e Benigno Valverde Martins<sup>308</sup> foram autuados por vender produtos alimentícios, como toucinho, carne de carneiro de sal, respectivamente, acima de preço de tabela. Os comerciantes de gêneros alimentícios também pressionavam o poder público para que se aumentasse o preço, principalmente da carne verde. Januário Batista e Valfredo Pereira, em 18 de setembro

---

<sup>304</sup> Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Jornal *Correio de Alagoinhas*. 26/09/1942.

<sup>305</sup> Livro de Requerimentos da Secretaria da Prefeitura Municipal (1940-1942), (1942-1945). Arquivo Público Municipal de Alagoinhas.

<sup>306</sup> Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. Livros de Registros de Requerimento (1942-1945). Req. 372 A de 18 de junho de 1943; Req. 422 A de 12 de julho de 1943.

<sup>307</sup> Ibidem. Req. 429ª de 15 de julho de 1943.

<sup>308</sup> Ibidem. Req. 376ª de 19 de junho de 1943.

de 1943, solicitaram à prefeitura o aumento da carne verde para Cr\$ 3,00 o quilo<sup>309</sup>. Em 11 de dezembro de 1943, Antonio Patrocínio Sant'anna, José Honório da Cunha Dias e Valfredo Pereira, requerem aumento para a carne verde<sup>310</sup>. Em 20 de novembro de 1944, José Dias da Silva, que também era abatedor de gado, pediu autorização para aumentar o preço da carne, de Cr\$ 3,50 para Cr\$ 3,80<sup>311</sup>. Estes exemplos sugerem que não havia uma via de mão única no quesito regulamentação pública. Aqueles que eram o alvo das intervenções, não aceitavam passivamente as regras impostas e através das infrações, ou da via legal, lutavam para ter o direito de decidir os preços dos seus produtos postos à venda.

Em 26 de outubro de 1946, o Sr. Pedro Lourenço residente na Rua 15 de Novembro, nº 71, recebeu uma notificação da prefeitura, diretamente do Prefeito, que o intimava a comparecer ao seu gabinete para que ele pudesse dar informações sobre denúncias de que realizava matanças clandestinas de porcos no quintal de sua casa<sup>312</sup>. A lei que tratamos anteriormente refere-se especificamente a gado bovino, mas em hipótese nenhuma o poder público deixou livre de controle o abate de outros animais como porco, carneiro ou bode. Se isto fosse verdade o Sr Pedro não seria denunciado e muito menos convidado a se explicar na prefeitura. Como ele, havia outros que abatiam diversos animais de modo contrário às regulamentações da prefeitura e que escapavam à ação de seus fiscais.

O senhor Raymundo Ribeiro<sup>313</sup>, residente no distrito de Araçás, foi chamado para dar explicações ao fiscal daquele distrito porque abateu trezes cabeças de gado sem o pagamento dos devidos impostos. Foi encontrada uma denúncia na qual seriam abatidas sete rezes contaminadas pela febre aftosa no Matadouro Municipal no dia 27 de agosto de 1948<sup>314</sup>. Estas são infrações combatidas pela prefeitura e seus fiscais, mas os vereadores apontavam também possíveis falhas na fiscalização do poder executivo. O vereador Almiro Conceição indicou que abatedores de gado estavam desrespeitando o Código de Posturas<sup>315</sup> e o vereador e médico Israel Pontes Nonato denunciou o

---

<sup>309</sup> Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. Livros de Registros de Requerimento (1942-1945). Req. 546 de 18 de setembro de 1943.

<sup>310</sup> Ibidem. Req. 761 de 11 de dezembro de 1943.

<sup>311</sup> Ibidem. Req. 20 de novembro de 1944.

<sup>312</sup> Ibidem. Memorando enviado ao Sr. Pedro Lourenço, 26/10/1946.

<sup>313</sup> Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. Livro de cartas e memorandos (1946-1952). Memorando enviado ao Sr. Francisco Bahia, Fiscal do distrito de Araçás, 10/07/1948.

<sup>314</sup> Ibidem. Memorando enviado ao Sr. Divaldo Martins, 27/08/1948.

<sup>315</sup> Livro de Requerimentos da Câmara Municipal. Requerimento nº 27 de autoria do ver. Almiro Conceição, 28/05/1948.

transporte irregular de carnes do matadouro para os açougues que era realizado em carroças abertas e anti-higiênicas trazendo perigo para a saúde da população com as carnes expostas à poeira e à contaminação<sup>316</sup>. Diante da situação considerada inaceitável a Câmara exigia ações mais enérgicas de controle e fiscalização por parte do executivo municipal.

A prefeitura também demonstrava preocupação com a regulamentação e o controle do uso de pesos e medidas nos estabelecimentos comerciais da cidade. A partir dos autos de infração e das intimações expedidas pela prefeitura para o pagamento de multas pôde-se identificar as proibições legais, as irregularidades passíveis de punição e quais punições eram aplicadas aos infratores<sup>317</sup>.

Os fiscais da prefeitura realizavam visitas periódicas aos comerciantes da cidade para averiguar a situação das suas balanças, pesos de metal, metros e litros. Era alvo da fiscalização a regularidade das balanças e metros. Identificavam se haviam passado por revisão, considerando-se esse procedimento obrigatório, e o descumprimento desse requisito gerava multa para o infrator. Verificava-se irregularidade, como a existência de pesos abaixo de suas conchas para diminuir a quantidade do produto comprado sem que o consumidor percebesse. Com este mesmo fim os fiscais averiguavam os pesos utilizados nas balanças para se certificarem de que eles não estavam com uma massa abaixo da indicada.

Estas eram as infrações mais comuns. Somente no ano de 1948 foram expedidas da Secretaria da Prefeitura<sup>318</sup> dezenove intimações para o recolhimento das multas. Quando os fiscais chegavam ao estabelecimento e não encontravam as balanças devidamente revisadas a multa aplicada era de Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros), foi o que aconteceu aos comerciantes Martins Santos<sup>319</sup> e Azi Nascimento<sup>320</sup>. No dia 20 de agosto de 1947, eles tiveram um prazo de vinte e quatro horas para o pagamento do valor. Se a irregularidade fosse a colocação de pesos extras nas conchas das balanças a multa era de Cr\$ 60,00 (sessenta cruzeiros) para o comércio de cereais e Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) na venda de carne verde. Nestas situações, foram autuados em flagrantes os Srs. Luiz

---

<sup>316</sup> Livro de Requerimentos da Câmara Municipal. Requerimento nº 50 de autoria do ver. Israel Pontes Nonato, 30/07/1948.

<sup>317</sup> Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. Livro de cartas e memorandos (1946-1952).

<sup>318</sup> Ibidem.

<sup>319</sup> Ibidem. Memorando enviado ao Sr. Martins Santos, 22/08/1947.

<sup>320</sup> Ibidem. Memorando enviado ao Sr. Azi Nascimento, 22/08/1947.

Sobreira de Lima<sup>321</sup> no primeiro caso e, Manoel da Paixão<sup>322</sup>, no segundo. Havia ainda outra irregularidade que era diminuir a massa em 100, 150 ou 200 gramas dos pesos utilizados nas balanças, a multa para essa era de Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros), como exemplos dessa infração estavam os comerciantes Rosa Rodrigues<sup>323</sup> que foi flagrada com seu peso de dois quilos faltando cento e cinquenta gramas e Francisco Campos<sup>324</sup> que tinha um peso de dois quilos faltando com gramas.

Eram comuns também aqueles comerciantes reincidentes que foram autuados mais de uma vez cometendo a mesma irregularidade ou mais de uma ao mesmo tempo, estes pagavam o dobro do valor da multa. Entre esses se destacava o comerciante, dono de açougue, Luiz Sobreira de Lima que recebeu no ano de 1948 seis multas pela prática da maioria das irregularidades previstas e mais de uma vez cada<sup>325</sup>. Outros reincidentes foram os Srs. Manoel da Paixão<sup>326</sup>, Tolentino Lisboa<sup>327</sup> e Olimpio dos Santos<sup>328</sup> que receberam duas multas cada um. Esta prática reincidente indica pelo menos duas questões importantes. Uma era o fato de que alguns comerciantes talvez não tivessem os recursos necessários para a adequação dos seus instrumentos de trabalho, uma vez que muitos deles eram pessoas que vendiam cereais e tinham essa atividade apenas para subsistência. A outra, gira justamente pelo contrário, ou seja, o valor das multas era considerado tão irrisório que eles lucravam mais mantendo as irregularidades.

A tentativa do poder público no sentido de regulamentar e fiscalizar de forma mais eficaz a utilização dos pesos e medidas sugere uma tentativa de racionalizar, cada vez mais o comércio de alimentos e outros produtos como fumo, tecidos e etc. Esta racionalização facilitava o controle, estando devidamente codificadas as leis, assim como previstas as punições, ficava mais fácil para o poder público cumprir com sua tarefa e mais que isso, sua vontade de controle, além de, aperfeiçoar sua capacidade de recolher impostos. E para isso teria que enfrentar os costumes arraigados da população, principalmente dos vendedores que tinha outras formas de praticar a venda. Era muito comum a venda de porta em porta em que não eram utilizadas as medidas previstas pela normatização legal, além disso, muitas pessoas compravam por bilhetes nos comércios

---

<sup>321</sup> Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. Livro de cartas e memorandos (1946-1952). Memorando enviado ao Sr. Luiz Sobreira de Lima, 05/01/1948.

<sup>322</sup> Ibidem. Memorando enviado ao Sr. Manoel da Paixão, 07/02/1948.

<sup>323</sup> Ibidem. Memorando enviado à sra. Rosa Rodrigues, 22/03/1948.

<sup>324</sup> Ibidem. Memorando enviado ao Sr. Francisco Campos, 22/03/1948.

<sup>325</sup> Ibidem. Memorandos n° 1, 2, 51, 53, 61 e 64. Todos no ano de 1948.

<sup>326</sup> Ibidem. Memorandos n° 3, 34.

<sup>327</sup> Ibidem. Memorandos n° 48 (1948), 39 (1949).

<sup>328</sup> Ibidem. Memorando n° 56, 09/07/1948.

pagando apenas no final do mês e não estavam presentes no momento da aferição do peso da carne ou da farinha, ou não davam muita importância a este fato. O poder público, para fazer valer seu controle, precisava contar com mudanças no comportamento no momento da compra, tanto de compradores, quanto de vendedores. Precisava inculcar nos consumidores, a idéia de fiscalização, de que era preciso lutar para não serem lesados e, nos comerciantes, o sentimento de que era preciso se adequar às leis para terem o direito a manter suas atividades.

O poder público passou, também, a intervir e regulamentar os horários e os dias de funcionamentos das casas comerciais da cidade. Esta era uma reivindicação antiga dos trabalhadores do comércio que, em 1933, firmaram um requerimento ao Conselho Consultivo, no qual eles pediam o fechamento das casas comerciais às dezoito horas<sup>329</sup>. Nesse momento eles tiveram seu pedido negado pelos conselheiros que deram várias justificativas, dizendo, dentre outras coisas, que o horário do comércio deveria atender às necessidades da cidade e que ele deveria seguir o horário de Salvador e de outras praças que fechavam muito mais tarde que Alagoinhas<sup>330</sup>.

A preocupação com o horário de funcionamento do comércio somente aparece como preocupação do poder público municipal em 1948, ou seja, quinze anos após aquela primeira reivindicação dos comerciários. As discussões iniciaram-se na Câmara nesse mesmo ano e no dia 07 de maio de 1948 foi promulgada a Lei nº 1, responsável por estabelecer o horário de funcionamento das casas comerciais e industriais da cidade de Alagoinhas<sup>331</sup>. O horário era estabelecido de acordo com a natureza do negócio, ou seja, cada ramo do comércio ou da indústria situado no perímetro urbano da sede tinha definido o seu diferente dos demais.

A Lei dividia as atividades em dez grupos diferentes. Eram elas: mercados públicos, açougues, depósitos de carvão e lenha; farmácias; padarias e torrefações de café; barbearias; fabricas e oficinas em geral; casas de molhados e congêneres; casas de fazendas, calçados, artigos de couro, miudezas e armarinhos, vidros e louças, eletricidade, livrarias, alfaiatarias e escritórios em geral; casas de armadores e de artigos funerários; bares e bilhares; restaurantes. Eram definidos os horários para abertura, almoço, retorno de almoço e fechamento, que podem ser visualizados na Tabela 5,

---

<sup>329</sup> Ata da sessão do Conselho Consultivo do dia 24/07/1933.

<sup>330</sup> Ata da sessão do Conselho Consultivo do dia 03/08/1933.

<sup>331</sup> Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. Livro de Registro de Leis e Resoluções. Lei nº 1 de 07/05/1948.

sendo que nem todas as atividades tinham horário de almoço definido, além disso, era regulamentado também a abertura em feriados e dias santificados.

Tabela 6  
Horários de funcionamento do comércio em dias úteis

	Abertura	Intervalo	Fechamento
Mercados, açougues	6:00 hs.	Não especificado	19:00 hs
Farmácias	7:00 hs.	Não especificado	19:00 hs
Padarias, torrefação	7:00 hs.	12:00 às 14:00 hs	19:00 hs
Barbearias	7:00 hs.	Não especificado	20:00 hs
Fábricas, oficinas	7:00 hs.	Não especificado	17:00 hs
Casas de molhados	7:30 hs.	12:00 às 13:30 hs.	18:00 hs.
Lojas de fazenda, calçados, etc <sup>332</sup> .	8:00 hs.	12:00 às 14:00 hs.	18:00 hs.
Casas de armadores	8:00 hs.	Não especificado	18:00 hs.
Bares e bilhares	8:00 hs.	Não especificado	24:00 hs.
Restaurantes	7:00 hs.	Não especificado	22:00 hs.

Fonte: Livro de Registro de Leis e Resoluções - 1948

Outra indicação da Lei era a de que nenhum funcionário poderia trabalhar por mais de oito horas diárias, a punição pela infração a qualquer artigo era de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), com o dobro na reincidência. Esta lei cobria praticamente todas as atividades comerciais e industriais da cidade. Levando-se em consideração a parte legal, os funcionários do comércio e da indústria estavam protegidos contra os desmandos dos seus patrões.

A legislação abrangente com respeito aos direitos dos funcionários não impedia que alguns comerciantes a descumprissem. Em 07 de setembro desse mesmo ano, feriado nacional, no mínimo doze comerciantes locais abriram as portas de seus comércios e foram notificados e multados pelos fiscais da prefeitura<sup>333</sup>. Não era fácil para os patrões aceitarem a intervenção do poder público em seus negócios particulares e, acima de tudo, abrirem mão de explorar o máximo possível seus funcionários. Por

<sup>332</sup> Completando: artigos de couro, miudezas e armarinhos, vidros e louças, artigos de eletricidade, livrarias, alfaiatarias, escritórios de consignações, representações e comissões e imobiliárias.

<sup>333</sup> Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. Livro de cartas e memorandos (1946-1952). Cartão nº 64 enviado aos Srs. Pedro Bastos e Irmãos, Orosino Almeida, Astrogildo Silva, Claudionor Padilha, Silvino Oliveira, Nelson Moreira, Pedro Paulo, Mario Muniz, José Cândido, Eugenio Pereira, Grimaldo Azevedo, Alípio Jose dos Santos.

isso eram constantes as reclamações de funcionários acusando o desrespeito às regulamentações da prefeitura. Essa concessão de direitos aos trabalhadores, estava em sintonia com o que estava ocorrendo no país, até porque pouco tempo antes o país assistiu à publicação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1943 e esta lei local era apenas uma adequação à legislação nacional.

## CAPÍTULO III

### EM BUSCA DA MODERNIZAÇÃO

#### 1. A cidade se quer moderna

O conceito do que deve ser uma cidade, de suas características e de seus elementos perpassava o pensamento e as ações de parte da sociedade alagoinhense. Existia a construção de uma imagem em que a cidade deveria se mirar e vender para os demais. A cidade passou a ser considerada o local da civilidade, da limpeza, da beleza, do comedimento, do novo, de elementos que podem se relacionar com aquilo que comumente chamamos de modernidade.

Sevcenko, ao tratar de modernidade, adiantamento ou outro termo correlato, em cidades como Rio de Janeiro ou São Paulo, ressalta não idéias fixas e engessadas, mas analisa estes processos de modernização a partir de elementos que podem ser identificados com tal e que levam a pensar nestes termos.<sup>334</sup>

Para se tratar de modernidade, é preciso historicizar o conceito, pensar nos sentidos construídos historicamente. O termo não pode ser utilizado como algo que explique todas as situações. Deve se levar em conta que em cada tempo e espaço diferentes, são construídos sentidos, os mais diversos, para se falar de modernidade.

Para Herschmann e Pereira, no prefácio do livro *A invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*, o chamado paradigma moderno não deve ser considerado um modelo rígido de idéias, mas como um “conjunto de procedimentos, de hábitos internalizados, de questões/problemas (...) capazes de mobilizar (...) e de orientar as reflexões de uma época ou de uma geração”<sup>335</sup>. Neste caso é importante salientar de que forma as pessoas experimentaram o ser moderno e adiantado na cidade, de que maneira os seus moradores agiam em uma cidade que se queria civilizada, que mudanças de hábitos esta dita civilização pode ter provocado.

Pode ser perigoso para quem utiliza esta noção utilizá-la de maneira deslocada do seu tempo e do seu espaço. David Harvey destaca pelo menos quatro momentos de

---

<sup>334</sup> SEVCENKO, Nicolau. *A Capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio*. n. \_\_\_\_\_ (org) *História da Vida Privada no Brasil: da belle époque à era do rádio*. São Paulo; Cia das Letras, 2006. V3. E \_\_\_\_\_. *Orfeu Extático na Metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo; Cia das Letras, 2003.

<sup>335</sup> HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (orgs). *A invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 11.

transformação e que apresentavam elementos distintos que poderiam ser chamados de modernidade. Ele analisa as transformações sofridas pelo conceito, pela idéia do que é ser moderno.<sup>336</sup>

Do início do século XVIII, com o fortalecimento e a difusão do projeto iluminista para a modernidade, até a década de 1970, com o início da chamada pós-modernidade, Harvey apresenta uma série de fases e transformações, reações e transformações do que é ser moderno<sup>337</sup>.

Ele identifica o início de um possível projeto moderno a partir das idéias racionalistas do renascimento, que foram aprimoradas pelos iluministas durante todo o século XVIII e a primeira metade do século XIX. A partir da segunda metade do século XIX, uma transformação no sistema de reprodução do capital, combinado com um processo de expansão dos investimentos em novas áreas do globo, alterou de maneira significativa as percepções que se tinha do espaço e do tempo e isso gerou novas bases para se pensar o modernismo. Durante todo o século XX, sucederam-se os momentos onde uma fase da modernidade acabava se voltando e reagindo contra sua precedente e trazendo para a cena novas possibilidades, noções e características<sup>338</sup>.

De maneira nenhuma o estudo destas mudanças estava divorciado de uma análise apurada das relações entre as produções artística, estética, filosófica (o que pode ser chamado de modernismo cultural) e as “condições materiais de produção”. As transformações do modernismo estavam segundo Harvey, atreladas às formas de desenvolvimento do capitalismo, da industrialização, da urbanização e das questões políticas e sociais, enfim a chamada modernização. Por isso é fundamental ressaltar que quando se fala de modernidade, ou qualquer outro termo similar, é preciso entender em que situação ela está acontecendo, analisar qual o tempo e qual o espaço nos quais a discussão e a utilização dos conceitos está inserida<sup>339</sup>.

A modernidade possui como características marcantes a transitoriedade, a fragmentação, o fugidio<sup>340</sup>. Há uma busca constante pelo novo que torna obsoletos elementos que até então eram símbolos de modernidade. O modernismo na arte e na

---

<sup>336</sup> HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. Edições Loyola; São Paulo, 1992. pp. 23-32.

<sup>337</sup> *Ibidem*. 21-44.

<sup>338</sup> *Ibidem*.

<sup>339</sup> *Ibidem*. pp. 13-113.

<sup>340</sup> BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo; Cia das Letras, 2003. Neste texto Berman analisa a obra de quatro autores modernos do sec. XIX e as ações de um administrador em Nova York no sec. XX, destacando o caráter sempre instável presente em ações consideradas características da modernidade.

literatura está a todo instante buscando novas formas de expressão para dar vazão a seu ímpeto inovador e destruidor de tradições.

É na cidade que esta busca constante pelo novo, este caráter de transitoriedade permanente apresenta sua face mais agressiva. Tomando como ponto de partida a Paris sob a administração e a intervenção e transformação empreendida por Haussmann, podem-se perceber na história das mais variadas cidades, vide o Rio de Janeiro na época da Regeneração, como a novidade, o considerado moderno contribuiu para a tentativa da destruição de toda e tradição e de todo passado. O controle e a intervenção visando regular, controlar e criar um fluxo mais contínuo na cidade gerou o desaparecimento de todo um conjunto de sentido e a construção de uma nova maneira de ver e ser na cidade.

Vários personagens históricos encarnaram o papel do criador destrutivo. Haussmann em Paris, Robert Moses em Nova York, Pereira Passos no Rio de Janeiro, Pedro, O Grande em São Petersburgo e a figura mítica do Fausto de Goethe, representaram a figura do homem moderno, cada um à sua época e com suas características, que fez da cidade o palco de ações de destruição para a criação de um novo mundo e de um novo ambiente moderno.

Analisando estas figuras através das obras de importantes pensadores e literatos do século XIX, Berman ressaltar o caráter de insegurança e de fugacidade das suas realizações. Através da figura mítica do Fausto, Goethe criou um dos símbolos mais fortes do caráter moderno<sup>341</sup>. Na ânsia de transformar constantemente o ambiente à sua volta, o personagem mítico recriado pelo escritor alemão, auxiliado por Mefistófeles, não mediu esforços e conseqüências para alcançar seus objetivos. Em um dos momentos mais dramáticos da narrativa, Fausto imbuído do espírito do construtor, destrói o lar de um casal de idosos, onde no local ele realizaria mais uma de suas construções. Berman se utiliza destas imagens para reforçar a idéia do caráter destrutivo da modernização, na qual toda tradição e fixidez das idéias e das coisas devem dar lugar ao novo, que por sua vez é tornado ultrapassado por um intenso movimento dialético, caracteristicamente moderno.

Berman centraliza sua atenção para as imagens construídas de três cidades e, conseqüentemente, o processo de modernização e seguidas construções e reconstruções, bem como as sensações que estes espaços provocaram nos mais diversos literatos. Paris tornou-se modelo de cidade moderna para a sociedade ocidental no final dos anos de

---

<sup>341</sup> BERMAN, Marshall. Op. cit. pp. 41-98.

1850, quando Haussman empreendeu uma grande reforma, destruindo o centro medieval da cidade e implantou uma vasta rede de bulevares. Através destes, o tráfego poderia fluir livremente pelo centro e de um extremo a outro da cidade<sup>342</sup>.

Os bulevares tornaram-se assim modelo e arquétipo de ruas e cidades modernas. Baudelaire, Walter Benjamim, Balzac, Proust, esses foram alguns dos escritores que fizeram de Paris pano de fundo, e mais que isso, personagem principal de suas histórias e análises<sup>343</sup>. E no dizer de Pesavento, “Paris tem sido a cidade mais representada, em texto e imagem, o que estimula todo um imaginário social”<sup>344</sup>. E essa imagem tornou-se modelo e exemplo para a urbanização de inúmeras cidades ao redor do mundo e Pesavento analisa as ressonâncias do imaginário criado em torno de Paris em cidades brasileiras, como Rio de Janeiro e Porto Alegre<sup>345</sup>.

São Petersburgo, outra cidade estudada por Berman, foi praticamente construída a partir do nada, às margens do lago Neva, por Pedro, o Grande<sup>346</sup>. Petersburgo apresentava algumas características peculiares, quais sejam, na sua construção foram recrutados, praticamente à força, milhares de operários, dos quais, um grande número teve a sua vida ceifada no processo de construção da cidade. Ela foi construída para ser uma cidade moderna, uma janela para o Ocidente, em uma Rússia que tinha uma base sócio econômica e política feudal. Esta contradição gerou um caráter esquizofrênico para a cidade e seus habitantes e que foi habilmente explorado pela literatura russa. Gogol, Dostoievsky e Puchkin trouxeram para a literatura todo o caráter contraditório de uma cidade que apresentava para seus moradores o moderno Projeto Nevski e ao mesmo tempo detinha uma política fortemente centralizada e totalitária que não dava a mínima chance para o exercício da cidadania aos seus moradores, mas que explodiu em revolução.

Por fim, Nova York representa uma fase diferente da modernidade na cidade. No século XX, uma linha de pensamento do urbanismo que se tornou dominante a partir da década de 1920, com as idéias de Le Corbusier, julgou que as ruas da cidade deveriam desaparecer, pois representavam o caos e o perigo do contato entre diferentes grupos sociais e que dificultavam o livre tráfego de veículos em seu espaço. Berman<sup>347</sup>, em

---

<sup>342</sup> BERMAN, Marshall. Op. cit. pp. 149-195.

<sup>343</sup> Ibidem. pp. 172-173.

<sup>344</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. p. 29.

<sup>345</sup> Ibidem.

<sup>346</sup> BERMAN, Marshall. Op. cit. pp. 197-319.

<sup>347</sup> Ibidem. pp. 321-394.

uma análise que se confunde com catarse, autobiografia e auto-análise, apresentou o bairro do Bronx, em Nova York, sendo cortado por uma auto-estrada e tendo sua vitalidade estrangulada, como um símbolo da destruição das cidades pelo império das rodovias, tendo como seu mandatário, Robert Moses. Este indivíduo tomou para si o legado dos terríveis construtores modernos, de Fausto a Haussman, passando por Pedro, o Grande e deixou ao longo de sua carreira um rastro de obras públicas monumentais, no entanto, a destruição também fez parte do espectro de suas realizações.

A destruição criativa e a criação destrutiva<sup>348</sup> são dois elementos que fazem parte de uma visão e de uma ação moderna no mundo. A destruição de elementos do passado gera a oportunidade para se criar novos espaços, novos ambientes, criando novos hábitos, novas sensibilidades e novas maneiras de viver no espaço moderno. A criação de novas ruas e novas cidades provoca a substituição de valores culturais e o aparecimento de novos. Torna obsoletos tradições e mesmo elementos que em determinado momento foram considerados inovadores. Na lógica da modernidade, é preciso criar e destruir continuamente para manter aceso e em funcionamento o projeto moderno, mesmo que para isso vidas, culturas e valores sejam destruídos.

A discussão de modernidade pode também enveredar pela análise de seus elementos, dessa maneira corre-se menos riscos de se utilizar este conceito de forma inflexível e vazia. Sevcenko tenta entender de que maneira diferentes elementos da modernidade, como o bonde, o cigarro, o café, o cinema, o rádio, a propaganda, a eletricidade, o automóvel, entre outros, alteraram a vida das pessoas, como estas consumiam a modernidade. De que maneira estes elementos alteram comportamentos e criam cultura.<sup>349</sup>

O autor analisa como as novas técnicas e recursos tecnológicos e materiais “desorientam, intimidam, perturbam, confundem, distorcem, alucinam”<sup>350</sup> e mais, estuda quais impactos são provocados pelas inovações tecnológicas nos projetos de vida dos indivíduos. Interroga a maneira pela qual estas inovações, elementos característicos, identificados e identificadores da modernidade, “agenciam os desejos e as disposições

---

<sup>348</sup> HARVEY, David. Op cit.

<sup>349</sup> SEVCENKO, Nicolau. *A Capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio*. n. \_\_\_\_\_ (org) *Historia da Vida Privada no Brasil: da belle époque à era do rádio*. São Paulo; Cia das Letras, 2006. V3.

<sup>350</sup> *Ibidem*. p. 516.

psíquicas mais íntimas de cada um”<sup>351</sup>, como influenciam a esfera da vida privada destes.

Para se falar da vida nas cidades modernas é necessário desvendar as experiências e as sensibilidades dos indivíduos frente a novas técnicas e elementos como, por exemplo, a luz elétrica, transportes públicos, serviços de higiene e saúde, ruas amplas, arejadas, largas e iluminadas. É preciso entender a maneira pela qual os habitantes destas novas cidades reagiram a todo um turbilhão de mudanças provocadas pelo aparecimento de novas tecnologias que viriam alterar a vida cidadina.

Torna-se mais produtivo pensar a modernidade nestes termos. No caso de Alagoinhas, é possível analisar este processo através da introdução de novos elementos na vida da cidade e como eles possibilitaram mudanças de hábitos nos seus habitantes. O caso da energia elétrica é um bom exemplo, a partir de sua instalação, tornaram-se possíveis passeios a noite em algumas praças e ruas do centro da cidade até um horário mais esticado, parece aos moradores que desfrutavam destes momentos que o dia estava ficando maior, pois com a presença da luz elétrica altera-se o horário de dormir das pessoas.

Até o momento de desligamento da luz as pessoas ficavam mais ativas. E isto acabou gerando uma demanda maior por energia que resultaria nos problemas analisados mais adiante. O que se pode notar é que de alguma forma esta novidade possibilitou a alguns alagoinhenses o consumo de novos produtos como o rádio, ampliando assim uma nova maneira de entretenimento, seguindo uma tendência nacional de difusão deste meio de comunicação. Outras opções de divertimento também se tornaram possíveis ou foram facilitados com um fornecimento regular de energia elétrica. Eventos em praças públicas à noite, funcionamento melhor de cinemas, circos. Estes elementos foram colocados à disposição de alguns moradores da cidade de forma mais intensa a partir de 1929<sup>352</sup>.

Dessa maneira, os moradores poderiam usufruir por mais tempo suas festas e bailes dançantes pelos clubes da cidade. Joanita da Cunha e Maria Feijó relataram em suas memórias as suas vivências nos bailes organizados pelo Elegante Clube e pela Euterpe Alagoinhense respectivamente e que somente com o fornecimento de energia elétrica tiveram condições de se prolongarem até a madrugada. Em ambos os relatos, as

---

<sup>351</sup> SEVCENKO, Nicolau. Op. cit. p. 521.

<sup>352</sup> Este foi o ano de inauguração da Usina Elétrica Municipal e com isso a cidade, ou parte dela, passou a contar com o fornecimento regular de energia elétrica.

memorialistas recordaram-se que estas festas esticavam-se até duas ou três horas da madrugada. Essa era uma situação permitida pela presença da energia elétrica, que iluminava o salão para os dançantes e o caminho de volta para casa.<sup>353</sup>

Ele tenta analisar de que maneiras estas novas criações tecnológicas provocaram alterações nas percepções sensoriais dos indivíduos. Como novos modos de pensar e imaginar eram criados. Ainda vê nestes processos uma crescente tendência à individualização dos sujeitos, de forma mais geral, do aburguesamento da sociedade, mesmo que isto ocorra de forma desigual e excludente dentro de determinada formação social, como por exemplo, uma cidade<sup>354</sup>.

Alagoinhas trazia também um anseio de transformações e alguns sintomas de que certo grau de modernidade aportou por esta região. A imprensa foi um importante termômetro do ambiente de transformações vivido por parte da sociedade alagoinhense, ela funcionava com uma dupla função, captador e catalisador das novas sensibilidades e apontava as características e qualidades deste momento<sup>355</sup>:

O momento atual é o de reação. O progresso Cyclopeo de que vem de passar o mundo é um dos mais gigantescos, jamais visto na historia da humanidade. Tudo vibra de entusiasmo, tocado pela vara mágica do dinamismo. [...]. O homem atual, depois de uma autoscopia, dilatando os horizontes da sua imaginação até então limitada às pequenas cousas, viu que o mundo necessitava de um impulso, de um impulso grande, violento, de progresso, jamais registrado nos anais do nosso orbe, e não hesitou. Revigorando o organismo, jungindo as energias atléticas às espirituais, impeliu a catapulta das realizações fantásticas, para a admiração universal<sup>356</sup>...

Esta matéria foi publicada no jornal *O Alarma*, em 31 de Março de 1932. O jornal era publicado e escrito majoritariamente por jovens representantes da elite alagoinhense, amplamente reforçado por jovens da classe média local. A juventude da cidade era a produtora, o produto e o público a que se destinava a gazeta que saia semanalmente e que se dizia crítico e humorístico.

<sup>353</sup> SANTOS, Joanita da Cunha. Op. cit. p. 111-115. E. FEIJÓ, Maria. Op. cit. p. 94-99.

<sup>354</sup> SEVCENKO, Nicolau. Op. cit.

<sup>355</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na Metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo; Cia das Letras, 2003. pp. 24-42.

<sup>356</sup> Fundação Iraci Gama. Jornal *O Alarma*. 31/03/1932.

Alguns termos, fortemente empregados no texto, podem ser sintomáticos quanto a uma mudança de percepção e de comportamento frente ao mundo e que indicam, senão um ambiente, ao menos uma vontade de transformações e de que os homens fossem regidos pela idéia do progresso constante. Ao falar em “progresso ciclopeo” e gigantesco, o cronista expressou, sem meias palavras, o quanto os homens do seu tempo valorizavam este termo e o quanto suas ações estavam pautadas por este princípio. Aliado a isto ele trouxe também a importância do movimento constante, auxiliado pelo dinamismo, pelo entusiasmo, enfim, pela energia dos corpos unificados em torno da força física e espiritual. Onde, o impulso grande e violento do progresso gere a ação das pessoas, para que ocorra o rompimento “com a rotina do cotidiano e o consenso dos hábitos e idéias”<sup>357</sup>.

Analisando o processo de metropolização de São Paulo durante os anos 1920, Sevckenko destacou a emergência de novas formas de pensar e agir no mundo e que as antigas bases intelectuais de uma cultura pautada na estabilidade e continuidade<sup>358</sup>, utilizadas para dizer o mundo, tornaram-se obsoletas diante de uma realidade que apresentava “suas múltiplas faces incongruentes, seus ritmos desconexos, sua escala extra-humana e seu tempo e espaço fragmentários”<sup>359</sup>.

Em outra matéria, desta vez descrevendo um baile de micarême, o jornal *O Alarma* captou todo o sentido da nova geração de jovens alagoinhenses, que em festa, deixaram extravasar toda uma gama de sentimentos de ação e energia vital:

A Micarême de 1932, atingiu o zenith das novidades. Foi um “sucesso” imprevisto. [...]. Nunca se registrou, em nossa cidade, uma micarême tão animada com tantas novidades e comichadas. / Fomos ao baile. Entramos na Euterpe. Um forte cheiro de éter fez-se sentir. Serpentinhas e confetes davam ao ambiente uma graça irresistível. Gambiarras de luz davam ao grande salão um aspecto deslumbrante. A jazz ensurdecidora fez-nos lembrar Hollywood com as suas jazz malucas enchendo de alegria os *cabarets*, os cafés concertos e os teatros onde as *girls*, as coristas, mostram a beleza plástica dos seus corpos, em sapateados remexos, *blak bottoms*. / Deslumbramento. Fantasias. Meias máscaras. Policromias berrantes. Pares em rodopios vertiginosos esquadrinham o salão. Risos. Gargalhadas apopléticas<sup>360</sup>.

<sup>357</sup> SEVCENKO, Nicolau. Op. cit. p 32.

<sup>358</sup> Ibidem

<sup>359</sup> Ibidem.

<sup>360</sup> Fundação Iraci Gama. Jornal *O Alarma*. 13/03/1932.

Esta descrição registrou alterações no estado de espírito da juventude, uma mudança de comportamento e uma atitude arrebatadora dos foliões. A linguagem empregada, recheada de adjetivos hiperbólicos, indicava que a festa de Momo rendeu-se ao primado da ação e da energia, por vezes exagerada.

A novidade foi a marca da folia. Além dos costumeiros confetes e serpentinas, o baile contou com a presença inebriante do lança-perfume, que com seu efeito entorpecente, reforçava os tons das “policromias berrantes” e dos “rodopios vertiginosos” que animavam os foliões.

As “gambiarras de luz”, naquele momento, representavam o mais alto grau de novidade e modernidade da cidade, uma vez que, o serviço de energia elétrica, razoavelmente regular, foi inaugurado há pouco tempo, o que aumentava o simbolismo de que se revestia a comemoração.

A música e o cinema também foram evocados para reforçar o caráter de ineditismo e modernidade do baile. O jazz era a música do momento, que com seu andamento frenético, exigia dos dançantes maior dinamismo e energia corpórea e, a exigência do movimento constante<sup>361</sup> foi mais uma vez representada pela linguagem do cronista, que destacava a intensidade da música tocada, a alegria que emanava do salão e onde o movimento dos corpos dava a tônica do ambiente.

O cinema, na década de 1930, tornou-se um dos maiores símbolos da modernidade, quando a ida ao cinema com frequência, vestindo a melhor roupa “tornou-se uma obrigação para garantir a condição de moderno e manter o reconhecimento social”<sup>362</sup>. E o cinema, com suas técnicas devidamente pensadas, seus atores alçados à condição de heróis e mitos e todo seu poder de atração gerou nos seus espectadores espalhados pelo mundo uma mudança de comportamento. Assim afirmou Sevcenko: “Nunca um único sistema cultural teve tanto impacto e exerceu efeito tão profundo na mudança do comportamento e nos padrões de gosto e consumo de populações por todo o mundo”<sup>363</sup>. Alteraram-se aparências, hábitos alimentares, utensílios domésticos, até arquitetura e decoração das residências. Tudo isso em decorrência da força mítica dos modelos produzidos por Hollywood<sup>364</sup>.

---

<sup>361</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na Metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo; Cia das Letras, 2003. pp. 23-88.

<sup>362</sup> SEVCENKO, Nicolau. *A Capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio*. n. \_\_\_\_\_ (org) *História da Vida Privada no Brasil: da belle époque à era do rádio*. São Paulo; Cia das Letras, 2006. V3. pp. 599.

<sup>363</sup> *Ibidem*. pp. 602.

<sup>364</sup> *Ibidem*. pp. 598-603.

Em Alagoinhas, a juventude e todos os aficionados pelo cinema, entraram em contato pela primeira vez com esta forma de arte no momento da inauguração do Cine Teatro Popular<sup>365</sup>. Os proprietários se utilizavam da propaganda na imprensa<sup>366</sup> para apresentarem as últimas novidades produzidas por Hollywood e assim os alagoinhenses poderiam entrar em contato com o mundo de fantasia simbolizado por seus astros. (memória de Joanita)

Para finalizar a análise da crônica que descreveu a micarême na cidade, segue um trecho que demonstrou em poucas frases o sentimento daqueles jovens quanto ao momento que viviam: “a nossa vista, porém, vai mais além a essas visões alegres, vai até a comicidade. [...]. São os diretores da ‘Euterpe’, aparvalhados, dançando à 1830!...”<sup>367</sup>. Em tom de troça e ironia, o cronista marcou a diferença de comportamento entre gerações. Mais que isso, indicou o deslocamento e o fato de que o clima e o ambiente estavam adequados a eles, os jovens, e distantes daqueles que dançavam fora do tempo. Enfim, todas as referências citadas no texto diziam respeito a determinado tipo de comportamento que indicavam um modo moderno de sentir e agir no mundo.

Cada vez mais os processos e os elementos identificados com a modernidade trouxeram sinais de um movimento que resultaria em uma sociedade burguesa. O indivíduo e, acima de tudo, a satisfação individual, tornaram-se parâmetros utilizados para identificar a eficácia e a utilização de determinados produtos e a pertinência de determinadas atitudes<sup>368</sup>.

O poder público, os jornais e etc., elencavam alguns elementos que eles consideravam dignos de uma cidade moderna nas décadas de 1930 e 1940, mesmo que estes ficassem apenas na imaginação e na vontade destes indivíduos. Neste caso podem-se destacar a luz elétrica (que será discutido na próxima sessão); ruas calçadas, largas, planas e alinhadas; higiene e salubridade; estradas de rodagem; campos de aviação; controle, ordem e disciplina. Percebe-se que os elementos são referentes tanto a idéias e comportamentos, como vistos anteriormente, quanto a materialidades. Além disto, alguns ficaram apenas no desejo destas pessoas.

A preocupação com a situação das ruas da cidade era freqüente em Alagoinhas, nos jornais ou em documentos da Prefeitura e da Câmara de Vereadores eram comuns

---

<sup>365</sup> SANTOS, Joanita da Cunha. Op. cit. p. 43.

<sup>366</sup> Fundação Iraci Gama. Jornal *O Alarma*. 12/04/1932.

<sup>367</sup> Fundação Iraci Gama. Jornal *O Alarma*. 13/03/1932.

<sup>368</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os Pobres na Cidade: vida e trabalho, 1880-1920*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

alusões a buracos e matagais nas ruas da cidade. Esta preocupação derivava da idéia de que a rua era o “cartão de visitas de uma cidade, as ruas deveriam atestar o seu progresso ou atraso”<sup>369</sup>.

Uma coluna do *Correio de Alagoinhas* denominada “Vidraça quebrada”<sup>370</sup> e assinada por alguém cognominado “Sapateiro”, contendo uma crítica bem humorada comentava a situação da rua Cons. Moura no centro da cidade. Nesta coluna, “Sapateiro” primeiramente elogiou o trabalho da Prefeitura na localidade, “Alagoinhas está de parabéns e a rua Cons. Moura ainda mais, visto o embelezamento que o [prefeito] está dando a essa [rua]”<sup>371</sup>, comparando com uma situação anterior, “essa bela rua até poucos dias, apresentava um aspecto desagradável: esburacada pelas enxurradas, escuras por falta de lâmpadas, muito capim, etc.”<sup>372</sup>, o autor percebeu uma sensível melhoria nas condições da rua, onde o Prefeito teria atendido às reivindicações locais.

Exatamente neste momento começava a crítica irônica do colunista. Quando apontava as melhorias do Prefeito, ele ironizava a situação da rua. Ao falar das lâmpadas trocadas, afirmou que elas eram “de menor número de velas”, ou seja, eram lâmpadas fracas e insuficientes para manter uma iluminação adequada. Para falar do calçamento expôs outro problema no local além dos buracos;

Agora vamos ao calçamento; mas não julguem os senhores que esse calçamento será igual ao de outras cidades de aquém e além-mar, (...), nada disso; a coisa é inédita, supimpa, original: é a agath e a ferro estanhado! / Para tal já foram despejadas varias carroças de aterro com parte do material. / E vai sair barato esta obra, porque estão sendo aproveitados os utensílios julgados inservíveis nas casas particulares. / (...) colocaram ali bacias, escarradeiras, urinóis, etc.;... não gostei, mas como é talvez para experiência, vá lá...<sup>373</sup>

Em via pública, estavam sendo jogados vários utensílios cujo destino era o lixo. O que causava espanto ao autor da matéria, era o fato de que esta situação estava ocorrendo em uma rua no centro da cidade, onde estavam instalados vários órgãos das três esferas da administração. Ali se encontravam o correio, coletorias do município, do

<sup>369</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit. p. 114.

<sup>370</sup> Biblioteca Publica do Estado da Bahia. Jornal *Correio de Alagoinhas*, nº 1202, 27/09/1930.

<sup>371</sup> Ibidem.

<sup>372</sup> Ibidem.

<sup>373</sup> Ibidem.

estado e da união, além de hotéis e residências de “várias famílias de destaque” da cidade<sup>374</sup>. Esta via ainda era uma ligação entre as duas principais praças da cidade; a J. J. Seabra e a Rui Barbosa.

Aquele espaço desautorizava este tipo de atitude e havia uma sensibilidade que era agredida por aquela situação. Era necessária a regulamentação dos comportamentos das pessoas, não era possível para uma cidade que se queria civilizada apresentar de forma tão escancarada provas de sua intimidade em um local público e movimentado. Certo tipo de sociabilidades que eram atentatórias à moral e aos bons costumes cultivados pela sociedade, deveria ser eliminado, a partir da reordenação e do controle do espaço público<sup>375</sup>.

Esta rua em particular apresentava duas situações constantes na cidade e que precisavam com urgências ser combatidas. O problema dos buracos e o lixo jogado nas ruas. O primeiro se explica pelo fato de que a cidade era carente no que diz respeito à pavimentação. Em recenseamento realizado entre o final dos anos 40 e início dos 50, estimou-se que dos 117 logradouros da cidade apenas 28 possuíam pavimentação<sup>376</sup>. Em 1931, apenas as ruas principais do centro eram calçadas, como a Pça. J. J. Seabra, e as ruas da Câmara, Anísio Cardoso e parte da Cel. Tamarindo e a Rua Cons. Moura da coluna acima estava sendo calçada<sup>377</sup>. Ruas localizadas na periferia da cidade, como a Rua do Catú, do Jacaré, Tupy Caldas, do Inhambupe, eram cobertas de areia e matagal, poeirentas no verão e lamacentas no inverno<sup>378</sup>.

Na década de 40, a prefeitura fez um esforço para tentar mudar esta situação, e começou por divulgar uma imagem diferente da cidade. As vias públicas foram utilizadas como um dos símbolos de modernidade alcançada. Em matéria paga em uma revista ilustrada percebe-se que imagem a cidade divulgou para seus habitantes e, principalmente, para seus almeçados visitantes: “a cidade de Alagoinhas, podendo-se dizer a mais bem traçada do interior baiano, de ruas largas e alinhadas, apresenta aspectos modernos, que são índices de progresso atingido em pretérito próximo”<sup>379</sup>. As características apresentadas para as ruas da cidade, largas e alinhadas, representavam o

---

<sup>374</sup> Biblioteca Publica do Estado da Bahia. Jornal *Correio de Alagoinhas*, nº 1202, 27/09/1930.

<sup>375</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit. p. 115.

<sup>376</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia (Biblioteca). Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. IBGE XX Volume. Rio de Janeiro, 1958. pp 21-25.

<sup>377</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia. Dossiê sobre o município de Alagoinhas – 1931. Sec. De Interior e Justiça. Cx. 3502 maço 393.

<sup>378</sup> Feijó, Maria. Op. cit.

<sup>379</sup> Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. A BAHIA. Revista Mensal. Ano I, Numero I. São Salvador, Bahia. Julho de 1941. Documento avulso.

que havia de mais moderno para uma cidade. Este modelo de construção de vias públicas tinha sua matriz mais importante nos bulevares parisienses de Haussman, que serviram de inspiração para a implantação de ruas e largas avenidas por todo o mundo durante muito tempo. Elas tinham por objetivo facilitar o livre tráfego pelo centro da cidade e uma maior circulação de ar e penetração de luz pelos espaços urbanos<sup>380</sup>.

Durante a década de 1940, foi grande o esforço da Prefeitura no sentido de construir novas ruas no município, além de calçar e urbanizar as existentes. Em 1942, o prefeito anunciou: “os movimentos de terra para a abertura da Avenida Municipal que ligará a Avenida Severino Vieira à Rua Padre Vieira”<sup>381</sup>. Alguns anos mais tarde em 1948 e 1949, a atenção voltou-se para o calçamento da Rua Luiz Viana, importante via da cidade por tratar-se da sua principal saída até então, para quem se destinava ou chegava de Salvador via estrada de rodagem<sup>382</sup>. Os custos da obra foram divididos entre a Prefeitura e o Governo do Estado, através da Secretaria de Viação e Obras Públicas<sup>383</sup> e pelo fato de ser considerada muito dispendiosa começou a ser planejada em 1947 e foi, em grande parte, finalizada em 1949. O calçamento era feito a paralelepípedos reajuntados com cimento, as pedras tinham que vir de Santa Luz, região de Serrinha, através dos vagões da Leste, fato que muitas vezes exigia o pedido de auxílio por parte da prefeitura<sup>384</sup>.

Também foram lembradas a Praça da Bandeira, que foi alvo de um projeto de urbanização<sup>385</sup> e a Praça Graciliano de Freitas que foi construída para formar um conjunto urbano harmonioso com o novo prédio da Prefeitura<sup>386</sup>. A primeira era um local de intenso comércio, principalmente de gêneros alimentícios. Sem o calçamento, no inverno eram comuns os lamaçais mal-cheirosos e no verão a poeira cobria os alimentos<sup>387</sup>. Em 1949, foi criado um projeto para urbanizar esta área, uma vez que neste momento havia um planejamento para melhorar as características urbanas na

---

<sup>380</sup> BERMAN, Marshall. Op. cit. pp. 172-173.

<sup>381</sup> Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Jornal Correio de Alagoinhas. Nº 1652, 04/03/1942.

<sup>382</sup> Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. Livro de Ofícios da Secretaria da Prefeitura. Ofício Relatório enviado à Câmara em 08/07/1949.

<sup>383</sup> Ibidem.

<sup>384</sup> Ibidem. Ofício enviado ao Diretor da Leste, Lauro de Freitas, 11/08/1948. Entre os anos de 1948 e 1949, foram enviados seis ofícios ao diretor da Leste solicitando vagões e descontos no transporte de pedras de Santa Luz para Alagoinhas.

<sup>385</sup> Ibidem. Ofício Relatório enviado à Câmara em 08/07/1949.

<sup>386</sup> Ibidem. Ofício de nº 77 enviado à Câmara Municipal, 20/05/1949.

<sup>387</sup> Livro de Requerimentos da Câmara Municipal. Requerimento nº 48 de autoria do ver. Francisco Batista, 30/07/1948.

cidade em parte algo já estava sendo feito, como o calçamento da Luiz Viana, o prédio da prefeitura e a Praça Graciliano de Freitas<sup>388</sup>.

O novo prédio da Prefeitura teve sua construção iniciada em meados da década de 1940 e o término das obras se deu no início de 1949. O auxílio do Estado no valor de mais de Cr\$ 1.400.00,00 (um milhão e quatrocentos mil cruzeiros) foi fundamental, pois não havia recursos suficientes disponíveis no município para a conclusão dos trabalhos<sup>389</sup>. Este investimento precisava ser justificado e segundo o prefeito João Dourado de Cerqueira Bião a sede do executivo municipal, “é uma obra de arquitetura moderna de ótima construção, onde foi empregado materiais de boa qualidade, tornando-se motivo de orgulho para nossa terra, pois, é atualmente o melhor do interior do Estado”<sup>390</sup>. Para o prefeito, o símbolo material do poder na cidade precisava encarnar os novos tempos e precisava também sofrer o processo de transformação que a cidade estava enfrentando.

Junto com a construção do prédio, foi instituído um plano de urbanização mais urgente nas áreas adjacentes a este, no intuito de se criar um conjunto urbanístico mais harmonioso. Para isso foi construída e calçada uma praça, depois denominada Graciliano de Freitas, ruas próximas foram submetidas a obras de calçamento. Além disso, a Leste inaugurou uma nova estação próxima à prefeitura, o prédio dos Correios e Telégrafos estava instalado nesta região, era neste plano que a Praça da Bandeira precisava ser reformada, pois um dos lados do prédio estava voltado para ela<sup>391</sup>.

E mais, havia um plano para nesta mesma região lotear áreas para a “construção de um hotel, um cinema, e um prédio para o Banco do Brasil, e a [área] entre o Mercado e a Prefeitura, à Praça da Bandeira, para a construção de 15 prédios de estilo modernos para casas comerciais”<sup>392</sup>. Nesse planejamento, o poder público desejava dotar esta área da cidade, até pouco tempo quase abandonada, às margens do Rio Catú, com instalação de órgãos públicos e privados, de um aspecto mais urbano, mais cidadão e, quiçá, mais moderno.

---

<sup>388</sup> Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. Livro de Ofícios da Secretaria da Prefeitura. Ofício Relatório enviado à Câmara em 08/07/1949.

<sup>389</sup> Ibidem

<sup>390</sup> Ibidem.

<sup>391</sup> Ibidem.

<sup>392</sup> Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. Livro de Ofícios da Secretaria da Prefeitura. Ofício de nº 191, enviado à Câmara Municipal, 30/11/48.

## 2. A Cidade quer Luz

A iluminação pública apareceu como um sinal latente de adiantamento da cidade e antes dela ser concretizada houve uma intensa movimentação para a sua implantação que ocorreu em 22 de setembro de 1929. Até esta data a cidade era servida por cerca de 160 lâmpadas a querosene, instalados ainda em fins do sec. XIX o que era insuficiente para atender a demanda crescente por iluminação e como resultado, uma grande parte da cidade ficava às escuras.

Salomão Barros apresentou uma espécie de histórico da iluminação pública em Alagoinhas<sup>393</sup>. Ele indicou que as primeiras tentativas de iluminação da vila, depois cidade se deram em 1885. Em quatro de setembro desse ano, foram instalados 60 lâmpadas a querosene, mediante um contrato firmado por Ernesto Borges de Figueiredo<sup>394</sup>. Este número aumentou até o início do século XX:

Em 6 de janeiro de 1887, esse número de ‘lâmpadas’ passou a 100. Em 8 de agosto de 1894, elevou-se a 125 e, por fim, em 1901 atingiu a 160, na expectativa de tornar a cidade servida a gás acetileno<sup>395</sup>.

Na década de 1920, iniciaram-se as primeiras iniciativas para a instalação de uma usina elétrica na cidade:

Em 1924, os alagoinhenses irmãos Diomedes Robatto e Alexandre Robatto cogitaram em dar à sua terra um serviço particular de luz elétrica – em substituição à existente na época (em lâmpadas retrógradas), procurando assim colaborar com o progresso a que a cidade vinha se encaminhando há demorados anos<sup>396</sup>.

Essa tentativa inicial contou com a participação de uma família local que tinha experiência no comércio e na indústria. E a usina era realmente uma empresa familiar. Ela funcionava em um terreno de propriedade do primeiro irmão citado, na Rua Luiz Viana e contava com o apoio de outros membros da família: “cabendo ao mesmo Sr.

---

<sup>393393</sup> BARROS, Salomão A. Op. cit. pp. 190-197.

<sup>394</sup> Ibidem. p. 190.

<sup>395</sup> Ibidem. Ibidem.

<sup>396</sup> Ibidem. p. 191.

Diomedes Robatto a orientação técnica, contando com a colaboração de seus filhos, Humberto Meyer Robatto e Diomedes Robatto Júnior”<sup>397</sup>.

O material e o maquinário que gerava a energia eram improvisados e um pouco deficiente, o que tornava limitado o serviço prestado à cidade. Apenas a Rua Luiz Viana e adjacências e a Praça J. J. Seabra eram servidos pela “improvisada ‘Usina de Luz’”<sup>398</sup>. Apesar das tentativas de ampliação da rede, das ruas e das casas alcançadas, com a cobrança de uma taxa para quem usufruísse do serviço, a empresa não dispunha recursos suficientes para custear suas despesas e vivia em constantes dificuldades financeiras<sup>399</sup>.

Em 1927, o jornal *O Popular*, no qual Salomão Barros era editor e fazia parte da diretoria, encampou uma campanha para que o poder público local assumisse o dever de melhorar o serviço de iluminação pública, através da criação de uma usina elétrica municipal<sup>400</sup>. O jornal:

Opinara pela cooperação do poder executivo, sugerindo que o Conselho Municipal abrisse concorrência pública para a obtenção de um serviço de ‘Luz e Energia’. O Conselheiro Benicio de Macedo Silva apresentou um Projeto de Lei autorizando o Intendente Municipal a contrair um empréstimo de (...) (duzentos contos de réis) para a montagem da ‘Usina de Luz e Força Elétricas’. Exercia o cargo o Intendente o Cel. Saturnino da Silva Ribeiro<sup>401</sup>.

A partir deste momento, tornou-se um tema constante nas reuniões políticas da cidade, nos jornais e nas sessões do Conselho o problema da iluminação na cidade. A sociedade organizada, principalmente os empresários do comércio, passou a exercer uma pressão significativa nos poderes públicos para que este assumisse as rédeas desta questão, ao mesmo tempo em que fazia um esforço para que a empresa dos Robatto não deixasse de fornecer luz, mesmo que de forma deficitária<sup>402</sup>.

A imprensa alagoinhense era uma das principais vozes de apoio, incentivo e cobrança para a instalação de uma usina elétrica que viesse trazer progresso, grandeza e “alevantamento” para a cidade. Este era um tema recorrente nos artigos de jornais antes

---

<sup>397</sup> BARROS, Salomão A. Op. cit. p. 191.

<sup>398</sup> BARROS, Salomão A. Op. cit. p. 191.

<sup>399</sup> Ibidem.

<sup>400</sup> Ibidem.

<sup>401</sup> Ibidem.

<sup>402</sup> Ibidem. p. 192.

da inauguração, eles vinham como a força de um apelo para a resolução de um grave problema:

Esperançosa mais do que nunca, Alagoinhas está agora, com respeito ao grandioso problema da instalação de uma Usina Elétrica que derrame grossas ondas de luz e gere força energética para melhor, e mais amplo desenvolvimento de suas indústrias. E essa esperança está fincada no poderoso alicerce da boa vontade de querer do atual governador da cidade Saturnino Ribeiro, que conta para isso com o apoio de dedicados alagoinhenses, desejosos de verem sua terra querida com mais esse surto de progresso, (...), que venha a energia elétrica com sua força impulsionadora do progresso para a grandeza e o alevantamento de Alagoinhas<sup>403</sup>.

Era o pedido para que o problema da Usina fosse resolvido. Para isso havia uma justificativa pronta. O progresso, esta palavra mágica movimentava todo o imaginário e a vontade destes homens. A cidade precisava progredir em sua indústria e a falta de uma usina elétrica interferia diretamente neste objetivo, esta falta era, para o jornalista, um empecilho para o crescimento econômico da cidade.

Em contrapartida, o artigo apontava o nome de um personagem que parecia encarnar junto a outros esta “boa vontade” de grandeza: Saturnino Ribeiro. Ele era intendente, comerciante e dono de uma fábrica de charutos e de uma casa de créditos, representava um grupo de alagoinhenses desejosos de que sua terra enfrentasse o progresso e foi considerado o homem que trouxe o progresso para a cidade<sup>404</sup>. Pode-se perceber que, para o articulista, o progresso e o crescimento dependem da vontade e da ação de uma pequena elite que deve dirigir a cidade ao engrandecimento. Neste caso para que a Usina Elétrica entrasse em funcionamento era preciso a intervenção do intendente apoiado somente por aqueles que desejavam uma Alagoinhas grande e “alevantada”. A energia é encarada como o catalisador do crescimento da cidade. Parece que sem a luz elétrica esta estaria fadada ao atraso, este elemento representava neste momento, a força impulsionadora da modernidade, do progresso.

Para que este objetivo fosse colocado em prática, a ajuda do governo do Estado foi de fundamental importância. No dia 18 de agosto de 1927 o mesmo *Correio de Alagoinhas*<sup>405</sup> noticiava a liberação de uma verba no valor de 50:000\$000 por parte do executivo estadual para auxiliar na instalação da Usina Elétrica Municipal. Estes recursos foram resultado de um Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Estaduais

<sup>403</sup> Jornal *Correio de Alagoinhas*, 08/07/1927. Apud. GONÇALVES, Jocélia Novaes. *Modernidade na Província: Alagoinhas 1853-1930*. Monografia de Especialização. UNEB, Alagoinhas, 2005. p. 20.

<sup>404</sup> ROCHA, Jeane Angélica Machado da. *A Trajetória do Coronel Saturnino da Silva Ribeiro*. Monografia de Especialização. UNEB, Alagoinhas, 2002.

<sup>405</sup> Jornal *Correio de Alagoinhas*, 18/08/1927. Apud. GONÇALVES, Jocélia Novaes. *Modernidade na Província: Alagoinhas 1853-1930*. Monografia de Especialização. UNEB, Alagoinhas, 2005. p. 21.

Carlos Olympio Pinto de Azevedo e Cícero Martins Dantas, que foi aprovado pelo Senado Estadual e posteriormente sancionado pelo Governo de Estado<sup>406</sup>. Mais verbas da prefeitura e do governo do Estado foram gastas para a implantação da Usina. E no dia 22 de setembro de 1929 a Usina Elétrica Municipal Saturnino Ribeiro foi inaugurada.

Nota-se, que a instalação da iluminação pública na cidade dependeu de um delicado esquema de articulação política, tanto a nível local, quanto, e principalmente, a nível estadual, pois a cidade não dispunha de recursos suficientes para um projeto desta envergadura. Pois, seria necessária a compra de materiais, equipamentos e maquinário, local apropriado para a instalação das máquinas, além da contratação de pessoal capacitado para a operação de toda parafernália. Vale lembrar, também, da rede elétrica que deveria ser instalada pela cidade, como postes, fiação e lâmpadas para iluminação pública e a expansão do serviço para as residências, casas comerciais e estabelecimentos industriais.

O processo de captação de recursos passou por todas as instâncias de poder, local e estadual. E foram importantes nesta questão, as redes de relacionamento do então intendente, Saturnino Ribeiro. No ambiente citadino ele não teve maiores dificuldades para fazer tramitar no Conselho Municipal os projetos de lei que tornou possível, legalmente, o intendente instalar a usina elétrica<sup>407</sup>. Na política estadual, o padrinho político de Saturnino Ribeiro, que o introduziu na vida política, o senador estadual Joaquim Climério Dantas Bião era um dos principais interlocutores do governador Vital Soares e, sendo detentor dos votos na cidade de Alagoinhas, possuía um grande poder de barganha dentro do esquema político oligárquico estadual<sup>408</sup>. Contando com o apoio de dois deputados estaduais e um senador detentor de prestígio junto ao governador do estado, Saturnino Ribeiro conseguiu angariar os recursos para as primeiras providências de instalação da usina municipal.

A inauguração passou a ser muito mais do que apenas uma melhoria técnica e a garantia de noites mais iluminadas na cidade. Significava que Alagoinhas estava fazendo jus à sua almejada posição de “núcleo de adiantada civilização, colocada entre as maiores cidades do estado”<sup>409</sup>. A garantia de fornecimento de energia elétrica com regularidade representava simbolicamente, para a maioria dos alagoinhenses, que a

---

<sup>406</sup> BARROS, Salomão A. Op. cit p. 192.

<sup>407</sup> Ata da Sessão do Conselho Municipal dos dias 05/06/1928; 11/06/1928; 20/11/1929.

<sup>408</sup> ROCHA, Jeane Angélica Machado da. Op. cit. p. 31-41.

<sup>409</sup> *Jornal Correio de Alagoinhas*, 18/08/1927. Apud. GONÇALVES, Jocélia Novaes. *Modernidade na Província: Alagoinhas 1853-1930*. Monografia de Especialização. UNEB, Alagoinhas, 2005. p. 21.

cidade finalmente deixaria para trás um “estado lamentável de inferioridade e atraso”<sup>410</sup>. Era como se Alagoinhas entrasse definitivamente em uma era de progresso e adiantamento, confirmando suas melhores tradições de cultura, sociabilidade e civilização<sup>411</sup>.

Este fato, relatado pelas memórias de Joanita da Cunha, foi marcado também pela reformulação de uma praça conhecida até então como Cruzeiro e para festejar a chegada da energia foi rebatizada como Praça Ruy Barbosa<sup>412</sup>. Em uma festa e solenidade com a presença inclusive do Governador Vital Soares, o simbolismo da troca de um nome que lembra o antigo, um passado colonial e ligado à religiosidade por um ligado à Republica, à modernidade, progresso e civilização.

A festa de inauguração da Usina ocorreu em um clima de festejos e solenidades na cidade. A presença da imprensa local e da capital destacou a importância política e simbólica do evento:

A inauguração da Usina deu-se a 22 de setembro de 1929, solenemente, com as presenças do Governador do Estado Vital Henrique Soares, do ex – Governador Dr. Francisco Marques de Góes Calmon, autoridades federais, estaduais e municipais, e do público representativo da municipalidade. Esse fato marcou época na história de ALAGOINHAS, destacando-se dentre outras pessoas dignas, a figura do Chefe do Executivo...<sup>413</sup>

A presença de políticos do porte de Vital Soares, governador do estado e que seria candidato à vice-presidência da República e de Góes Calmon, além de personalidades e autoridades locais, indicava o grau de articulação do Intendente e legitimava politicamente a tentativa de modernização da cidade, empreendida por ele e que atingiu seu ápice nesta ocasião. E não foi por acaso, que Saturnino da Silva Ribeiro teve o seu nome e imagem associados ao de uma pessoa empreendedora e modernizadora e que foi considerado como aquele que colocou a cidade nos trilhos do progresso<sup>414</sup>. Essa imagem começou a ser construída pela imprensa, pelos memorialistas e também por historiadores que se puseram a estudar sua vida pública.

---

<sup>410</sup> Jornal *Correio de Alagoinhas*, 18/08/1927. Apud. GONÇALVES, Jocélia Novaes. *Modernidade na Província: Alagoinhas 1853-1930*. Monografia de Especialização. UNEB, Alagoinhas, 2005. p. 21.

<sup>411</sup> *Ibidem*.

<sup>412</sup> Cf. SANTOS, Joanita da Cunha. Op. cit. p.21.

<sup>413</sup> Fundação Iraci Gama. Revista *A Única*. 15/10/1929.

<sup>414</sup> BARROS, Salomão A. Op. cit. pp. 192-193. E. ROCHA, Jeane Angélica Machado da. Op. cit. p. 43.

A revista *Única*, em sua edição de 15 de outubro de 1929, publicou uma matéria especial de várias páginas, na qual apresentou a cobertura completa sobre a festa da inauguração em Alagoinhas:

Foram importantes as festas que se realizaram em Alagoinhas, nos dias 22 e 23 de Setembro por ocasião da entrega do novo serviço de luz à população da cidade. / Não há na história da importante cidade baiana um acontecimento que se possa equiparar ao espetáculo deslumbrante que ali se observou. / *A cidade parecia que despertava de um pesadelo. Toda iluminada, apresentando um aspecto verdadeiramente festivo, vivia agora uma nova vida.* (Grifo meu)

A matéria fez questão de evidenciar o caráter de ineditismo e importância do evento, reforçando o testemunho do memorialista. As palavras empregadas no texto criavam uma imagem de novidade e, principalmente, de ruptura com o passado. Era como se a cidade estivesse saindo de uma época de “pesadelo” e de escuridão e estivesse entrando em uma nova era, esta sob o domínio da luz, onde sua população “vivia agora uma nova vida”. Estes testemunhos dividiram a história da cidade em dois momentos definidos, antes e depois da implantação do serviço de luz, sendo que esta última “fase” era super valorizada.

Após descrever o protocolo e o jantar oferecido na casa do chefe político local, o senador Dantas Bião, em que estavam envolvidas as autoridades, a revista continuou descrevendo os momentos da festa considerados mais significativos e, para nossa análise, carregados de simbolismo:

Daí [a casa o senador Dantas Bião] partiu a comitiva para a usina geradora de eletricidade, tendo o Sr. Dr. Victal Soares ligado a navalha da luz, por entre uma salva de palmas dos presentes. / Foi um espetáculo delicioso que então se observou no olhar de todos. A cidade, outrora iluminada pelos lampiões a querosene apresentava-se de um momento para outro coroada de focos brilhantes, dando às suas praças e ruas uma vida ainda não obtida em outras administrações.<sup>415</sup>

Este trecho reveste-se de uma carga simbólica muito importante. Quem o redigiu conseguiu evocar uma imagem forte e representativa do momento em questão. Fez seus leitores imaginarem a cidade às escuras ou apenas iluminada por poucos lampiões a

---

<sup>415</sup> Fundação Iraci Gama. Revista *A Única*. 15/10/1929.

querosene, que eram insuficientes para gerar a luminosidade desejada e buscada pelos alagoinhenses. E então, como num passe de mágica, a um toque daquele que apresentava o maior título na hierarquia social e política entre os presentes, a cidade foi “coroada de focos brilhantes”. O tom utilizado na escrita demonstrou uma intenção de chocar, causar espanto e de chamar a atenção dos leitores para o caráter extraordinário do espetáculo que estava sendo apresentado.

Ainda pensando na imagem construída pelo texto, este sugeriu que a coroação com luz produziu uma redescoberta da cidade pelos seus habitantes. E neste caso entra também uma questão política. Foi a administração de Saturnino Ribeiro, e somente ela, que proporcionou uma visão diferenciada, mais viva, dos logradouros públicos de Alagoinhas. A cidade encoberta pela escuridão não poderia apresentar todo o seu potencial de modernidade e progresso, que foi descortinado pelo espetáculo da iluminação: “Alagoinhas deste modo avançou extraordinariamente no lento progresso em que permanecia...”<sup>416</sup>.

A matéria continuou a descrever os eventos que ocorreram na cidade durante os dois dias de festa. Após o momento solene nas dependências da Usina, foi oferecida uma recepção dançante nos salões do Elegante Clube, no qual uma assistência, que era a “mais seleta no seu meio social”, usufruiu do baile e dos primeiros benefícios da iluminação até altas horas da noite<sup>417</sup>.

No dia seguinte, 23 de setembro, ocorreu uma parada escolar, na qual participaram “perto de oitocentas crianças”, com desfiles, marchas e apresentações de ginástica sueca, por parte de alunos de escolas da cidade. Logo após o desfile foi comemorada também o dia da árvore, para se aproveitar o clima de festa que a cidade estava vivendo<sup>418</sup>.

Nas descrições seguintes da matéria, o jornalista descreve alguns eventos dignos de figurar em sessões de coluna social e que foram utilizados como fonte de dividendos políticos para aqueles que lideraram o processo de tramitações legais para a implantação da Usina. Primeiro, um jantar na casa do Intendente Saturnino Ribeiro, contou com a participação das duas filarmônicas locais e de “uma seleta e numerosa assistência de famílias e personalidades da alta roda, políticos e pessoas gradas”<sup>419</sup>. E houve também

---

<sup>416</sup> Fundação Iraci Gama. Revista *A Única*. 15/10/1929.

<sup>417</sup> Ibidem.

<sup>418</sup> Ibidem.

<sup>419</sup> Ibidem.

um almoço na casa do Senador Dantas Bião, oferecido para a imprensa, que compareceram em número considerável para cobrir os fatos em questão<sup>420</sup>.

Na edição do dia 30 de setembro de 1930, o Jornal *Correio de Alagoinhas* publicou uma nota que festejava um ano de funcionamento da Usina Elétrica Municipal. A nota trouxe um título sugestivo: “Sob o domínio da energia elétrica”<sup>421</sup> e prosseguiu a matéria, “a cidade relembra hoje a festa grandiosa com que inaugurou o seu serviço de luz elétrica./Graças à forma porque foi organizado o serviço e o material empregado ela vem satisfazendo os fins a que se destina”<sup>422</sup>. No início de seu funcionamento, aparentemente, o serviço de luz da cidade atendia às expectativas da sociedade alagoinhense, esta, na voz do jornalista, estava satisfeita com o serviço realizado pelo Prefeito na Usina.

Mas, na mesma matéria algo chama a atenção. O serviço de luz elétrica não atendia a toda cidade, uma parte ainda utilizava o querosene para a iluminação e o serviço de posteamento não foi de todo concluído. Os cinquenta contos prometidos pelo governo do Estado e noticiado em 1927 pelo mesmo jornal ainda não haviam sido liberados para que o Prefeito pudesse ampliar os serviços de distribuição da luz.

A partir deste momento, algo que foi recebido como o mais alto símbolo de progresso e modernidade na cidade transforma-se em um problema de grandes proporções que deveria ser resolvido pelo poder público durante o período em estudo, ou seja, as décadas de 1930- 40.

Esta usina já nasceu obsoleta e não eram todos os pontos da cidade servidos pela luz elétrica e os que possuíam eram mal servidos. A cidade cresceu, no entanto, o serviço não acompanhou a demanda, sendo assim, “a luz, alguns anos depois de inaugurada, tornou-se deficiente. A cidade era mal iluminada”<sup>423</sup>, isso nos locais onde ela existia. Em recenseamento<sup>424</sup> de início dos anos 50 foi estimado que de 117 logradouros existentes na cidade, apenas 54, ou seja, menos de 50% das ruas e praças possuíam serviço de luz elétrica e, de 7.080 prédios registrados, apenas 2350 eram servidos pela Usina Municipal.

---

<sup>420</sup> Fundação Iraci Gama. Revista *A Única*. 15/10/1929.

<sup>421</sup> Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Jornal *Correio de Alagoinhas*, nº 1201, 30/09/1930.

<sup>422</sup> *Ibidem*.

<sup>423</sup> SANTOS, Joanita da Cunha. Op. cit. p.69

<sup>424</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia (Biblioteca). Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. IBGE XX Volume. Rio de Janeiro, 1958. pp 21-25.

O *Correio de Alagoinhas* em edição do dia 21 de maio de 1943 trouxe uma matéria intitulada, “A cidade quer luz”<sup>425</sup>, e nela estava transcrita uma carta de um morador da cidade que criticava a situação da iluminação pública em Alagoinhas. Antes o jornalista também faz uma introdução ao texto e emitiu o seu parecer sobre o assunto:

Dos problemas urbanos de Alagoinhas (...), a luz é o primeiro e o maior, o que mais no momento se impõe solucionado, resolvido pelos administradores com energia positiva e coragem criadora. Estamos, aqui, por bem dizer, às escuras; mercê da impotência que vai pela ‘Usina Elétrica Municipal’, de iluminar suficientemente a cidade e os nossos lares.<sup>426</sup>

A festa e a esperança produzidas pela imagem da cidade se cobrindo de luz à noite, deu lugar a um sentimento de decepção e de que havia algo de errado com a prestação de um serviço considerado essencial para a vida na cidade. Aquela que surgiu como o mais alto símbolo de modernidade e progresso em Alagoinhas, foi considerado impotente para gerar energia, a sua finalidade e razão de existir.

Seguindo a matéria, o jornal transcreveu a carta do leitor que foi publicada anteriormente no jornal *O Popular*:

Meu caro jornalista: de mim para mim, ou mesmo de mim para o meu travesseiro, que é companheiro leal e camarada bom, vivo, de a muito a indagar e perquirir a razão de não haver uma providencia adequada para consertar a péssima iluminação. / Matutando, (...), cheguei a conclusão de que, mui provavelmente, existem sérias aperturas nas finanças do município, e daí não poder ser solucionado o caso da infamérrima luz. Conformei-me. Porém, depressa fui decepcionado. Segundo li, satisfeito, aliás, o município está em invejável situação financeira. [Ele pede para que se] melhore esta luz de tição que está escurecendo não só as ruas, porém, também, o nome de Alagoinhas.<sup>427</sup>

Esta correspondência indicava o diagnóstico de um morador da cidade, que corroborava com a opinião dos jornalistas a respeito da situação da luz na cidade, que foi qualificada com adjetivos nada bonificadores: péssima, infamérrima e luz de tição.

---

<sup>425</sup> Biblioteca Publica do Estado da Bahia. Jornal *Correio de Alagoinhas*, nº 1689, 21/05/1943.

<sup>426</sup> Ibidem.

<sup>427</sup> Ibidem.

Neste momento, o poder público foi chamado à responsabilidade para que alguma providência fosse tomada.

O leitor foi bastante incisivo em sua crítica. Ele já estaria conformado com a falta de recursos da prefeitura, pois esta seria uma justificativa plausível para a falta de ação. Entretanto, em uma matéria lida no jornal *Estado da Bahia*, ele foi informado de que as finanças da cidade estavam em boa situação, e mais, o jornal também “destacou as excelentes condições da nossa Usina Elétrica”<sup>428</sup>. Isto gerou uma interrogação: “como e por que, de momentos a momentos mais deficiente, mais falha e vergonhosa é a luz da cidade?”<sup>429</sup>. O que o cidadão não entendia, era como uma cidade que experimentava uma boa saúde financeira e um serviço de luz elogiado por um jornal da capital, apresentava ao mesmo tempo uma iluminação precária e que estava longe de ser digna de elogios por parte de seus moradores? No mais, ficou a cobrança para que aquilo que foi veiculado na imprensa, como uma virtude da cidade, se tornasse realidade para a vida diária de seus habitantes.

Nas instâncias do poder público são inúmeras as discussões e pedidos referentes ao problema da iluminação pública, desde dívidas contraídas com a instalação da usina, passando por defeitos constantes na Locomovel<sup>430</sup>, altos custos na manutenção, até problemas de escuridão em ruas do centro da cidade em fins da década de 1940, além do pedido de empréstimo ao governo estadual, visando resolver este problema.

O maquinário da Usina mostrava sinais de envelhecimento e estava se tornando obsoleto e ineficaz para atender a demanda crescente por energia na cidade. Foram vários os efeitos deste sucateamento. O mais visível e que gerava custos para o município e para a população, que tinha o fornecimento interrompido, foram os constantes defeitos que eram apresentados pelas máquinas<sup>431</sup>. O que agravava mais a situação era que a prefeitura não dispunha de funcionários qualificados para resolver os problemas enfrentados pela Usina<sup>432</sup>.

Para consertar os constantes defeitos eram solicitados os serviços de funcionários do Curtume São Paulo, das Oficinas São Francisco, pertencente à Leste e

---

<sup>428</sup> Biblioteca Publica do Estado da Bahia. Jornal *Correio de Alagoinhas*, nº 1689, 21/05/1943.

<sup>429</sup> Ibidem.

<sup>430</sup> Locomóvel: maquina que funcionava à lenha e gerava a energia elétrica da usina.

<sup>431</sup> Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. Livro de Ofícios da Secretaria da Prefeitura Municipal de Alagoinhas (1948-1950) e Livro de Cartas e Memorandos da Secretaria da Prefeitura Municipal de Alagoinhas (1946-1952).

<sup>432</sup> Ibidem.

de prestadores de serviços autônomos<sup>433</sup>. Havia um funcionário do curtume que era chamado com frequência para que este consertasse as correias da Locomóvel, máquinas, aparelhos<sup>434</sup> e peças da Usina eram enviados às Oficinas da Leste para corrigirem os defeitos, que não eram poucos<sup>435</sup>. Entre os anos de 1948 e 1949 foram expedidos dezoito ofícios, somente para esta instituição<sup>436</sup>.

Os constantes reparos aumentavam significativamente os custos da produção de energia. Segundo relatório enviado à Câmara Municipal, o prefeito indicou quais os valores gastos pela usina para a sua operação diariamente:

atualmente estamos adquirindo lenha combustível a \$ 22,00 o metro cúbico e consumimos um tambor de óleo combustível por noite, sendo a despesa diária de lenha e óleo combustível de quantia superior a \$ 450,00.<sup>437</sup>

Estes problemas se refletiam no serviço prestado pela usina. Eram constantes as reclamações de falha na rede e de escuridão em diversas ruas, nos diferentes pontos da cidade<sup>438</sup>.

Joanita afirmou que era hábito na cidade, as famílias se reunirem à noite para tomar “fresco”, conversar e contar casos acontecidos na terra<sup>439</sup>. Mas, parece que ela não estava ciente da situação enfrentada pelas famílias que moravam nas ruas 1º de Janeiro, 14 de Janeiro, 2 de Julho e Pça Santa Izabel, localizadas na periferia da cidade, que através de um abaixo-assinado e, por intermédio do vereador Almiro de Carvalho Conceição, requeria:

Ao poder executivo que [mandasse] prosseguir a iluminação publica nas ruas acima mencionadas, afim de que seus moradores não [continuassem] privados de

---

<sup>433</sup> Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. Livro de Ofícios da Secretaria da Prefeitura Municipal de Alagoinhas (1948-1950) e Livro de Cartas e Memorandos da Secretaria da Prefeitura Municipal de Alagoinhas (1946-1952).

<sup>434</sup> Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. Livro de Cartas e Memorandos da Secretaria da Prefeitura Municipal de Alagoinhas (1946-1952).

<sup>435</sup> Ibidem.

<sup>436</sup> Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. Livro de Ofícios da Secretaria da Prefeitura Municipal de Alagoinhas (1948-1950).

<sup>437</sup> Ibidem. Ofício nº 111 enviado à Câmara Municipal, no dia 08/07/1949.

<sup>438</sup> Ata da sessão da Câmara Municipal do dia 11/06/1948.

<sup>439</sup> SANTOS. Op. cit. p.64

chegarem às janelas de suas casas, à noite, nem tão pouco de ir ao centro da cidade pela escuridão reinante.<sup>440</sup>

As benesses da novidade e do progresso que foram prometidas nos momentos de festa, solenidade e baile dançante, quando da inauguração da usina, não foram usufruídas pelo conjunto da população alagoinhense. Maria Feijó, que tinha uma relação de afetividade com ruas localizadas distantes do centro e do perímetro urbano, relatou a condição de escuridão, pela qual passavam estas localidades. Ao lembrar os momentos vividos na Rua do Catú, Jacaré e Tupy Caldas e Rua do Inhambupe, ela destacou a realidade de abandono do poder público para com aqueles logradouros e, um dos motivos, era a deficiência ou a falta completa do serviço de luz e forças naqueles locais<sup>441</sup>.

No final da década de 1940, não eram apenas as ruas da periferia que estavam ficando às escuras. As ruas Marechal Deodoro<sup>442</sup> e 24 de Outubro<sup>443</sup>, nas proximidades da Praça Ruy Barbosa, enfrentaram a falta de iluminação no ano de 1949 e os próprios vereadores, entraram com requerimento solicitando a ampliação do tempo em que a luz ficava ligada, para que passasse a ser desligada às seis horas da manhã<sup>444</sup>.

Outro exemplo de deficiência no serviço era o fato de que a prefeitura dependia do empréstimo de geradores de empresas privadas, como o Curtume São Paulo, e da Leste para realização de festas populares nas ruas da cidade, como carnaval, dia das crianças, natal, ano novo e dia de reis<sup>445</sup>. Visto que a usina não conseguia atender a demanda em circunstâncias normais, nestas datas, nas quais havia uma exigência maior de lâmpadas e outros materiais elétricos ligados, não restava outra saída, senão pedir auxílio a empresas da cidade.

Os poderes públicos foram cada vez mais pressionados para dar uma resposta à população e à imprensa, quanto ao problema da luz. A Câmara Municipal promoveu uma série de cobranças ao prefeito para que ele desse uma solução à questão. Entre 1948 e 1949, foram votados e encaminhados ao poder executivo, por volta de dez

---

<sup>440</sup> Livro de Requerimentos da Câmara Municipal de Alagoinhas. (1948-1950). Requerimento nº 18, do dia 07 de maio de 1948, de autoria do Ver. Almiro de Carvalho Conceição.

<sup>441</sup> FEIJÓ, Maria. Op. cit.

<sup>442</sup> Livro de Requerimentos da Câmara Municipal de Alagoinhas. (1948-1950). Requerimento nº 48 do dia 23 de dezembro de 1949, de autoria do Ver. Felisbertino Sá de Oliveira.

<sup>443</sup> Ibidem. Requerimento nº 38 do dia 21 de outubro de 1949, de autoria do conjunto de vereadores.

<sup>444</sup> Ibidem. Requerimento nº 45 do dia 02 de dezembro de 1949, de autoria do conjunto de vereadores

<sup>445</sup> Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. Livro de Cartas e Memorandos da Secretaria da Prefeitura Municipal de Alagoinhas (1946-1952).

requerimentos, que tinham como conteúdo principal cobranças e pedidos de explicação, quanto às falhas no serviço de iluminação pública<sup>446</sup>.

Em requerimento<sup>447</sup> do dia dezenove de março de 1948, o vereador Francisco Batista pediu informações ao prefeito João Dourado de Cerqueira Bião a respeito das providências e prazos tomados para solucionar os problemas de luz e força a ser fornecida na cidade. Solicitou, ainda, explicações sobre os acordos realizados entre o executivo municipal e o governo de estado e sobre as despesas mensais com a Locomovel.

No dia dezessete de junho de 1949, o vereador Almiro Conceição informou a Câmara sobre uma comissão que se reuniu para solucionar os problemas da luz<sup>448</sup>. A comissão, composta por cinco vereadores, encontrou-se com o governador para a captação de recursos e este liberou o auxílio no valor de Cr\$ 200.000,00 e um empréstimo de Cr\$ 500.000, resultando em um montante de Cr\$ 700.000,00. Com o crédito liberado, o vereador solicitou a abertura de concorrência pública para a realização dos serviços de recuperação necessários para a melhoria da Usina Municipal e na rede elétrica<sup>449</sup>.

Por sua vez, o poder executivo buscava responder às provocações dos vereadores, justificar a demora na execução dos serviços de melhoria e demonstrar que estava empenhado em resolver os problemas:

Tem sido preocupações constante da nossa parte, desde o início da nossa administração, o problema da reforma geral do serviço de luz elétrica da cidade. (...), chegamos à conclusão de nada poderíamos fazer a não ser com um empréstimo. (...), desse modo, (...), resolvemos encaminhar a essa ilustre Câmara, o Projeto de Lei, que a este acompanha, solicitar a autorização para contrair o empréstimo de Cr\$ 750.000,00, que se destina aos fins acima especificados. [serviço de luz, reforma do mercado e do cemitério]<sup>450</sup>.

Este ofício foi enviado à Câmara Municipal no dia cinco de novembro de 1948. Ele apareceu como uma resposta do prefeito às duras críticas formuladas pelos

---

<sup>446</sup> Livro de Requerimentos da Câmara Municipal de Alagoínhas. (1948-1950)

<sup>447</sup> Ibidem. Requerimento nº 03 do dia 19 de março de 1948, de autoria do Ver. Francisco Batista.

<sup>448</sup> Ibidem. Requerimento nº 03 do dia 17 de junho de 1949, de autoria do Ver. Almiro Conceição.

<sup>449</sup> Ibidem.

<sup>450</sup> Arquivo Público Municipal de Alagoínhas. Livro de Ofícios da Secretaria da Prefeitura Municipal de Alagoínhas. Ofício ° 174, enviado à Câmara Municipal, no dia 05/11/1948.

vereadores que, nos discursos, mostravam-se preocupados com a situação. João Dourado de Cerqueira Bião, foi buscar apoio também junto ao governador do Estado, Otávio Mangabeira:

Vem sendo preocupação constante da atual administração, visto se tratar de um problema que merece todo nosso cuidado e de relevante importância, a melhoria do serviço de luz elétrica desta cidade. / A situação pouco lisonjeira de há muito do referido serviço, a despeito dos esforços empregados das administrações passadas e pela atual, não foi possível uma solução, visto não permitirem as nossas rendas, oneradas por encargos e serviços diversos<sup>451</sup>.

Com o conteúdo similar ao ofício enviado aos vereadores, este destinado ao governador, para conseguir auxílio financeiro para obras em Alagoinhas, novamente fez um diagnóstico da situação do serviço de luz. Ele indicou as dificuldades do poder público municipal para sanar o processo de deterioração do maquinário da usina e, conseqüentemente, do serviço prestado aos habitantes da cidade.

A partir destas primeiras negociações e dos tramites legais envolvendo a Câmara, a Prefeitura, o Governo do Estado e o Banco Econômico da Bahia, instituição depositária da verba destinada ao serviço de reforma, começaram os serviços de reforma das instalações da usina e da compra de novos maquinários para o serviço de luz.

No ofício enviado à Câmara, em 31 de maio de 1949, o prefeito fez uma prestação de contas dos recursos recebidos do governo: “Cr\$ 400.000,00 pago por conta do Motor GM e Cr\$ 25.000,00 para fazer face às despesas de material e mão-de-obra com a remodelação do prédio da Usina Elétrica”<sup>452</sup>. Indicou também a compra de um motor HP, cujo valor foi em parte pago com o auxílio de Cr\$ 200.000,00 liberado pelo governo.

Com estas novas aquisições e com a reforma da Usina o problema foi em parte sanado, pois estas medidas foram paliativas e não conseguiram por fim às falhas na rede elétrica, na prestação do serviço de luz e nos bolsões de escuridão em várias regiões da cidade, principalmente na periferia. Na sede, a situação melhorou apenas em meados a década de 1950, quando a cidade passou a ser servida com energia proveniente de

---

<sup>451</sup> Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. Livro de Ofícios da Secretaria da Prefeitura Municipal de Alagoinhas. Ofício ° 178, enviado ao Governador do Estado, Dr. Otávio Mangabeira, no dia 09/11/1948.

<sup>452</sup> Ibidem. Ofício ° 87, enviado à Câmara Municipal, no dia 31/05/1949.

usinas da Chesf. Com relação aos distritos, a energia elétrica chegou à essas localidades a partir de abril de 1975<sup>453</sup>.

### 3. Fechem a porta que lá vem o boi: Alagoinhas e os impasses da modernização

Em dia de feira livre, o centro da cidade da Alagoinhas apresentava um grande movimento de pessoas. Comerciantes, feirantes com suas barracas, vendedores ambulantes que vendiam seus produtos de porta em porta e consumidores da sede do município, da zona rural, dos distritos e de cidades circunvizinhas, formavam o quadro de personagens que compunham o teatro da vida urbana na cidade de Alagoinhas. As barracas e bancas espalhavam-se em torno da Praça J. J. Seabra e nas ruas e praças adjacentes<sup>454</sup>.

No dia 22 de abril de 1948, o médico e vereador Israel Pontes Nonato estava passando pela Praça J. J. Seabra em dia de feira assistiu a uma cena aterradora, para ele. Na principal praça da cidade uma correria, um quebra-quebra e desespero para todo lado, devido à passagem de uma boiada que se encaminhava para o Matadouro Público e que se descontrolou, gerando “pânico e atropelamento” naquele local<sup>455</sup>.

Imediatamente, no dia seguinte ao ocorrido, em uma sessão da Câmara Municipal, o vereador faz um discurso indignado no plenário, alertando seus pares para os inconvenientes e perigos do tráfego de boiadas pelas ruas do centro da cidade, indicando que este fato contrariava a idéia de civilização na cidade<sup>456</sup>.

Para tentar amenizar este problema, ele redigiu um requerimento para o prefeito, constando a seguinte solicitação:

Determine a regulamentação do tráfego de boiadas, evitando sempre que possível que seja feita pelas ruas de grande movimento e pelo centro da cidade e estabelecendo o trajeto obrigatório e medida de segurança onde se fizer necessário a sua passagem por ruas intensamente transitadas.<sup>457</sup>

---

<sup>453</sup> BARROS, Salomão. Op. cit. pp. 193-197.

<sup>454</sup> SANTOS, Joanita da Cunha. Op. cit. pp. 69-71.

<sup>455</sup> Ata da Sessão da Câmara Municipal do dia 23/04/1948.

<sup>456</sup> Ibidem.

<sup>457</sup> Requerimento nº 10 do dia 34 de abril de 1948, de autoria do Ver. Israel Pontes Nonato.

O vereador considerou um absurdo o fato de que uma cidade como Alagoinhas apresentar um evento daquela natureza. E foi necessária uma ação do poder público para que a situação fosse resolvida. O prefeito respondeu ao requerimento, prometendo solucionar o problema, regulamentando a passagem de boiadas nas áreas mais movimentadas da cidade.

As ruas do centro deveriam ser o espaço da civilidade e da sociabilidade modernas, onde os pedestres caminhariam em ordem pelos passeios da praça contemplando seus jardins, bebendo no pavilhão bar, que possuía o “acabamento em mármore branco e ao redor ornamentado de plantas bem cuidadas, (...), numa perfeita ordenação e simetria que propunha o ideal de progresso almejado pelo município no início de século XX”<sup>458</sup>. Era também o local das compras, nela os alagoinhenses e visitantes adquiriam os últimos produtos anunciados pelo rádio, que passou a ser um utensílio de primeira necessidade após a instalação da luz elétrica, e pelas revistas ilustradas de moda e variedades<sup>459</sup>.

Não contavam os vereadores de Alagoinhas com a invasão, naquele espaço pretensamente moderno, de um elemento que deveria está restrito ao ambiente de atraso da zona rural, que, naquele momento sustentava econômica e demograficamente a cidade. No entanto, a presença das boiadas, que vinham dos distritos e de outras localidades mais distantes para abastecer o mercado consumidor da cidade, passando pelo centro da cidade era algo comum.

Elas passavam pelas Praças Ruy Barbosa e J. J. Seabra e ruas transversais até chegar à Rua Luiz Viana. Chegando nesta localidade, atravessavam toda sua extensão e se destinavam para o Matadouro Municipal que se localizava no final desta. Eram constantes também os prejuízos causados pelas boiadas na sua passagem por esta rua<sup>460</sup>. Elas causavam destruição de muros e cercas particulares durante sua passagem pela rua, provocando reclamações constantes dos proprietários, que muitas vezes ameaçavam ir à polícia denunciar os condutores mais desatentos.

Pode-se observar que a presença dos bois era constante em áreas consideradas nobres da cidade. As principais ruas e praças que faziam parte do seu itinerário rumo ao

---

<sup>458</sup> ROCHA, Jeane Angélica Machado da. Op. cit. p. 43.

<sup>459</sup> SANTOS, Joanita da Cunha. Op. cit. p. 20.

<sup>460</sup> Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. Livro de Ofícios da Secretaria da Prefeitura Municipal de Alagoinhas. Ofício ° 38 no dia 10/03/1949.

matadouro, eram o local de residência e de negócios para grande parte da elite alagoinhense, que era afrontada diariamente com a presença do barulho, desordem e odores provocados pelos animais e seus condutores. Estes, considerados indignos de frequentar aqueles espaços. Joanita da Cunha destacou, em suas lembranças, a balbúrdia provocada pela passagem das boiadas na Rua 24 de Outubro, local de sua residência, no centro, e adjacente à Praça Ruy Barbosa:

Frequentemente pela nossa rua passavam enormes boiadas com destino ao Matadouro Municipal. Sempre havia uma rês que, fugindo ao cerco dos boiadeiros, ficava enlouquecida, atrapalhada e desgarrada da boiada, procurava um lugar para entrar. Os vaqueiros tentavam avisar gritando: fechem a porta que o boi é bravo.<sup>461</sup>

Por esta razão, a crítica veemente do vereador e a resposta quase que imediata do prefeito municipal que também demonstrou preocupação com o caso e se colocou à disposição para resolvê-lo o mais rápido possível.<sup>462</sup>

No esforço para transformar a cidade o poder público, a imprensa e parte da sociedade deixavam transparecer uma vontade que indicava uma falta, na ânsia de tornar Alagoinhas “civilizada”, sua elite deixava escapar em sua fala aquilo que precisava ser negado e escondido: Alagoinhas estava longe de ser uma “cidade progresso”.

Nos discursos, ofícios e requerimentos dos vereadores, nos ofícios da Prefeitura e nos jornais havia uma preocupação em dotar a cidade com aspectos de civilidade, eles estavam a todo o momento desejando que Alagoinhas não fosse “destituída dos foros de cidade civilizada”, este era um termo recorrente nos documentos oficiais. Através destas fontes pode-se assistir ao desfilar dos problemas enfrentados pela cidade. Isto pode ser possível porque, antes mesmo de se fazer a reclamação, a petição, o comunicado, os requerentes elencavam uma serie de justificativas para o pedido e muitas destas apareciam como uma espécie de diagnóstico, transformando-se em uma rica fonte de pesquisa para quem deseja se inteirar da situação vivida pelos habitantes da cidade no período. Mas ao que parece não eram poucos os problemas que a cidade enfrentava e

---

<sup>461</sup> SANTOS, Joanita da Cunha. Op. cit. p. 71.

<sup>462</sup> Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. Livro de Ofícios da Secretaria da Prefeitura Municipal de Alagoinhas. Ofício n° 67, enviado à Câmara Municipal, no dia 21/05/1948.

que esta elite precisava solucionar para que Alagoinhas ganhasse o estatuto de cidade moderna que eles almejavam e tinham em mente.

As questões identificadas pelos discursos referem-se a diversos problemas de infra-estrutura urbana e de comportamentos que eram identificados como não civilizados. Além disso, aquilo que foi concebido como o maior símbolo de modernidade e avanço tecnológico na cidade, a energia elétrica, logo começou a apresentar defeitos, dar prejuízos e se tornou um fardo para sucessivas administrações.

Estes problemas e constatações levantam questionamentos acerca do processo de modernização em países que estavam e estão fora do centro do mundo capitalista e que entraram no cenário internacional desempenhando um papel secundário e de dependência. Assim, é preciso discutir o caráter assumido pela modernidade em países subdesenvolvidos e entre eles o Brasil<sup>463</sup>. E dentro do próprio país podem-se observar desigualdades deste processo. Cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, que empreenderam reformas urbanas com intenções modernizadoras nas primeiras décadas do século XX, tornaram-se modelos para as demais cidades brasileiras que desejaram, muitas com defasagem de tempo e de qualidade, entrar na modernidade através da intervenção no espaço urbano<sup>464</sup>. Do mesmo modo, estas metrópoles nacionais copiaram e implantaram modelos estrangeiros (Paris, Nova York, Berlim), sem levar em consideração as especificidades sociais, culturais, políticas e econômicas locais<sup>465</sup>.

Berman afirmou que o modernismo surgido em países que estavam distantes dos centros de decisão do capitalismo, como a Rússia czarista do século XIX, tem um caráter de esquizofrenia que, por vezes, definem a sua forma de atuação<sup>466</sup>. Segundo ele, esse modernismo teria surgido do “atraso e do subdesenvolvimento”. E para que se desenvolvesse em um ambiente não muito favorável, como na França de Baudelaire e na Alemanha de Marx e Goethe, “o modernismo do subdesenvolvimento é forçado a se construir de fantasias e sonhos de modernidade, a se nutrir de uma intimidade e luta contra miragens e fantasmas”.<sup>467</sup>

Ele destacou o contraste entre uma imagem de modernidade posta em contato com uma realidade social, econômica e política que não a sustentava, criando uma

---

<sup>463</sup> MARTINS, José de Souza. *A Sociabilidade do Homem Simples: cotidiano e história da modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000. pp. 17-54.

<sup>464</sup> OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Feira de Santana em tempos de Modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano*. Tese de Doutorado. UFPE. Recife, 2008. ; REZENDE, Antonio Paulo. *Desencantos Modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX*. Recife: Fundarpe, 1997.

<sup>465</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit. ; SEVCENKO, Nicolau. Op. cit.

<sup>466</sup> BERMAN, Marshall. Op. cit. p. 260.

<sup>467</sup> *Ibidem*.

dualidade entre uma cidade real de miséria e opressão e uma cidade imaginária representada pelo projeto e seus delírios de vida moderna<sup>468</sup>.

A miséria da população excluída da cidade, os problemas de infra-estrutura, como a falta de esgotamento sanitário e de um serviço de prospecção, tratamento e distribuição de água para a população, o serviço deficiente de energia elétrica e as epidemias periódicas, entre outros, representam o que disse José de Souza Martins: “o estudo da modernidade nos países latino-americanos, como o Brasil, passa, (...), pelo reconhecimento de sua anomalia e inconclusividade”.<sup>469</sup>

Apesar das tentativas da prefeitura de empreender um plano de reforma das ruas da cidade e de vender uma imagem de logradouros caracteristicamente modernos, a maior parte destes não apresentava nenhum tipo de pavimentação e muitos estavam tomados pelo matagal. Foi este o diagnóstico feito pelo vereador Israel Pontes Nonato, que indicou o péssimo estado em que se encontravam as ruas da cidade, sofrendo com a falta de meios-fios, buracos, traçados e superfícies irregulares.<sup>470</sup>

Isto foi confirmado por um relatório da prefeitura, solicitando a abertura de crédito à Câmara e indicando as dificuldades de asseio da cidade em virtude do estado em que se encontravam suas ruas:

A dotação orçamentária é de Cr\$ 35.000,00, e estando a mesma esgotada peço o crédito de quantia igual. / Como deve reconhecer essa ilustre Câmara, para um cidade de ruas largas, terreno arenoso e na sua maioria sem calçamentos, cujo perímetro urbano, tem de uma extremidade outra 3 quilômetros, é quantia deficientíssima na atualidade para atender os encargos que pesam sobre a verba em apreço.<sup>471</sup>

Estas afirmações demonstraram os problemas que a prefeitura enfrentava com suas ruas. Para tentar resolver estas questões, o vereador Israel Pontes propôs a criação de um serviço de construção de meios-fios, valetas e terraplanagem nas ruas da cidade onde não fosse possível a pavimentação a paralelepípedo<sup>472</sup>.

---

<sup>468</sup> BERMAN, Marshall. Op. cit. pp. 201-319.

<sup>469</sup> MARTINS, José de Souza. Op. cit. 18.

<sup>470</sup> Ata da sessão da Câmara Municipal, do dia 12/03/1948.

<sup>471</sup> Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. Livro de Ofícios da Secretaria da Prefeitura Municipal de Alagoinhas. Ofício nº 111, enviado à Câmara Municipal, no dia 08/07/1949.

<sup>472</sup> Requerimento nº 01 do dia 12 de março de 1948, de autoria do Ver. Israel Pontes Nonato.

As ruas da periferia eram as que mais enfrentavam os problemas e também o descaso do poder público, que priorizava ações nas localidades mais centrais. Maria Feijó caracterizou algumas destas ruas através de suas crônicas.<sup>473</sup> A Rua do Catú era esburacada, bastante arenosa, distante do centro e pouco habitada. Ela corria paralela ao rio de mesmo nome e por isso constantemente enfrentava as cheias na estação chuvosa. Este fato tornava a rua poeirenta no verão, por causa do excesso de areia, e propensa ao acúmulo de lama em toda sua extensão, devido à combinação de areia com as águas das chuvas constantes e das enchentes do rio<sup>474</sup>. Maria Feijó elencou ainda outras características: “pacata, serena, distante, suburbana, simples, arenosa, lamacenta, pobre, esquecida pelo resto da população da cidade... Escura e triste, e sem conforto, (...), mal falada para muita gente”<sup>475</sup>.

Outras ruas apresentadas foram as do Jacaré e a Tupy Caldas. Eram paralelas, mas com traçados irregulares, sinuosas e curvas, desprovidas de pavimentação, cheias de buraco e areia, o que demonstrava a falta de cuidado dos prefeitos para com elas, independentemente da gestão<sup>476</sup>. Eram também cobertas pelo mato e pela escuridão. De acordo com o vereador Almiro Conceição: “a Rua do Jacaré está tornando-se intransitável à noite por motivo de matagal existente e da falta de iluminação pública”.<sup>477</sup> Maria Feijó e o vereador acusaram a falta de ação das administrações para resolver os problemas mais urgentes da população da periferia, sendo que o problema das ruas era apenas um, entre muitos outros. E segue as palavras da cronista, quanto a situação destas:

As duas quase se confundiam na insignificância que as revestia, sendo a Tupy-Caldas muito pior, não somente pelo desconhecimento por parte dos habitantes do ‘outro lado da Cidade’, como, e muito mais, pela falta total de conforto, no mínimo que fosse, vinda do Poder Executivo local, para os moradores humílimos que nela habitavam em todo o meu tempo de residência ali.<sup>478</sup>

Ela trouxe o sentimento de alguém que viveu grande parte de sua vida na periferia de Alagoinhas e, mesmo não sendo “humílima” como os moradores pobres

---

<sup>473</sup> FEIJÓ, Maria. Op. cit.

<sup>474</sup> Ibidem. pp. 17-21.

<sup>475</sup> Ibidem. pp. 20.

<sup>476</sup> Ibidem. pp. 43-48.

<sup>477</sup> Requerimento nº 40 do dia 20 de agosto de 1948, de autoria do Ver. Almiro Conceição.

<sup>478</sup> FEIJÓ, Maria. Op. cit. p. 45.

daquela localidade, sentiu a indiferença da população que vivia no centro da cidade e, principalmente, teve de enfrentar uma política que desvalorizava aquela parcela da cidade. Pois, distante do centro, não estavam sendo vistas pelos visitantes, não eram local de moradia da elite política e econômica e, portanto, não mereciam o mesmo olhar de preocupação que recebiam suas congêneres da área central, como Luis Viana e a Praça da Bandeira, que foram alvo de reformas pela prefeitura<sup>479</sup>.

As ruas representavam apenas uma pequena parcela dos problemas de infraestrutura urbana em Alagoinhas. A época das chuvas significava um transtorno para a população da cidade, pois além da dificuldade de locomoção para veículos e pedestres, devido ao solo arenoso e à falta de pavimentação, as enchentes provocavam uma série de doenças infecto-contagiosas, tornando a cidade alvo de epidemias.<sup>480</sup>

Uma das regiões mais propensas à ocorrência de enchentes era a da Rua do Catú, devido à proximidade do rio de mesmo nome e que, vez por outra, transbordava próximo à barragem. Os efeitos eram os seguintes:

Interrompimento do transito, (...), além da ameaça maior pelo charco que está constituído, de tornar-se um foco de veiculadores de paludismo, *podendo infestar além dos moradores nas adjacências, os próprios residentes no centro da cidade, dada sua pequena distancia*. Requeiro que ouvido o plenário seja feita pela mesa, uma indicação ao Sr. Prefeito, no sentido de tomar as mais imediatas providencias para fazer sanar os inconvenientes apontados e evitar assim males maiores. (grifo meu).<sup>481</sup>

Anualmente, os habitantes da cidade, especialmente aqueles que residiam próximo às áreas atingidas pelas cheias, tinham de enfrentar os riscos e os perigos da proliferação de mosquitos transmissores do paludismo e, conseqüentemente, de serem contaminados pela doença.<sup>482</sup> O vereador, autor do requerimento, fez uma ressalva e destacou para seus pares e o prefeito, que residiam em sua maioria no centro da cidade, que os perigos do paludismo não estavam restritos à área periférica e tinham a possibilidade de atingir os habitantes das áreas centrais. Quem sabe desta maneira, ele conseguiria sensibilizar o prefeito para tomar alguma providencia e resolver a questão.

<sup>479</sup> FEIJÓ, Maria. Op. cit. pp. 58-61.

<sup>480</sup> Livro de Requerimentos da Câmara Municipal de Alagoinhas. (1948-1950).

<sup>481</sup> Requerimento nº 08 do dia 09 de abril de 1948, de autoria do Ver. Israel Pontes Nonato.

<sup>482</sup> Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. Livro de Ofícios da Secretaria da Prefeitura Municipal de Alagoinhas. Ofício nº 57, enviado ao Secretário de Educação e Saúde do Estado, no dia 11/04/1949.

Não era somente esta região que era acometida com as enchentes e alagamentos periódicos. Na Rua Dois de Julho e nas proximidades da Rua Castro Alves eram comuns os transtornos enfrentados pela população, principalmente, após a construção de um esgoto pela “Leste Brasileiro” nas imediações. O esgoto não suportava o volume das águas em dias de chuva, gerando prejuízos para os moradores do local. Estes tinham suas casas invadidas pela água, que destruía seus pertences e trazia a possibilidade real da transmissão de várias doenças, tendo a água o seu principal veículo transmissor.<sup>483</sup> Esta situação gerou a redação de um requerimento pelo vereador Almiro de Carvalho Conceição, no dia 09 de abril de 1948, através do qual, o vereador solicitou providências ao prefeito ou à direção da Leste para a construção de um pontilhão no local.<sup>484</sup>

Aproximadamente dois anos após o primeiro requerimento, a situação ainda não havia sido resolvida a contento. Outro requerimento, expedido em 21 de abril de 1950, pelo mesmo autor do documento anterior, denunciava a situação dos bairros da cidade em épocas de chuva:

Considerando que com as últimas chuvas que vem caindo sobre a cidade, as primeiras vítimas das enxurradas são os moradores dos bairros; / Considerando que a Rua Castro Alves, nessa cidade, está completamente superlotada de areia e, assim sendo, ter trazido verdadeiros prejuízos aos seus moradores, porque as águas invadem suas residências.<sup>485</sup>

Além do problema não ter sido resolvido na primeira petição, a combinação entre o excesso de areia na rua, com as águas da chuva que caía sobre a cidade regularmente durante a estação chuvosa, que ia aproximadamente, de março a julho, continuava gerando transtornos para a população da periferia da cidade. E, parece que, a busca constante pela solução desta questão, esbarrava na indiferença de quem tinha obrigação e poderes legais para fazer sua ação ser sentida pelos moradores da cidade.

Outro local que enfrentava os alagamentos periódicos era o caminho que ligava o centro da cidade à localidade de Alagoinhas Velha. Havia aí um riacho, que em tempos de chuva transbordava e impedia o livre trânsito da população dessa região ao centro da cidade. Diante desse fato, o vereador Felisbertino Sá de Oliveira, solicitou ao

---

<sup>483</sup> Ata da sessão da Câmara, do dia 09/04/1948

<sup>484</sup> Requerimento nº 12 do dia 09 de abril de 1948, de autoria do Ver. Almiro Conceição.

<sup>485</sup> Requerimento nº 03 do dia 21 de abril de 1950, de autoria do Ver. Almiro Conceição.

prefeito do município a construção de um bueiro que facilitaria o acesso da população e reduziria o prejuízo das enchentes, mesmo em tempo chuvosos.<sup>486</sup> Para isso, o vereador indicou que havia dotação orçamentária e que a ação poderia ser vista como uma demonstração de atenção do poder público para com aquela população.<sup>487</sup>

Havia também a preocupação com a situação da higiene na cidade. Alagoinhas, nesse momento, se ressentia da falta de esgotamento sanitário. Não havia um planejamento governamental para o tratamento das “águas servidas” produzidas pela população e cabia a cada morador, individualmente, encontrar um meio para destinar o esgoto doméstico.<sup>488</sup>

Desde 1936, havia um Projeto de Lei que estabelecia a obrigatoriedade da construção de fossas nas casas que destinavam seus esgotos nas ruas da cidade.<sup>489</sup> O alvará para a construção de novos prédios dependia da autorização do serviço de higiene municipal e as antigas residências deveriam se adequar às novas regulamentações.<sup>490</sup>

No entanto, nem todos cumpriam as exigências da lei e, em 1948, ainda havia queixa contra aqueles que despejavam suas águas servidas nas ruas. E com agravante, eram vias públicas de grande movimentação, localizadas no centro da cidade. Em requerimento, o vereador Almiro Conceição, denunciou uma situação que considerou inadmissível para uma cidade que se queria civilizada:

A falta de asseio em uma cidade é o ponto básico para que ela não seja classificada no rol das civilizadas, (...), tal irregularidade [jogar esgotos em vias públicas] independente de ferir o progresso da cidade, coopera para o prosseguimento das moléstias.<sup>491</sup>

A justificativa utilizada para a resolução do problema apelou para a idéia da civilização na cidade. Na avaliação do vereador, Alagoinhas não poderia ser considerada civilizada e progressista, pois tinha uma mácula que precisava ser retirada. A “falta de asseio” era uma característica que atrapalhava a busca pela civilidade. A

---

<sup>486</sup> Requerimento nº 38 do dia 18 de junho de 1948 e nº 08 do dia 10 de maio de 1949, ambos de autoria do Ver. Felisbertino Sá de Oliveira.

<sup>487</sup> Ibidem.

<sup>488</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia. Dossiê sobre o município de Alagoinhas – 1931. Sec. De Interior e Justiça. Cx. 3502 maço 393 ; Arquivo Público do Estado da Bahia (Biblioteca). Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. IBGE XX Volume. Rio de Janeiro, 1958. pp 21-25.

<sup>489</sup> Ata da sessão da Câmara do dia 15/06/1936.

<sup>490</sup> Requerimento nº 27 do dia 28 de abril de 1948, de autoria do Ver. Almiro Conceição.

<sup>491</sup> Requerimento nº 58 do dia 22 de outubro de 1948, de autoria do Ver. Almiro Conceição.

imagem de uma cidade que apresentava, em sua área central, esgotos correndo a céu aberto, agravada pela capacidade de proliferação de doenças, era algo que precisava ser modificado, haja vista, o pedido de medidas enérgicas contra aqueles que praticavam estas irregularidades. Era preciso educar pela punição, para que os habitantes citadinos aprendessem conviver em uma cidade civilizada.

O transporte e o abate irregular de carnes era outro tema preocupante, quanto à higiene da cidade.<sup>492</sup> Eram comuns os abates em locais não autorizados, como o quintal de casas no perímetro urbano e o abate de gado doente, pondo em risco a vida dos consumidores deste alimento.<sup>493</sup> De acordo com uma Lei criada em 1942, apenas estariam aptos a abater gado, aqueles indivíduos que se adequassem às normas técnicas e de higiene, incluído aí técnicas de abate, manuseio, local e transporte para a venda da carne.<sup>494</sup>

As carroças eram os veículos utilizados para o transporte da carne e não eram consideradas adequadas para acondicionar e sua superfície um alimento importante dos habitantes.<sup>495</sup>

Mas, não eram apenas as carnes clandestinas, abatidas fora das regras da prefeitura, que utilizavam o serviço das carroças. Carnes que eram abatidas, de acordo com as regras, no abatedouro municipal, também se utilizavam das carroças, consideradas anti-higiênicas e um perigo à saúde da população, devido ao contato permanente com a poeira e os agentes de contaminação.<sup>496</sup>

Havia a tentativa de proibir o transporte em condições que atentavam contra a higiene e que normas mais rígidas o controlassem. Os vereadores fizeram pressão para que os proprietários de carroça se adequassem às regras para poderem continuar exercendo sua atividade. Eles deveriam “reconstruir os seus veículos, tornando-as em condições higiênicas seguras para o transporte de carne, a que se destinam”<sup>497</sup>.

A discussão sobre a higiene assumiu um caráter excludente sobre classes populares. Pois, os hábitos dessas pessoas eram vistos, ou considerados anti – higiênicos e tornaram-se alvos constantes dos instrumentos legais, que tratavam de limitar

---

<sup>492</sup> Livro de Requerimentos da Câmara Municipal de Alagoinhas. (1948-1950).

<sup>493</sup> Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. Livro de Cartas e Memorandos da Secretaria da Prefeitura Municipal de Alagoinhas. (1946-1952)

<sup>494</sup> Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Jornal *Correio de Alagoinhas*. 26/09/1942.

<sup>495</sup> Livro de Registro de Requerimentos da Câmara Municipal de Alagoinhas. (1948-1950)

<sup>496</sup> *Ibidem*.

<sup>497</sup> Requerimento nº 50 do dia 30 de julho de 1948, de autoria do Ver. Israel Pontes Nonato.

determinadas práticas da população, criminalizando-as e tornando-as ilegais.<sup>498</sup> Sob o argumento de que poderiam ser anti – higiênicos uma série de modos e vida e de consumo, foram postos fora da lei por um conjunto de leis excludentes das classes populares.<sup>499</sup>

O discurso higienista era aplicado durante o processo de remodelação urbana, utilizando uma linguagem pretensamente científica que por si, considerava-se legitimada para indicar tomada de posições e definição de ações. No sentido de regulamentar diversos setores da vida urbana, como local, modelo e condições de moradia e hábitos de venda e consumo de diversas mercadorias, sem nenhum impedimento ou controle externo. Pois, a ação seria em nome do progresso, da ciência e da civilização, palavras “mágicas” que dispensavam maiores explicações. Tornando-se mais fácil o controle sobre a população.<sup>500</sup>

Alagoinhas era marcada pelas constantes epidemias que se abatiam sobre a cidade.<sup>501</sup> Uma das mais graves e duráveis era a de malária que era facilitada pelas características pluviométricas e hidrográficas da região.<sup>502</sup> Um regime de chuvas anuais regular, aliado a um terreno predominantemente arenoso e um numero razoável de rios, riachos e lagoas, que facilmente transbordavam, agravado falta de infra-estrutura da cidade, gerou condições propicias para a proliferação dos vetores da moléstia.<sup>503</sup>

Respondendo a uma circular da Secretaria de Educação e Saúde do Estado, que visava implementar uma política pública de combate à malária na Bahia. Em 1948, o prefeito fez uma avaliação não muito positiva da situação da cidade quanto a ocorrência da doença, explicitando os motivos:

A) Quase todos os distritos do Município, principalmente as zonas próximas aos rios Quiricó e Quiricozinho e Piabas, no distrito de Araçás e parte do distrito de Riacho da Guia, e rio Catú nos distritos da sede e de Boa União, nas zonas compreendidas entre o arraial de Sauípe ao lugar denominado Jacaré e do lugar denominado Riacho do Mel, até os limites com o Município de Catú, zona esta que o mal é quase endêmico; / B) O maior numero de casos, registra-se no fim das

---

<sup>498</sup> CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Cia das Letras, 1996. pp. 20-29.

<sup>499</sup> Ibidem. pp. 20-35.

<sup>500</sup> Ibidem. p. 35.

<sup>501</sup> Livro de Requerimentos da Câmara Municipal ; Livro de Ofícios da Secretaria da Prefeitura Municipal de Alagoinhas.

<sup>502</sup> Ibidem.

<sup>503</sup> BARROS, Salomão A. Op. cit. BARREIRO, Américo. Op. cit.

estações invernosas; / C) A principal medida, como combate eficiente e aconselhável, é o saneamento dos rios, principalmente do Rio Catú que atravessa esta cidade de uma extremidade a outra; / D) Em todos os distritos, nas zonas rurais, com pouquíssimas exceções, as habitações são de construção de taipa, piso batido e cobertura de telhas; (...).<sup>504</sup>

Este relatório desenhou um mapa completo, com explicações, sobre o estado de proliferação da malária na cidade. Por meio dele, o prefeito indicou, onde, quando e porque a cidade era um local propício à ocorrência da doença. As regiões ribeirinhas eram as mais vulneráveis, pois com a ocorrência de chuvas e o alagamento do seu entorno, formavam-se charcos e poças d'água, que eram viveiros perfeitos para os mosquitos transmissores da doença.

As populações da zona rural e dos distritos eram as que mais sofriam com a doença, pois ali se localizavam a maior parte dos rios e eram as menos assistidas por obras de saneamento, pavimentação e limpeza. Embora o centro da sede também não estivesse livre dos fatores de contágio, tendo no Rio Catú o seu maior e mais perigoso veículo.

O prefeito chamou a atenção para o fato de que a malária já não tinha mais um caráter epidêmico e sim uma condição de endemia, ou seja, a população era obrigada a viver sob o risco constante de contrair a doença, agravado no final do inverno, pois este fator registrava o aumento do número de casos da moléstia.

A doença também trazia um caráter sócio-econômico. As condições de vida e habitação da população, principalmente na zona rural, era também um fator de risco e aumentava as possibilidades das pessoas serem contaminadas.

Restava à prefeitura, prosseguir com o processo de saneamento das regiões endêmicas, solicitando o apoio do governo do Estado e do governo federal, inclusive para obtenção de verbas para a compra de remédios, que eram utilizados no tratamento dos pacientes, muitos deles oriundos da zona rural e das regiões mais pobres da sede do município.

Preocupado com a situação do surto de malária da cidade, no mesmo ano, considerada um perigo para a população, o vereador Israel Pontes Nonato, propôs um requerimento, solicitando o apoio e a intervenção do Serviço Nacional de Malária, que

---

<sup>504</sup> Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. Livro de Ofícios da Secretaria da Prefeitura Municipal de Alagoinhas. Ofício nº 57, enviado ao Secretário de Educação e Saúde do Estado, no dia 11/04/1949.

com modernos recursos para a prevenção e tratamento do “grande mal”, poderia auxiliar o executivo municipal no saneamento e na dedetização da cidade, que poupariam “a população do grande flagelo”<sup>505</sup>. O Serviço Nacional de Malaria também auxiliava a prefeitura, enviando constantemente para a cidade medicamentos necessários ao tratamento das pessoas acometidas pela doença.<sup>506</sup>

Esta cidade cheia de problemas e preocupações com a infra-estrutura urbana, falta de saneamento e higiene e epidemias rotineiras, pouco lembra a Alagoinhas dos jornais louvando a modernidade de suas ruas largas, amplas retas e arborizadas, suas praças esbanjando simetria e harmonia e delirantes com a imagem de uma cidade que submergiu das trevas para a luz, através da inauguração da energia elétrica.

Tão pouco se parece com a época da idade de ouro da laranja, na qual a cidade fazia brotar uma laranjeira em cada esquina, como o quadro pintado por Joanita da Cunha, em seu *Traços de Ontem*. Não é também a cidade dos bailes felizes da elite despreocupada, que vivia de festa em festa, desfilando sua elegância pelos salões e aparecendo nas colunas sociais dos jornais de amenidades. Onde reinava a tranqüilidade, a ausência de conflitos, a amizade, o apego à família, enfim a cidade da tradição e dos bilhetinhos de compra na farmácia e da padaria.

Mas essa Alagoinhas problemática também não representava a realidade dos habitantes da cidade. Aliás, nenhuma das explicações traduz a verdadeira cidade. Cada visão apresenta uma das muitas facetas que não encerram em si a explicação do que foi o processo histórico vivido pela cidade de Alagoinhas durante as décadas de 1930 e 1940.

---

<sup>505</sup> Requerimento nº 54 do dia 03 de julho de 1948, de autoria do Ver. Israel Pontes Nonato.

<sup>506</sup> Arquivo Público Municipal de Alagoinhas. Livro de Ofícios da Secretaria da Prefeitura Municipal de Alagoinhas. Ofícios nº 112, 124, 134, enviado ao Serviço Nacional da Malaria.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Traços de Ontem*, livro de memórias de Joanita da Cunha, também complementado em alguns momentos por *Alecrim do Tabuleiro*, livro de crônicas de Maria Feijó, foram o ponto de partida para se pensar nas questões discutidas ao longo da dissertação. O substrato da memória representou um aspecto fundamental no desenvolvimento desta pesquisa. Para começar, o recorte temporal foi definido pelas lembranças de Joanita da Cunha, no seu tempo de infância, adolescência e juventude. O seu livro de memórias relatou fatos de sua vida ocorridos entre os anos de 1931 a 1948, quase correspondente às décadas de 1930 e 1940, salvo a diferença mínima de três anos.

A leitura do livro suscitou o interesse pela pesquisa e direcionou o olhar que percorreu os arquivos à procura de fontes. Joanita da Cunha vivenciou fatos importantes na história de cidade e mantinha laços de amizades e pertencimento ao mesmo grupo social de pessoas que tiveram participação destacada nesses eventos.

A importância da memória dentro da dissertação se demonstra com a escrita de um capítulo que se dedicou a este tema exclusivamente. Neste sentido foram analisadas as características e as operações da memória, bem como uma discussão teórica sobre a temática e sua relação tensa e incerta com o nível individual e social. Ou seja, foi destacado a importância do grupo social para definir a maioria das lembranças. Para isso Joanita da Cunha foi inserida em seu grupo social e a partir daí se mostrou de que maneira o seu grupo de convivência com seus espaços e rituais de identificação marcaram de forma indelével seu processo de rememoração.

Aliado a isto, e como um desdobramento, foi analisada a sua visão de cidade, como ela concebeu o espaço urbano em que viveu, através das lembranças, quarenta anos após ter vivenciado esse espaço. E confrontando com a imagem construída por Maria Feijó, se pode perceber como cada indivíduo e seus respectivos grupos viveram e enxergaram a cidade de maneiras diferenciadas. Foi percebido também que a construção de cidade presente em *Traços de Ontem* contribui para a cristalização e esquematização de um modelo para o conhecimento e difusão da história de Alagoinhas. Partindo do modelo criado por Américo Barreira e referendado por Salomão Barros Joanita da Cunha apresentou uma série de características como a comunhão, a amizade, a religiosidade, a fartura dos laranjais dourados, entre outras, para criar a imagem de uma

cidade da tradição, que se destacava positivamente e se diferenciava substancialmente do tempo vivenciado no momento da escrita do texto.

A memória constituiu-se em fonte para a produção dos demais capítulos e sua expressão esteve presente em todo o texto. Na análise da política, Joanita da Cunha e Maria Feijó deram uma contribuição importante, pois ambas trouxeram em seus textos lembranças de situações envolvendo questões políticas da cidade. O pai de Joanita da Cunha foi prefeito durante a década de 1940 e Maria Feijó relatou fatos ocorridos em uma eleição na cidade. Na economia, as memórias destacaram principalmente o período de apogeu da produção de laranjas. Seus relatos demonstraram a face humana dos produtores e foram o complemento necessário aos números frios da produção e das receitas gerados pelos dados estatísticos. No local onde apenas havia estatística Joanita da Cunha e Maria Feijó apresentaram um nome, primeiro de seus pais, e características humanas com seus defeitos e qualidades.

Suas impressões do aspecto físico da cidade foram base para que surgisse o interesse e fosse dada importância devida ao processo de tentativa de modernização de Alagoinhas. As descrições das ruas e equipamentos urbanos, como praças e parques e de serviços como o fornecimento de energia elétrica foram importantes para confrontar com outras fontes e poder gerar uma análise do processo da maneira mais completa e plural possível. Até o silêncio de Joanita da Cunha quanto a alguns eventos e características da cidade foi utilizado para se perceber as diferentes imagens de cidade que eram construídas.

Enfim, embora a dissertação tenha sido dividida em capítulos que abordaram eixos temáticos distintos, foi visto que estes temas se tocaram em todos os momentos, pois eles possuíam uma relação complexa de proximidade e distância. Os eventos traziam no seu bojo questões que deveriam ser respondidas através do enfoque político, da modernidade e da memória ao mesmo tempo, exemplo disso foi o peculiar caso de um boi que se soltou em plena feira-livre. Ele esteve presente na memória de Joanita da Cunha, foi intensamente debatido na Câmara Municipal e indicava a necessidade de uma modernização nas rotinas e nos costumes da cidade.

A memória foi o ponto de partida da pesquisa e esteve presente nos diversos momentos do texto. Em grande medida definiu os temas abordados, mas não se constituiu em uma prisão conceitual e temática, pois ao mesmo tempo em que foi requisitada para dar o seu parecer sobre determinado fato acabou sendo posta em

contato com visões divergentes e até contrária, que enriqueceram o leque de imagens trazidas para dar sentido ao conjunto do trabalho.

O período escolhido para o estudo, as décadas de 1930 e 1940, apresentou uma série de profundas transformações em larga escala em diversos setores da vida no Brasil como um todo. Na política, um fato comumente denominado pela historiografia brasileira de “Revolução de 1930”, de alguma maneira iniciou um processo de alteração substancial do caráter do Estado Brasileiro. Independente das discussões historiográficas acerca do alcance das transformações provocadas por este evento, é inegável que a partir de 1930 vieram à tona tentativas de empreender um modelo de modernização calcado no nacionalismo. A própria idéia de nacionalismo e nação surgiu novamente no debate intelectual e teve implicações diretas em políticas de Estado, com tentativas de uniformização do ensino público, por exemplo.

A década de 1930 se iniciou sob fortes abalos tanto no sistema político, quanto no âmbito da economia, no caso de Alagoins problemas que afetaram o fumo, seu principal produto de exportação, resultaram em diminuição abrupta de suas rendas e geraram toda sorte de privações para a cidade, pouco tempo depois uma seca afetou suas plantações, agravando ainda mais a situação econômica. Diante desse fato o poder público intervém no sentido de recuperar e modernizar a lavoura do fumo e conseqüentemente aumentar as suas rendas e fomentou a produção da laranja, tornando a cidade a maior produtora do estado ainda na década de 1940.

Para tentar transformar o aspecto físico e estético da cidade a prefeitura apelou também para a regulamentação, indicando modelo de plantas e prazos para construção com o intuito de dotar a cidade de “boa estética” e criar um conjunto arquitetônico harmonioso e uniformizado para Alagoins. Para aqueles que estivessem dispostos e principalmente tivessem condições para construir e reformarem suas casas de acordo com as normas estabelecidas pela prefeitura era concedido isenção de impostos como premiação pelo “bem” que estavam fazendo à cidade. O contrário era punido com multa por descumprimento de uma determinação legal.

As regulamentações também se fizeram sentir no comércio, em vários sentidos. Na regulação de pesos e medidas, no horário de funcionamento das casas comerciais e no controle de preços. A criação e abate de animais passou pelo crivo do poder público, somente aqueles devidamente autorizados poderiam criar animais e os abater.

O que se pode inferir de tudo isso é que o período foi de transformações e adequações. O tema das regulamentações é um excelente gerador de discussões, pois

através dele se pode avaliar de que maneira se encontra a relação entre o Estado e os cidadãos e, além disso, indicar como a ação do Estado gera transformação no comportamento das pessoas. Neste caso, notou-se uma clara interferência do poder público no processo de modernização da cidade. E não apenas uma modernização no sentido estético e material do termo, mas uma modernização e um processo civilizador dos hábitos, dos costumes e dos comportamentos dos munícipes.

Era através do controle que a população sentia mais de perto a presença do Estado, mesmo que essa fosse de intrusão e cobrança em sua vida particular. A mão do Estado não era tão invisível quando um comerciante estava de frente a um fiscal da prefeitura e este estava averiguando suas balanças e aplicando-lhe uma multa porque ele não atendia às especificações da Lei. Assim como quando alguém era notificado por ter abatido alguma cabeça de gado fora das normatizações legais. Também se um morador do perímetro urbano da cidade quisesse permanecer naquele local ele teria que adequar sua casa de acordo com as plantas fixadas como modelo na prefeitura e em tempo hábil.

Então pode-se perceber que uma Lei, se aplicada e fiscalizada, impele a população a uma tomada de atitude. Esta pode ser no sentido de se adequar ao que dita a legislação ou talvez arranjar um jeito de burlar o Estado, mas impassível não dá para ficar, por isso as regulamentações contribuem com mudanças de comportamentos dos cidadãos, mesmo que isso gere resistências e demore algum tempo.

Na cidade, alguns elementos foram identificados imediatamente como símbolos de modernidade e progresso. A energia elétrica e o alinhamento, calçamento e alargamento de ruas foram alguns destes sinais de civilização. A falta ou o mau funcionamento desses mesmos elementos causaram uma série de problemas para o poder público municipal.

As vontades de modernidade esbarraram em uma realidade, na qual, a cidade apresentava ruas esburacadas, arenosas, sem pavimentação e cheias de mato, falta de infra-estrutura urbana, saneamento básico, rede de esgoto e água tratada. Locais suscetíveis a enchentes periódicas e surtos de malária davam um clima de preocupação à população, principalmente da periferia e da zona rural dos distritos. Isso indica que para se discutir modernização em uma cidade como Alagoinhas é preciso atentar para suas peculiaridades e seu caráter de uma modernização anômala, inacabada e incompleta, preocupação que conduziu esta investigação.

## FONTES

### Manuscritas

1. Atas da Câmara Municipal de Alagoinhas. Livros nº 14, 15, 16, 17.
2. Livro de Requerimentos da Câmara Municipal de Alagoinhas.
3. Livro de Ofícios da Câmara Municipal de Alagoinhas.
4. Livro de Leis da Câmara Municipal de Alagoinhas.
5. Livro de Lançamento de Indústrias e Profissões (1935).
6. Livro de Requerimentos da Secretaria da Prefeitura Municipal de Alagoinhas. (1940-1942)
7. Livro de Requerimentos da Secretaria da Prefeitura Municipal de Alagoinhas. (1942-1945)
8. Livro de Ofícios da Secretaria da Prefeitura Municipal de Alagoinhas (1948-1950)
9. Livro de cartas e Memorandos da Secretaria da Prefeitura Municipal de Alagoinhas. (1946-1952)
10. Livro de Leis da Prefeitura Municipal de Alagoinhas.
11. Mensagem do Prefeito Mario Cravo ao Conselho Consultivo – 1932.
12. Dossiê sobre o Município de Alagoinhas produzido pela Secretaria do Interior e Justiça-1931.
13. Memorial do Prefeito Mario Cravo enviado ao Interventor Federal do Estado da Bahia, Leopoldo Afrânio Bastos do Amaral-1931.

### Impressas

14. BARREIRA, Américo. *Alagoinhas e seu Município*. Alagoinhas: Typographia do Popular, 1902.
15. BARROS, Salomão A. *Vultos e Feitos do Município de Alagoinhas*. Salvador: Artes Gráficas, 1979.
16. FEIJÓ, Maria. *Alecrim do tabuleiro: ...crônicas evocativas de Alagoinhas*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1972.
17. MAGALHÃES, Juracy M. *Minha Vida Pública na Bahia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

18. \_\_\_\_\_. *Minhas Memórias Provisórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
19. SANTOS, Joanita da Cunha. *Traços de Ontem*. Belo Horizonte: Graphilivros Editores, 1987.
20. \_\_\_\_\_. *A vida num balanço*. Belo Horizonte: produção independente, s/d.
21. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. IBGE. XX volume. Rio de Janeiro, 1958.
22. A Bahia. Revista Mensal: lítero-científica. Ilustrada e esportiva. Ano I, numero I. São Salvador-Bahia, Julho de 1941.
23. Revista *A Única*. Outubro de 1929.
24. Jornal *Correio de Alagoinhas*. Números de 1924 à 1944.
25. Jornal *O Alarma*. 1932

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Minas: Tempo e Memória*. In. *O Eixo e a Roda. Dossiê Memorialismo e Autobiografia*. Volume 6. Julho de 1988. Belo Horizonte.
- BARROS, José D'Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BARROS, Myriam Moraes Lins de. *Memória e família*. In: *Estudos Históricos*, Vol. II, nº 3, 1989.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Rua de Mão Única*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERGSON. Henri. *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BERMAM, Marshall. *Tudo que é solido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo; Cia das Letras, 2003.

- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembrança de velhos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- BURKE, Peter. *A Invenção da Biografia e o Individualismo Renascentista*. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 19, 1997.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.
- \_\_\_\_\_. & PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- DOIN, José Evaldo de M. et. All. *A Belle Epoque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852-1930) – a proposta do Cemumc*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH, vol.27, nº 53, jan. - jun. de 2007.
- DOSSÊ, François. *A História*. Bauru: EDUSC, 2003.
- \_\_\_\_\_. *O Espaço Habitado Segundo Michel de Certeau*. In: *Art Cultura*. Uberlândia – MG, nº 9, jul. – dez. de 2004.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994. V 1.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000. V 2.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- GONÇALVES, Jocélia Novaes. *Modernidade na Província: Alagoinhas 1853-1930*. Monografia de Especialização. UNEB, Alagoinhas, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Edições Loyola; São Paulo, 1992.

- HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (orgs). *A invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- HOBBSBAWM, Erich. e RANGER Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil: 1930 – 1970*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- JUNG, Carl Gustav. *Memórias, sonhos, reflexões*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- MALUF, Marina. *Ruídos da Memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.
- MARTINS, José de Souza. *A Sociabilidade do Homem Simples: cotidiano e história da modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- NEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo, Dez. 1993.
- OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Feira de Santana em tempos de Modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano*. Tese de Doutorado. UFPE. Recife, 2008.
- OLIVEIRA FILHO, Natanael de. *Festas Momescas em Alagoinhas de 1930*. In: Alagoinhas em Revista Jan./Fev./Mar-2006.p. 14.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da Cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Os Pobres na Cidade: vida e trabalho, 1880-1920*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Cidades invisíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, jan. – jun. de 2007.
- POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. In: *Estudos históricos*, nº 10, Teoria e História. Rio de Janeiro: FGV, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética e história oral*. In: *Projeto história* nº 15, Revista do Programa de estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História - PUC/SP. São Paulo: fevereiro de 1997, p. 25-39.

- REZENDE, Antonio Paulo. *Desencantos Modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX*. Recife: Fundarpe, 1997.
- ROCHA, Antonio Manoel Machado da. *O Poder Legislativo em Alagoinhas: 1920 a 1923*. Monografia de Especialização. UNEB, Alagoinhas, 2006.
- ROCHA, Jeane Angélica M. *Saturnino da Silva Ribeiro: um homem de seu tempo*. In: Alagoinhas em Revista. Ano I nº I. Set/Out/Nov. de 2005.p. 3.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e Representação: O Legislativo na Bahia na Segunda República, 1930-1937*. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia, 1992.
- SEVCENKO, Nicolau (org.). *Historia da Vida Privada no Brasil: República: da Belle époque à era do rádio*. São Paulo: Cia das Letras, 2006. V 3.
- \_\_\_\_\_. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de Tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2000.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getulio a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil: 1930 a 1964*. São Paulo: Alfa – Omega, 1976.
- STAROBINSKI, Jean. *A literatura: o texto e o interprete*. In: LE GOFF, Jacques & THOMSON, Alistair. *Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. Ética e Historia Oral*. In: *Projeto historia nº 15*, Revista do Programa de estudos Pós-Graduados em Historia e do Departamento de Historia - PUC/SP. São Paulo: fevereiro de 1997, p. 51-84.
- WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)